

RELATÓRIO ANUAL
2015



PATROCINADORES

Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)
Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef)

CONSELHO DELIBERATIVO

Romildo Carneiro Rolim – Presidente
Stélio Gama Lyra Júnior- Vice-Presidente
José Jurandir Bastos Mesquita
José Nilton Fernandes (até 31/10/2015, renovando mandato em 01/11/2015)
Ailton Carvalho dos Santos (até 31/10/2015)
Paulo Eduardo Andrade Patrício (até 31/10/2015)
Reginaldo da Silva Medeiros (a partir de 01/11/2015)
Nivaldo Trindade Santos (a partir de 01/11/2015)

CONSELHO FISCAL

Izabel Christina de Carvalho Colares Maia - Presidente (até 31/10/2015)
Antônio Nogueira Filho - Presidente (a partir de 01/11/2015)
Ricardo Vaz Bezerra - Vice-Presidente (até 31/10/2015)
Adelson Belchior Chaves Vice-Presidente (a partir de 01/11/2015)
Lúcia de Fátima Barbosa da Silva
Luiz Sérgio Farias Machado

DIRETORIA EXECUTIVA

Zilana Melo Ribeiro - Diretora-Presidente
José Danilo Araújo do Nascimento - Diretor de Administração e Investimentos
João Francisco Freitas Peixoto - Diretor de Previdência (até 28/02/2015)
José Alan Teixeira da Rocha – Diretor de Previdência (a partir de 01/03/2015)

OUVIDORIA

Maria Auxiliadora Bezerra – Ouvidora

CANAIS DE RELACIONAMENTO

RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTES

0800 9705775 (chamadas de fixo)
4020-1615 (chamadas de celular)
relacionamento@capef.com.br | www.capef.com.br
Av. Santos Dumont, 771, Centro, Fortaleza – CE

OUVIDORIA

ouvidoria@capef.com.br

EXPEDIENTE

CONTEÚDO

Gerência de Desenvolvimento Institucional da Capef - GEDIN

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

GO! Branding + Design

SUMÁRIO

9 GOVERNANÇA CORPORATIVA

17 GESTÃO DE RELACIONAMENTO

23 EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

29 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

39 GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

57 GESTÃO ADMINISTRATIVA

63 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

74 NOTAS EXPLICATIVAS

111 PARECERES

128 SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2015 foi marcado pelo aprofundamento da crise econômica e política no Brasil. O mercado interno sofreu muita volatilidade ao longo do ano, o que ocasionou queda do Ibovespa a um patamar muito baixo, próximo dos 43.000 pontos em dezembro; forte desvalorização do real frente ao dólar; alta da inflação; e uma retração do PIB, divulgado pelo IBGE, de -3,80%, maior queda dos últimos 25 anos.

Referido cenário desafiador fez com que os resultados dos investimentos dos fundos de pensão ficassem bem aquém de suas metas atuariais, uma das exceções foi a Capef que apresentou uma das melhores *performances* do país.

Segundo *ranking* elaborado pela Aditus Consultoria Financeira, empresa com maior número de fundos de pensão em sua carteira de clientes, o Plano CV I da Entidade foi o mais rentável de 2015, entre os 30 planos da modalidade de contribuição variável administrados pelas EFPC's sob seu assessoramento, com retorno de 16,68% no ano, frente a uma meta de 16,76%.

Já o Plano BD obteve, em 2015, o sexto melhor resultado entre os 46 planos da modalidade de benefício definido consultados, tendo acumulado 16,30% de rentabilidade no período, frente a uma meta de 17,40%.

A média de rentabilidade entre todos os planos de benefícios presentes no *ranking* foi de 11,65%.

Com relação ao Plano CV I, muito foi feito para ampliar a cobertura previdenciária dos funcionários do BNB, como a continuidade dos treinamentos de integração entre os novos convocados do Banco, campanhas promocionais e visitas/palestras com apresentação das vantagens do Plano e esclarecimento de dúvidas, o que ocasionou um incremento de 600 novas adesões, totalizando mais de 5 mil Participantes ao final do ano.

No âmbito da governança corporativa, a Entidade continua atuando de forma intensa na implementação de práticas que favorecem o fortalecimento dos mecanismos de governança, como renovação dos membros representantes dos Participantes e Assistidos nos Conselhos por meio de eleição; treinamento de novos integrantes da Entidade; aperfeiçoamento das atividades da área de gestão de riscos e controles internos; incluindo estudo de *Asset Liability Management* (ALM) para alocar os ativos de forma otimizada; realização de planejamento estratégico para alcance dos objetivos; participação da Capef nas comissões técnicas; dentre outros.

A Capef também continua trabalhando ativamente na educação previdenciária e na aproximação com seus Participantes, no intuito de ampliar a disseminação do conhecimento, fortalecer o relacionamento com o público e a transparência nas realizações da gestão e na divulgação das informações.

Ao longo do ano, foram realizados encontros estaduais em 14 cidades para apresentar os resultados dos Planos e esclarecer dúvidas, foi elaborado um Manual Técnico de Previdência Complementar com foco na capacitação dos gestores do Banco, foi desenvolvida uma nova plataforma de ensino à distância, com a disponibilização de um curso básico de Gestão dos Investimentos, gratuito para todos os Participantes da Entidade, além dos eventos de rotina, como realização da 22ª edição do Seminário de Investimentos, homenagem aos aposentados, pesquisa de satisfação com desenvolvimento de plano de ação a partir dos resultados obtidos, informativos impresso e eletrônicos, elaboração de campanhas promocionais.

Atentos aos demais desafios da Entidade, continuaremos buscando melhorias para as questões prioritárias do Plano BD e para as alterações regulamentares do Plano CV I, reafirmando nosso compromisso de garantir o pagamento dos benefícios a todos os Participantes, mantendo o equilíbrio atuarial dos Planos Previdenciários.

A seguir, apresentamos aos nossos participantes o relatório anual de informações referente ao ano de 2015, contendo todas as ações realizadas, resultados obtidos, demonstrações contábeis, pareceres e política de investimentos, segregados por Plano.

Boa leitura!



José Danilo A. do Nascimento
Diretor de Administração e Investimentos

Zilana Melo Ribeiro
Diretora-Presidente

José Alan Teixeira da Rocha
Diretor de Previdência

LINHA DO TEMPO



Aniversário da Capef: 48 anos



Concurso "Poupança começa na infância"



Informativos da Capef são reformulados



Posse do Diretor de Previdência, Alan Teixeira



Encontro Estadual em Salvador e Itabuna-BA



Plano CVI: Ampliado limite para EAP

JAN

FEV

MAR

ABR

MAI

JUN



Dia do Aposentado



Promoção "Aproveite a Vida Agora e no Futuro"



Encontro Estadual em Parnaíba - PI



Encontro Estadual em Aracaju- SE e em Maceió- AL



Capef participa da 47ª RCR da AFBNB



Reunião da Capef com o novo Presidente do BNB, Marcos Holanda



Encontro Estadual em Fortaleza



Eleição dos representantes dos Participantes e Assistidos nos Conselhos



Início do Processo Eleitoral para Conselhos



Lançamento do Manual Técnico de Previdência Complementar



Pesquisa de Satisfação



Promoção "Sou de fora, mas estou por dentro"



Posse dos novos membros dos Conselhos



Seminário de Investimentos

JUL

AGO

SET

OUT

NOV

DEZ



Recadastramento dos Participantes



Participantes Ativos: alteração nas regras do EAP



Lançamento do CAPEF - EAD: Curso Gestão dos Investimentos



Planos da Capef são destaque em 2015

“

É fundamental que as instituições tenham, além de sua Diretoria, um Conselho Deliberativo e um Conselho Fiscal. Nos Fundos de Pensão, que garantem a complementação da aposentadoria dos empregados, as decisões emanadas do Conselho Deliberativo são responsáveis pela sustentabilidade e equilíbrio do Fundo. No caso específico da Capef, há um relativo equilíbrio de forças, pois o Conselho Deliberativo está constituído por três membros eleitos pelos associados e três indicados pelo Banco do Nordeste, sendo o Presidente escolhido entre os indicados pelo Banco. O Conselho Fiscal é formado por quatro membros, sendo dois eleitos e dois indicados, cabendo a presidência a um conselheiro eleito.”



Antônio Nogueira Filho

*Presidente do
Conselho Fiscal
da Capef
(membro eleito)*

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Capef atua para garantir a gestão responsável dos Planos Previdenciários, em consonância com as melhores práticas de governança do sistema de previdência complementar e com as disposições normativas.

São várias as formas de trabalhar a governança na Entidade, como por exemplo, por meio da renovação dos membros representantes dos Participantes e Assistidos nos Conselhos por eleição direta; treinamento de novos integrantes da Entidade, sejam conselheiros, diretores ou funcionários; realização de planejamento estratégico para alcance dos objetivos; existência de área de gestão de riscos e controles internos; participação da Capef nas comissões técnicas; e criação de comitês internos para fortalecer a gestão compartilhada.

GESTÃO RENOVADA

Em 2015, a Capef passou por renovações nos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

Renovação nos membros da Diretoria Executiva



Ex-diretor, Jofran Peixoto e o diretor de Previdência empossado, Alan Teixeira conversam sobre o processo de transição

Em virtude do término do mandato do diretor de Previdência da Capef, Jofran Peixoto, ocorrido no dia 28 de fevereiro, e atendendo aos artigos 30 e 31 do Estatuto da Entidade, o Conselho Deliberativo nomeou José Alan Teixeira da Rocha para compor a Diretoria da Caixa para um mandato de quatro anos (01/03/2015 a 28/02/2019).

A cerimônia de posse do novo dirigente aconteceu no dia 23 de março, na sede da Capef, em Fortaleza/CE. Na ocasião, além da nomeação de Alan Teixeira, foi oficializada a posse de Gildete Mesquita Ribeiro,

gerente do ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito do Banco do Nordeste, como suplente do Conselho Fiscal. Ela passa a ocupar a vacância deixada pelo novo diretor da Entidade.

Recondução de Cargo

Em fevereiro de 2015, o Conselho Deliberativo reconduziu o Diretor José Danilo Araújo do Nascimento para um mandato de quatro anos (01/03/2015 a 28/02/2019).

Composição da atual Diretoria Executiva

José Alan Teixeira da Rocha
Diretor de Previdência

Zilana Melo Ribeiro
Diretora-Presidente

José Danilo Araújo do Nascimento
Diretor de Administração e Investimentos



Eleição para representantes dos Participantes e Assistidos nos Conselhos

Em 2015, a CAPEF realizou eleição para escolha de três membros do Conselho Deliberativo e dois membros do Conselho Fiscal, além de seus respectivos suplentes, com mandato para os próximos quatro anos.



Reunião de despedida dos conselheiros

A transição foi feita de forma gradativa, sendo iniciada a divulgação do processo eleitoral na edição de março/abril do informativo "Acontece". Além disso, foi divulgado o edital em julho e as eleições ocorreram no mês de setembro. Em outubro, foi divulgado o resultado das eleições e foi realizada a última reunião do Conselho com os antigos membros e no mês de novembro, ocorreu a cerimônia de posse dos novos membros.

Solenidade de posse dos novos conselheiros



Confira a seguir a composição dos membros representantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Capef.

Composição do Conselho Deliberativo e Fiscal

CONSELHO DELIBERATIVO	
INDICADOS (TITULARES)	INDICADOS (SUPLENTE)
Romildo Carneiro Rolim - Presidente	José Andrade Costa
Stélio Gama Lyra Júnior- Vice-Presidente	José Valter Bento de Freitas
José Jurandir Bastos Mesquita	José Max Araujo Bezerra
ELEITOS (TITULARES)	ELEITOS (SUPLENTE)
José Nilton Fernandes - até 31/10/2015	Antônio Jereissati Ary - até 31/10/2015
Ailton Carvalho dos Santos - até 31/10/2015	Cibele Maria Gaspar Fernandes - até 31/10/2015
Paulo Eduardo Andrade Patrício - até 31/10/2015	José Carlos de Oliveira Júnior - até 31/10/2015
Reginaldo da Silva Medeiros - a partir de 01/11/2015	José Carlos de Oliveira Júnior - a partir de 01/11/2015
José Nilton Fernandes - a partir de 01/11/2015	José Carlos Aragão Cabral - a partir de 01/11/2015
Nivaldo Trindade Santos - a partir de 01/11/2015	Isaac Nogueira de Almeida - a partir de 01/11/2015
CONSELHO FISCAL	
INDICADOS (TITULARES)	INDICADOS (SUPLENTE)
Lúcia de Fátima Barbosa da Silva	Gildete Mesquita Ribeiro
Luiz Sérgio Farias Machado	José Lucenildo Parente Pimentel
ELEITOS (TITULARES)	ELEITOS (SUPLENTE)
Izabel Christina de Carvalho C. Maia - Presidente até 31/10/2015	Felipe Fialho Neto - até 31/10/2015
Ricardo Vaz Bezerra - até 30/10/2015	Sandra Elaine Andrade Maia - até 31/10/2015
Antônio Nogueira Filho - Presidente a partir de 01/11/2015	Francisco Marcelo Teixeira Luz - a partir de 01/11/2015
Adelson Belchior Chaves - a partir de 01/11/2015	Ana Gisele Fernandes Barreto - a partir de 01/11/2015

CAPACITAÇÃO DOS NOVOS MEMBROS

Uma das formas que a Capef utiliza para fortalecer a sua governança corporativa é o compartilhamento do conhecimento, por meio dos treinamentos de integração com os novos Conselheiros, Diretores e Colaboradores.

Sempre que há renovação nos quadros da Entidade, 100% dos novos membros são treinados sobre a legislação do sistema previdenciário, normativos, regras de conduta da Entidade, funções exigidas para o cargo, apresentação das áreas e processos internos, o que favorece a adaptação e execução das atividades de uma forma mais eficaz.

Em 2015, foram realizados treinamentos com o novo membro da Diretoria de Previdência, Alan Teixeira; treinamentos de integração com os novos funcionários da Entidade e com os novos membros dos Conselhos, que aborda de forma mais detalhada os seguintes temas: sistema previdenciário brasileiro; perfil e características dos planos da Capef; gestão/situação atuarial; investimentos mobiliários e imobiliários; gestão de risco e controle, gestão administrativa e desenvolvimento institucional (comunicação e relacionamento).



Treinamento de integração com o Diretor empossado, Alan Teixeira.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

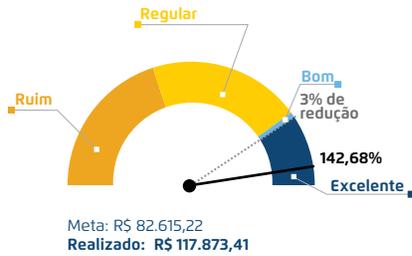
No intuito de fortalecer a competitividade, os processos e os controles da Entidade, desde 2010 a Capef incorporou a ferramenta de Planejamento Estratégico à sua rotina.

Essa prática, que se apoia na metodologia do *Balanced Scorecard*, define metas e indicadores a partir de objetivos estratégicos, os quais são acompanhados sistematicamente pelo corpo de gestores por meio dos Fóruns de Avaliação e Gestão, como forma de alavancar os resultados institucionais, dotando a Capef de vantagens competitivas, sustentáveis no longo do tempo.

Abaixo, apresentamos os resultados apurados em 2015.

FINANCEIRA

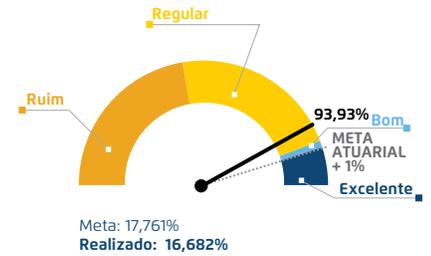
Redução das Despesas Administrativas



Rentabilidade BD

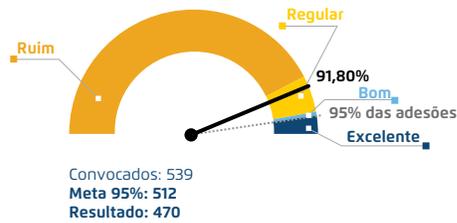


Rentabilidade CV I

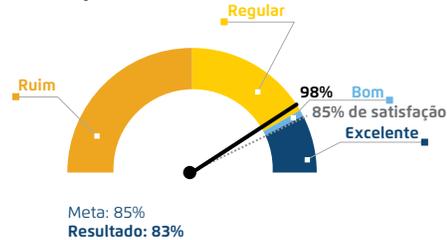


CLIENTE

Adesões CV



Satisfação



Prazos de Atendimento:

Em relação ao prazo legal

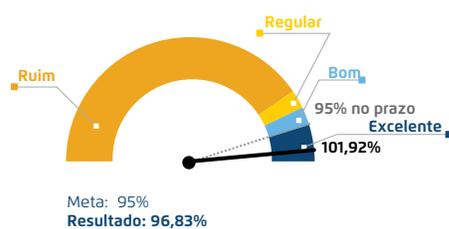


Em relação ao prazo dos fluxos



APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Planejamento e Controle



Corpo Funcional Treinado



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Alinhada às boas práticas da governança, com intuito de aumentar a efetividade dos controles existentes, em 2015, a área de Gestão de Riscos e Controles Internos aperfeiçoou o relatório trimestral de risco, que além de analisar os riscos e as premissas utilizadas para elaboração do estudo de *Asset Liability Management* (ALM), passou também a incluir as não conformidades e as recomendações. Além disso, passou a fazer parte da pauta de reunião mensal da Diretoria e trimestral dos Conselhos.

Em 2015, também foi realizado o primeiro estudo de ALM para o Plano CV I, com o objetivo de alocar os ativos de forma otimizada, de acordo com o fluxo de obrigações, buscando assegurar a solvência financeira e econômica do Plano.

COMITÊS INTERNOS

A Capef trabalha com comitês internos para compartilhar estratégias e decisões importantes entre membros da diretoria, gestores e funcionários.

A ideia dos comitês propicia decisões mais assertivas, uma vez que são compartilhadas e debatidas com vários profissionais. A Entidade possui os seguintes comitês:

COMITÊS/COMISSÃO	ATRIBUIÇÕES
Ética	Estabelece princípios de conduta e ética a serem observados pelos colaboradores no exercício de suas funções, contribuindo para a cooperação mútua, fortalecimento da equipe e, conseqüentemente, da imagem institucional da Entidade.
Investimentos	Analisa e formula propostas de investimentos sempre visando os princípios da otimização dos resultados, segurança e rentabilidade dos Planos Previdenciários.
Segurança da Informação	Revisa, atualiza e monitora o cumprimento da Política de Segurança da Informação, resguardando a segurança dos dados da Entidade.
Comunicação e Qualidade	Aperfeiçoa os processos e serviços prestados pela Entidade, visando fortalecer a sua imagem institucional, bem como proporcionar maior integração da estrutura organizacional com os públicos envolvidos.
Controles Internos	Assessoria o gerenciamento do negócio, no que se refere ao monitoramento constante das atividades e processos, atuando na prevenção e mitigação de riscos.
Comissão Administrativa	Subsidia a Diretoria, por meio de Parecer com a recomendação de sanção administrativa, dispensa e/ou ressarcimento de despesas por parte dos envolvidos em razão da instauração de processo administrativo interno para apuração de infringências às disposições legais/normativas.

CAPEF SEMPRE PRESENTE EM CONSELHOS E COMISSÕES TÉCNICAS



Comissão Regional Jurídica reunida na sede da Capef

Diretores e Gestores da Capef continuam participativos nas Comissões Técnicas Regionais da Abrapp e nos Conselhos do BNB, da Previc (Atuária) e da Abrapp.

Essa participação possibilita o intercâmbio de experiências e de melhores práticas adotadas, fornecendo ganhos para a Entidade, para os Participantes e para o próprio segmento previdenciário.

ÁREA INTEGRANTE DA CAPEF	CONSELHO/COMISSÃO
Diretoria	Conselho Deliberativo da Abrapp
Diretoria	Conselho de Administração do BNB
Diretoria	Comissão Regional de Investimentos
Assessoria Jurídica	Comissão Regional Jurídica
Gerência Financeira	Comissão Regional de Contabilidade
Gerência de Desenvolvimento Institucional	Comissão Regional de Comunicação
Assessoria de Estudos Atuariais	Comissão Nacional de Atuária

“

Esses eventos (Homenagem da Capef aos Aposentados) são uma maneira de aproximar as pessoas, promover diálogos e esclarecer dúvidas. É importante tanto para os associados, quanto para a Entidade, que tem a oportunidade de apresentar seu ponto de vista sobre diversos questionamentos”.



**Raimundo Lourival
de Lima**

*Participante
Assistido do
Plano BD*

GESTÃO DE RELACIONAMENTO

Reconhecendo a importância da gestão de relacionamento, a Capef objetiva estar mais próxima dos Participantes, seja por meio dos canais de atendimento ou dos encontros presenciais, no intuito de disseminar informações relevantes dos Planos de Benefícios, bem como colher sugestões de melhorias dos Planos.

RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTES



Equipe de
Relacionamento
com Participantes
da Capef

Em 2015, mais de 40.000 atendimentos foram realizados pela área de Relacionamento com Participantes, por meio de contatos telefônicos; e-mail ou atendimento presencial.

Atendimentos por assunto:

ASSUNTOS	QUANTIDADES
ATENDIMENTO DE PLANOS	34.584
CONVÊNIO INSS	3.295
OUTROS ATENDIMENTOS	3.679
TOTAL GERAL	41.558

Atendimentos por público:

ASSUNTOS	QUANTIDADES
NÃO IDENTIFICADO	1.605
PLANO BD	30.050
PLANO CV	9.903
TOTAL GERAL	41.558

Para dar conta de todos esses atendimentos, a Área de Relacionamento com Participantes possui uma equipe de profissionais capacitados para solucionar quaisquer demandas sobre os Planos Previdenciários, Convênio INSS, Empréstimos, Adesão.

ENCONTROS FORTALECEM PARCERIA COM PARTICIPANTES

Realizados desde 2008, época da criação da Ouvidoria na Capef, os Encontros com Participantes já fazem parte do calendário de eventos da Entidade, cujo intuito é fortalecer a parceria entre Participantes e a Caixa.



Encontro Estadual realizado em Montes Claros/MG



Encontro Estadual realizado em Maceió/AL

Em 2015, foram realizados Encontros em 14 cidades, disseminando informações sobre os planos, suas regras, desempenho atuarial e financeiro, além do esclarecimento de dúvidas, sempre com a presença de um dos Diretores da Capef.

LOCAL	DATA
Fortaleza	27/MARÇO
Itabuna	16/ABRIL
Salvador	17/ABRIL
Parnaíba	30/ABRIL
Aracaju	25/MAIO
Maceió	26/MAIO
São Luiz	18/JUNHO
Teresina	19/JUNHO
Fortaleza	26/AGOSTO
João Pessoa	10/AGOSTO
Natal	11/AGOSTO
Recife	24/AGOSTO
Petrolina	25/AGOSTO
Montes Claros	16/NOVEMBRO

OUVIDORIA TEM UM INCREMENTO DE 45% NOS ATENDIMENTOS

Criada em 2008, a Ouvidoria foi consolidando-se na Entidade ao longo de todos esses anos, passando a ser inserida no Estatuto da Capef, sendo o seu ouvidor escolhido por meio de eleição direta.

A Ouvidoria atua como representante dos Participantes, procurando identificar por meio dos atendimentos realizados, oportunidades de melhoria dos Planos Previdenciários, dos processos internos e canais de atendimento.

Em 2015, foram encaminhadas para a Ouvidoria 286 demandas. Comparando com o ano de 2014 (197), foi registrado um acréscimo de 45% em relação ao total de demandas, conforme quadro apresentado a seguir.

Atendimentos de 2015

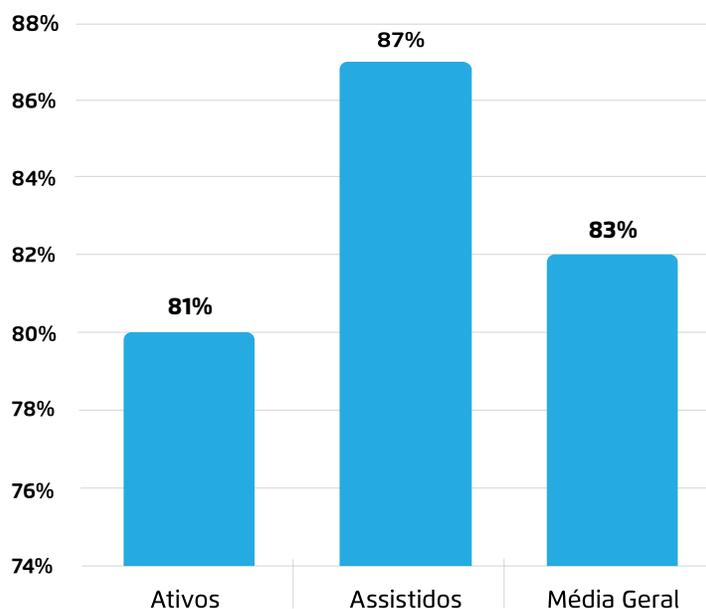
TIPOS DE DEMANDAS	TOTAL
Solicitações Ouvidoria	115
Reclamação	78
Sugestão	56
Elogio	33
Desabafo	4
TOTAL	286

PESQUISA DE SATISFAÇÃO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO

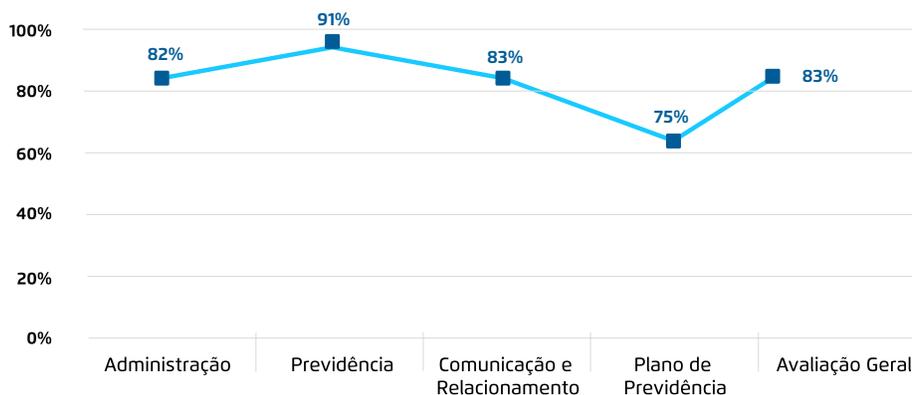
Reconhecendo a importância da opinião dos Participantes, a Capef realiza anualmente uma pesquisa de satisfação que propõe a avaliação de diversos itens da gestão da Entidade: investimentos, previdência, comunicação e atendimento, com a finalidade de medir a eficácia das ações realizadas e aperfeiçoar os seus produtos e processos.

Em 2015, 2.573 pessoas participaram da pesquisa, fazendo com que a Capef obtivesse uma média de aprovação geral de 83%, sendo 81% de Ativos e 87% de Assistidos, conforme apresentado no gráfico abaixo.

Média geral de Aprovação



No gráfico a seguir, são apresentados os percentuais médios de aprovação segregados por tópicos.



HOMENAGEM AOS APOSENTADOS

Em 2015, o Centro Cultural do Banco do Nordeste de Fortaleza foi palco da tradicional festa em homenagem aos Aposentados e Pensionistas da Capef. O evento aconteceu no dia 28 de janeiro e teve como atração principal a cantora *cover* de Alcione, Graça Rios.



Zilana Ribeiro
faz a abertura da
homenagem aos
aposentados

A programação contemplou ainda um programa de auditório, denominado “Velhinhos Transviados”, dirigido por Fernando Piancó, onde o destaque foi a participação efetiva do público. Durante a atração, os associados recitaram poesias e contaram um pouco sobre suas histórias de vida, principalmente no Banco do Nordeste.

Para finalizar a tarde festiva, houve ainda um bate papo com a psicóloga e professora da UFC, Ana Frota, sobre o tema “Envelhecendo com Sabedoria”.

“

Concluí o novo curso
Gestão de Investimentos
recentemente e obtive
bastantes esclarecimentos
acerca das EFPC's e de como
iniciar um investimento. Tinha
dúvida sobre o caminho que
estava percorrendo e vi, com
o treinamento, que estou
trilhando o caminho certo”.



Marluce dos Santos Costa

*Participante
dos Planos
BD e CVI*

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A cada ano, a Capef vem trabalhando mais para ampliar as suas ações de educação previdenciária junto ao público, por meio do Programa “Fazendo Hoje o seu Amanhã”. O Programa que já está ativo desde 2012, tem a finalidade de despertar a atenção dos Participantes para a importância do planejamento financeiro e previdenciário familiar.

Em 2015, além das ações já previstas, a Capef lançou um curso de gestão de investimentos por meio de uma nova plataforma de ensino à distância; publicou um Manual Técnico de Previdência Complementar, dirigido em especial aos Gestores do Patrocinador; reformulou o *layout* dos seus informativos para torná-los mais atrativos; e realizou diversas promoções interativas com os Participantes. Confira as ações detalhadas a seguir.

CAPEF EAD: GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Durante a abertura do 22º Seminário de Investimentos, a Capef lançou o curso à distância Gestão de Investimentos, cujo objetivo é capacitar nessa temática os Participantes dos Planos e os funcionários dos Patrocinadores, distribuídos em várias cidades, permitindo a qualquer hora e sem custo, o fácil acesso ao conteúdo do curso.

Noções básicas de investimentos, com destaque para o Sistema Financeiro Nacional, as principais alternativas de investimentos do mercado e o funcionamento da Gestão de Investimentos nos planos de previdência são os principais tópicos abordados no curso.

Como parte integrante do programa “Fazendo Hoje seu Amanhã”, o curso está disponível no *site* da Capef para todos os Participantes da Entidade que desejam ampliar seus conhecimentos, por meio do endereço: www.capef.com.br/ead/login.



FÁCIL ACESSO
Fácil acesso de onde
você estiver

**GESTÃO
DO TEMPO**
Estude a
qualquer hora

**CURSO
GRATUITO**
Adquira
conhecimento,
com certificado
e custo zero

CAPEF E BNB LANÇAM MANUAL TÉCNICO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Dirigentes do BNB e da Capef participam do evento de lançamento do Manual Técnico



(da esq. para dir.) Romildo Rolim, Presidente do Conselho Deliberativo da Capef; Isaías Dantas, Diretor do BNB; Marcos Holanda, Presidente do BNB; e Zilana Ribeiro, Presidente da Capef.

A Capef elaborou um Manual Técnico de Previdência Complementar com o objetivo de tornar os planos Previdenciários da Capef mais compreensíveis para os gestores do BNB, tornando-os aptos a atuar na disseminação da cultura previdenciária e no fomento à adesão ao Plano CV I.

O referido Manual tem o intuito de preparar os Gestores para repassar informações sobre o tema previdenciário, conscientizando os funcionários de suas equipes quanto à importância do planejamento da aposentadoria, por meio da adesão a um plano de Previdência Complementar.

Para fortalecer a divulgação desse material, foi realizado um evento solene de lançamento do referido Manual em agosto/2015, no auditório principal do BNB (Passaré), que contou com a presença do Presidente do Banco, Conselheiros, Diretores da Capef, gestores do BNB e Participantes.

22º SEMINÁRIO DE INVESTIMENTOS É TRANSMITIDO A TODOS OS PARTICIPANTES

Realizado anualmente, o “Seminário de Investimentos” teve como objetivo reunir os Participantes e Beneficiários dos planos, os profissionais de investimentos da Entidade e os especialistas do mercado financeiro para discutir o cenário econômico e traçar a Política de Investimentos dos Planos BD e CV I para o ano de 2016.



Público lota mini-auditório do Passaré

Diretoria da Capef reúne centenas de participantes no Seminário de Investimentos



Com o objetivo de ampliar a participação ativa de nossos participantes nesse importante evento, além da transmissão via *intranet* do BNB, os Participantes Assistidos e Beneficiários de Pensão residentes fora de Fortaleza também puderam acompanhar o evento em tempo real pela *internet*.

Outra novidade foi o formato mais dinâmico das apresentações, por meio de painéis ministrados por especialistas do mercado, e da participação de integrantes do Governo no papel de moderadores.

Em sua 22ª edição, o seminário a cada ano se consolida como uma das ferramentas mais eficazes para compartilhar, de forma mais participativa e segura, informações e decisões tão importantes para o futuro dos planos, sendo um dos principais fatores contributivos para os recorrentes bons resultados da Caixa.

REFORMULAÇÃO DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO



Os informativos da caixa foram reformulados no ano de 2015 com vistas a aprimorar ainda mais a comunicação com os Participantes.

O novo projeto gráfico do informativo “Acontece” privilegia a incidência de ilustrações e infográficos, de forma a torná-lo mais leve, facilitando a leitura e o entendimento. Além disso, foi acrescentada a seção “Fala Participante” e uma página adicional para notícias da Capef e dos Planos Previdenciários.

O “Giro Capef” passou a ser denominado “Fazendo Hoje o seu Amanhã”. Com conteúdo voltado exclusivamente para a educação financeira e previdenciária, sua periodicidade passou a ser bimestral.

Para unificar as informações referentes aos resultados dos planos, a Capef passou a enviar mensalmente o informativo “Resultados Capef” que apresenta o desempenho dos investimentos, a coluna “Mercado em Foco”, com breve resumo sobre o cenário macroeconômico e os resultados dos planos, em formato de vídeo e texto, e o extrato individual do Plano CV I.

Também foi criado um informativo eletrônico, denominado “Capef Informa”, que aborda informes da Entidade e seus Planos Previdenciários, realizações da gestão, lançamentos de promoções e eventos institucionais.

PROMOÇÕES INTERATIVAS COM O PÚBLICO

Para estimular o interesse dos Participantes pelos temas de educação previdenciária, fortalecendo a interação do público com a Entidade, em 2015 foram realizadas as seguintes promoções:

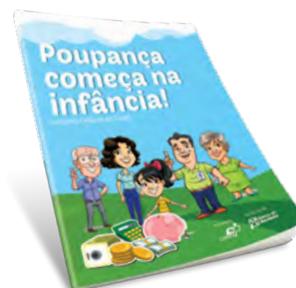
Aproveite a Vida Agora e no Futuro



Com a finalidade de sensibilizar os benebeans quanto à importância de um planejamento financeiro que permita a pessoa desfrutar os prazeres da vida em todas as idades, desmistificando a ideia de que se preparar para uma vida financeira saudável no futuro requer sacrificar o presente, a Capef promoveu essa campanha, onde os participantes foram convidados a enviar uma foto em momento de lazer, seguida de uma frase sobre a importância da Capef para que eles aproveitem a vida agora e no futuro.

Poupança começa na Infância

A ideia do concurso infantil foi incentivar os Participantes e seus familiares a pensarem na importância do planejamento financeiro, reforçando a ideia de que quanto mais cedo começar a planejar as finanças, melhor.



Os melhores textos recebidos deram origem a um livro de educação financeira voltado ao público infantil, destinado aos familiares dos Participantes e Beneficiários da Entidade.



Comissão Julgadora do Concurso reunida para definição do Resultado

(da esq. para dir.) Tatiana Ferreira, Funcionária da Auditoria da Capef; Dorisval de Lima, Diretor de Comunicação da AFBNB; e Maria Eugênia, Jornalista da AABNB.

Sou de Fora, mas estou por dentro!

Essa promoção teve o intuito de estimular os Participantes que residem fora de Fortaleza a acompanharem o “Seminário de Investimentos”, enviando perguntas sobre as apresentações e concorrendo a prêmio.



“

Eu aderi à Capef tão logo ingressei no BNB, via concurso e curso do CHB, em 01/03/1968, portanto, há 48 anos Participante da Entidade.

Venho dizer que foi a obrigatoriedade mais bem sucedida em minha vida, pois a adesão me trouxe a tranquilidade da aposentadoria que hoje usufruo, augurando votos de vida longa à Capef e a lisura de seu colegiado na condução de nossa Entidade.”



Gessé Francisco de Almeida

*Participante
Assistido do
Plano BD*

GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

As ações de educação financeira e previdenciária tem ampliado o nível de interesse das pessoas em aderir a um plano de previdência e a acompanhar mais de perto a gestão de seu plano.

Como resultado desse trabalho, o Plano CV I superou no final de 2015 a marca de mais de 5.000 Participantes, com 600 novas inscrições no ano.

Evolução das adesões no ano de 2015

MÊS/2015	QUANTIDADES DE ADESÕES
JANEIRO	25
FEVEREIRO	119
MARÇO	49
ABRIL	14
MAIO	182
JUNHO	29
JULHO	29
AGOSTO	17
SETEMBRO	22
OUTUBRO	100
NOVEMBRO	8
DEZEMBRO	6
TOTAL	600

Com isso, o quantitativo de Participantes obteve o seguinte incremento, apresentado na posição de dezembro de 2015.

Os dois Planos possuem 12.021 Participantes, entre Ativos, Assistidos e Beneficiários de Pensão segregados, conforme o quadro a seguir:

PARTICIPANTES	BD	CV I	TOTAL
ATIVOS	1.761	5.281	7.042
CONTRIBUINTES	170	5.114	5.284
NÃO CONTRIBUINTES	1.591	79	1.670
CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO	0	88	88
ASSISTIDOS	4.891	88	4.979
APOSENTADOS	3.728	73	3.801
BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO	1.163	15	1.178
TOTAL	6.652	5.369	12.021*

* Em 31/12/2015, registra-se 691 Participantes associados aos dois Planos (BD e CV I).

Recadastramento

A Capef realiza o recadastramento de seus Participantes regularmente visando conferir segurança à folha de pagamentos, evitando que benefícios indevidos sejam pagos, além de tornar mais eficaz a comunicação com o seu público.

Em 2015, a Capef promoveu o processo de recadastramento de todos os Participantes dos Planos BD e CV I e, ao simplificar o procedimento por pessoa física, alcançou grande eficácia, obtendo os seguintes resultados apresentados na posição de dez/2015 e em uma posição mais atual, mai/2016.

POSIÇÃO: 10/12/2015

PERFIL DO PARTICIPANTE	PÚBLICO*	RECADASTRADOS	% RECADASTRADOS
ATIVOS	5.476	4.599	83,98%
ASSISTIDOS (APOSENTADOS E PENSIONISTAS)	4.466	4.198	94,00%

POSIÇÃO: 19/05/2016

PERFIL DO PARTICIPANTE	PÚBLICO*	RECADASTRADOS	% RECADASTRADOS
ATIVOS	5.476	4.888	89,26%
ASSISTIDOS (APOSENTADOS E PENSIONISTAS)	4.466	4.461	99,89%

(*) O Público apresentado no quadro considera os Ativos com adesões realizadas até 30/06/2014; e Assistidos com benefícios concedidos até 30/06/2014.

Para estimular a prática da atualização cadastral entre os Participantes, a Capef sorteou prêmios aos Ativos e Assistidos que realizaram o recadastramento dentro do prazo.



Diretores da Capef fazem a entrega dos prêmios aos ganhadores do sorteio do recadastramento.



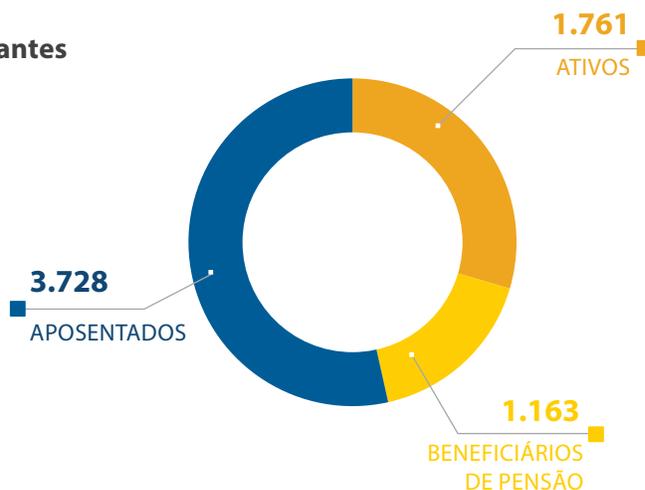
PLANO BD

PREVIDÊNCIA EM NÚMEROS

Distribuição Quantitativa de Participantes e Beneficiários

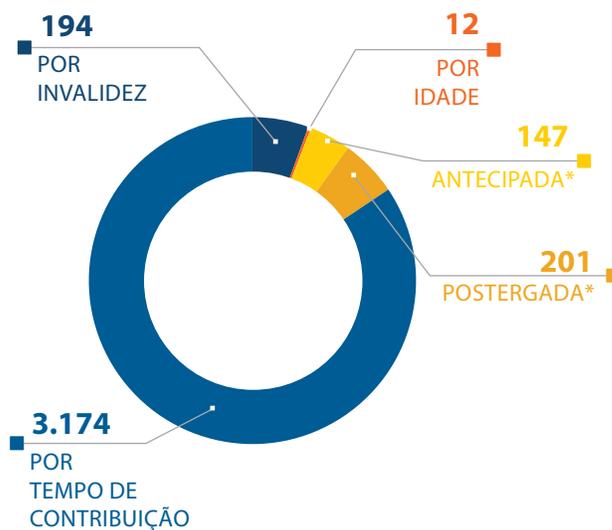
O quantitativo de Aposentados do Plano BD evidencia a maturidade do Plano com quantidade de Assistidos bem superior a de Participantes Ativos.

Total de Participantes
6.652



Tipos de Aposentadoria

Destaca-se ainda que a maioria dos Assistidos aposentou-se por tempo de contribuição (85%).



* Na vigência do Regulamento do Plano BD de 1999, os benefícios concedidos com data anterior à data prevista na Tabela de Referência eram classificados como Suplementação de Aposentadoria Antecipada. E os benefícios concedidos com data posterior à data prevista na Tabela de Referência eram classificados como Suplementação de Aposentadoria Postergada, embora em ambos os casos tratem-se de aposentadoria por tempo de contribuição junto ao INSS.

ATIVOS

Dos 1.761 Participantes Ativos, 1.129 (64%) pertencem ao sexo masculino, dos quais 95% (1.068) com idade entre 45 e 64 anos. Das 632 mulheres, 97% (610) pertencem à mesma faixa etária. Destaca-se ainda no quadro abaixo, 78 Participantes Ativos com mais de 64 anos de idade.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
35 A 44	2	3	5
45 A 54	286	454	740
55 A 64	324	614	938
ACIMA DE 64	20	58	78
TOTAL	632	1.129	1.761

ASSISTIDOS

Dos 3.728 aposentados, 2.648 (71%) pertencem ao sexo masculino, dos quais 1.292 com idades entre 65 e 74 anos. Das 1.080 mulheres, mais da metade (641) pertence à faixa etária de 55 a 64 anos. Destaca-se ainda no quadro abaixo, grande quantidade de Assistidos com idade superior a 74 anos de idade (967).

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
45 A 54	64	41	105
55 A 64	641	463	1.104
65 A 74	260	1.292	1.552
75 A 84	103	751	854
ACIMA DE 84	12	101	113
TOTAL	1.080	2.648	3.728

BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO

Dos 1.163 Beneficiários de Pensão, 1.061 (91%) pertencem ao sexo feminino. Destaca-se ainda no quadro abaixo, grande quantidade de Beneficiários com idade superior a 74 anos de idade (401).

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
ATÉ 24	25	36	61
25 A 34	1	4	5
35 A 44	18	7	25
45 A 54	65	11	76
55 A 64	188	16	204
65 A 74	373	18	391
75 A 84	301	8	309
ACIMA DE 84	90	2	92
TOTAL	1.061	102	1.163

RECEITAS

Em 2015, o Plano BD obteve o total de R\$ 143,19 milhões com as contribuições pagas por Participantes e Patrocinador.

PLANO BD	TOTAL (R\$)
ATIVOS	1.230.473,08
APOSENTADOS	130.522.987,74
PENSIONISTAS	11.433.143,51
TOTAL	143.186.604,33

BENEFÍCIOS PAGOS

Em 2015, foram pagos R\$ 310,02 milhões em benefícios de aposentadoria, distribuídos entre 48.718 pagamentos, com valor médio de R\$ 6.363,59. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 38,29 milhões, distribuídos em 14.210 pagamentos, com valor médio de R\$ 2.694,70.

BENEFÍCIOS PAGOS	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MÉDIO (R\$)
SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA	48.718	310.021.146,71	6.363,59
SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO	14.210	38.291.696,82	2.694,70
TOTAL	62.928	348.312.843,53	5.535,10

Por ser um Plano maduro, observa-se que os benefícios pagos superam as receitas obtidas com as contribuições.

RESULTADO ATUARIAL

O Plano de Benefícios Definidos possuía, em 31/12/2015, R\$ 3.179 milhões de recursos acumulados para fazer jus às obrigações do plano. As obrigações do plano, denominadas de Provisões Matemáticas, foram apuradas para os benefícios concedidos em R\$ 2.464 milhões e para os benefícios a conceder em R\$ 711 milhões e são calculadas com base em cálculos atuariais que apuram os compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder. O resultado do Plano, diferença entre o patrimônio de cobertura do Plano, recursos acumulados, e as provisões matemáticas, em

31/12/2015 foi de R\$ 4,4 milhões, portanto, o Plano BD apresenta superávit, conforme apresentado a seguir.



Posição: dez/2015

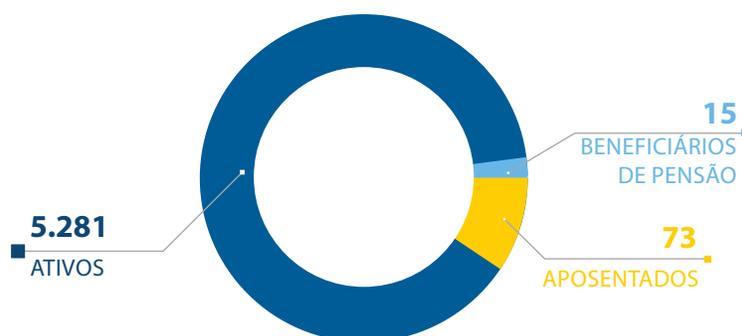
PLANO CV I

PREVIDÊNCIA EM NÚMEROS

Distribuição Quantitativa de Participantes e Beneficiários

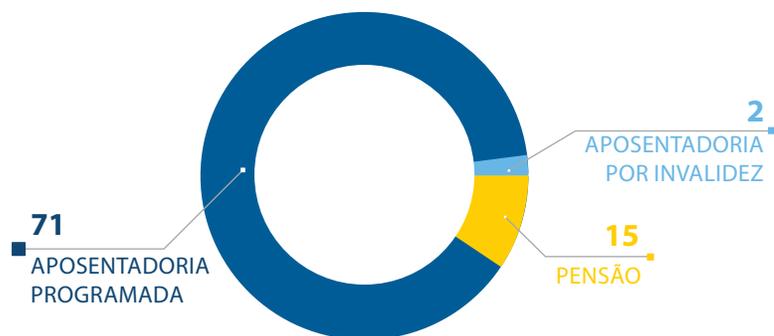
O Plano CV I conta com um total de 5.369 Participantes e Beneficiários. Por ser um Plano relativamente novo, a grande maioria (98%) dos Participantes faz parte do grupo de Ativos.

Total de Participantes
5.369



Tipos de Benefícios

88



ATIVOS

Dos 5.281 participantes Ativos, 3.495 (66%) são homens, dos quais 2.538 (73%) pertencem a uma faixa etária dos 25 aos 44 anos de idade. Entre as mulheres, observamos que 1.313 (73%) pertencem à mesma faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
20 A 24	41	87	128
25 A 34	644	1.362	2.006
35 A 44	669	1.176	1.845
45 A 54	275	529	804
55 A 64	144	322	466
ACIMA DE 64	13	19	32
TOTAL	1.786	3.495	5.281

ASSISTIDOS

Dos 73 Participantes Assistidos, a maioria (78%) pertence a uma faixa etária de 55 a 64 anos de idade.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
20 A 24	0	0	0
25 A 34	0	0	0
35 A 44	1	1	2
45 A 54	6	7	13
55 A 64	18	39	57
ACIMA DE 64	1	0	1
TOTAL	26	47	73

BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO

Dentre os quinze Beneficiários de Pensão, destacamos que 9 deles pertencem ao sexo feminino e seis pertencem ao sexo masculino.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
20 A 24	2	4	6
25 A 34	2	0	2
35 A 44	2	1	3
45 A 54	1	1	2
55 A 64	2	0	2
ACIMA DE 64	0	0	0
TOTAL	9	6	15

RECEITAS

Em 2015, o Plano CV I obteve o total de R\$ 89,34 milhões com as contribuições pagas de Participantes Ativos e Patrocinador.

PLANO CV I	TOTAL (R\$)
ATIVOS	89.342.696,68
TOTAL	89.342.696,68

BENEFÍCIOS PAGOS

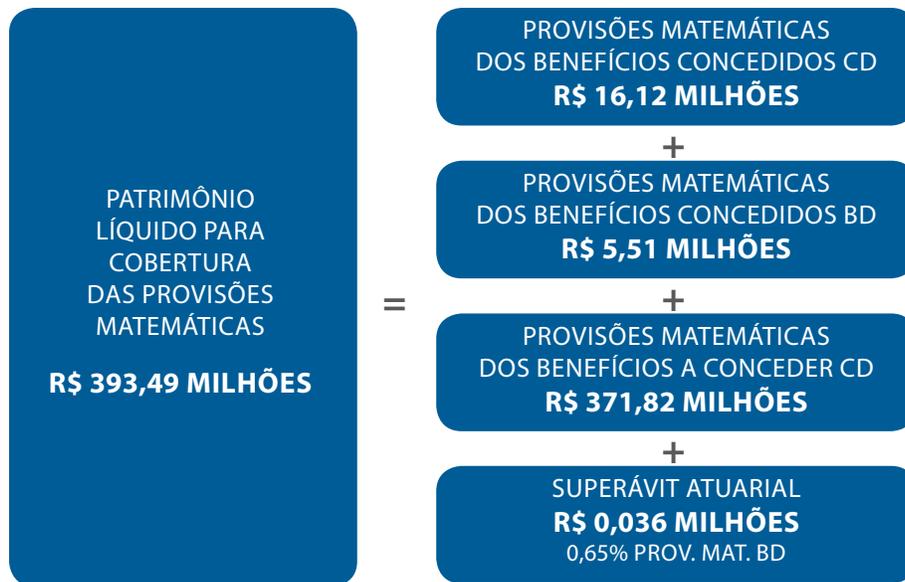
Em 2015, foram pagos R\$ 589.407,12 em benefícios de aposentadoria, distribuídos em 476 pagamentos, com valor médio de R\$1.238,25. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 128.892,36, distribuídos em 114 pagamentos, com valor médio de R\$ 1.130,63.

BENEFÍCIOS PAGOS	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MÉDIO (R\$)
SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA	476	589.407,12	1.238,25
SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO	114	128.892,36	1.130,63
TOTAL	590	718.299,48	1.217,46

No Plano CV I ocorre exatamente o contrário do que acontece no Plano BD. Por ser um Plano novo e ainda em fase de arrecadação de contribuições da maioria dos Participantes, o valor arrecadado com contribuições supera e muito o valor pago com benefícios.

RESULTADO ATUARIAL

O Plano de Contribuição Variável I possuía, em 31/12/2015, R\$ 393,49 milhões de recursos acumulados para fazer jus às obrigações do plano. As obrigações do plano, denominadas de Provisões Matemáticas, foram apuradas para os benefícios concedidos em Contribuição Definida R\$ 16,12 milhões e em Benefício Definido R\$ 5,51 milhões, já as Provisões Matemáticas para os benefícios a conceder – Contribuição Definida, R\$ 371,82 milhões. As provisões matemáticas são calculadas com base em cálculos atuariais que apuram os compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder. O resultado do Plano, diferença entre o patrimônio de cobertura do Plano, ou seja, recursos acumulados, e as provisões matemáticas, em 31/12/2015 é de R\$ 36 mil ou R\$ 0,036 milhões, portanto, o Plano CV I apresenta superávit, conforme apresentado a seguir:



Os Fundos Previdenciais do Plano totalizam R\$ 16,14 milhões (fundo de solvência R\$ 7,74 milhões e de risco R\$ 8,40 milhões).

Posição: Dez/2015

“

Aderi à Cipef porque é um investimento bom demais para se recusar de qualquer perspectiva adotada, tanto do retorno financeiro, quanto do aumento da qualidade de vida”.



Flávio Leandro Batista de Moura Cantalice

*Participante
Ativo do
Plano CVI*

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

SITUAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Ao longo de todo o ano de 2015, o mercado interno sofreu muita volatilidade. O Ibovespa atingiu em dezembro seu patamar mínimo do ano, próximo dos 43.000 pontos, atingindo o máximo no início de maio, em torno de 58.000 pontos. O real apresentou forte desvalorização frente ao dólar, tendo sua cotação, oscilado entre R\$ 2,57 (em janeiro) e R\$ 4,19 (em setembro).

No âmbito da atividade econômica, a divulgação do PIB de 2015 pelo IBGE mostrou uma retração de -3,80%, maior queda dos últimos 25 anos. Esse resultado reflete a situação econômica do país, com diminuição de pessoas empregadas e da renda, da alta dos juros e da inflação, bem como da retração do crédito. Os números divulgados pelo Instituto mostraram que a queda ocorreu em quase todos os setores da economia, exceto no setor do agronegócio, que foi positivo em 1,8%. O destaque de queda ficou por conta dos investimentos em bens de capitais, com uma queda de -14,10%.

Quanto à inflação, mesmo neste ambiente de contração econômica, os índices de preços terminaram 2015 acima do teto da meta definido pelo governo. O principal motivo para referida escalada foram, basicamente, os ajustes nos preços dos serviços administrados pelo governo. O IPCA e o INPC enceraram 2015 com 10,67% e 11,28%, respectivamente.

Como um dos fatores positivos para a economia brasileira, podemos destacar o ajuste do setor externo. A depreciação cambial e a recessão doméstica têm produzido uma enorme reversão do déficit comercial e tendem a gerar uma redução no déficit em transações correntes, nos próximos anos.

PLANOS DA CAPEF FIGURAM ENTRE OS MAIS RENTÁVEIS DE 2015

Mesmo com o cenário adverso, a Capef obteve resultados que merecem ser destacados: O Plano BD apresentou rentabilidade de 16,30%, frente a uma meta de 17,40%; já o Plano CV I apresentou rentabilidade de 16,68% contra uma meta de 16,76%.

As dificuldades encontradas no ambiente econômico/político fizeram os resultados dos investimentos dos fundos de pensão ficarem bem aquém de suas metas atuariais, uma das exceções foi a Capef que apresentou uma das melhores *performances* do país.

Segundo *ranking* elaborado pela ADITUS Consultoria Financeira, empresa

com maior número de fundos de pensão em sua carteira de clientes, o Plano CV I da Entidade foi o mais rentável do último ano, entre os 30 planos da modalidade de contribuição variável administrados pelas EFPC's sob seu assessoramento, com retorno de 16,68% no ano, frente a uma meta de 16,76%.

Já o Plano BD da Capef obteve, em 2015, o sexto melhor resultado entre os 46 planos da modalidade de benefício definido consultados, tendo acumulado 16,30% de rentabilidade no período, frente a uma meta de 17,40%.

A média de rentabilidade entre todos os planos de benefícios presentes no *ranking* foi de 11,65% no ano.

PLANO BD

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O Plano BD encerrou o ano de 2015 com R\$ 3,29 bilhões. Para manter a liquidez e a rentabilidade necessárias à maturidade do Plano BD, a Capef adota uma postura conservadora na aplicação dos recursos. No final do ano, os investimentos estavam assim distribuídos:

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
RENDA FIXA	2.895.105,47	87,86
RENDA VARIÁVEL	12.683,51	0,39
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	6.930,82	0,21
IMÓVEIS	289.731,94	8,79
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	90.626,00	2,75
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	3.295.077,74	100,00

RENTABILIDADE

Apesar de vivenciar um ano de grandes desafios, os investimentos do Plano BD alcançaram rentabilidade de 16,30%, ficando apenas 1,10 ponto percentual abaixo da meta atuarial (INPC+5,50% a.a. equivalente a 17,40%). Dentre os segmentos de aplicação, o de Renda Fixa foi o grande destaque, com *performance* positiva de 17,52%, seguido pela carteira de Operações com Participantes com rentabilidade de 17,24%, conforme apresentado no quadro a seguir.

RENTABILIDADE	%
RENDA FIXA	17,52
RENDA VARIÁVEL	7,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	7,57
IMÓVEIS	6,90
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	17,24
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	16,30

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NOS ÚLTIMOS 4 ANOS (%)

Apesar da rentabilidade dos investimentos (16,30%) não ter atingido a meta atuarial (17,40%), no acumulado dos últimos 4 anos, a rentabilidade do Plano BD superou a meta atuarial em 7,05%. Essa superação da meta nos últimos quatro anos foi o que possibilitou a concessão de reajuste integral dos benefícios dos Ativos e Assistidos do Plano.

DESCRIÇÃO	2015	2014	2013	2012
RENTABILIDADE NOMINAL	16,30	14,59	14,45	13,54
INPC	11,28	6,23	5,56	6,20
RENTABILIDADE REAL	4,51	7,87	8,42	6,91
RESULTADO ACIMA/ ABAIXO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL	-0,99	2,12	2,42	0,91

Considerando os últimos quatro anos, a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 6,92%, calculada pela média geométrica dos retornos anuais.

RENDA FIXA

Ao final de 2015, o segmento de Renda Fixa apresentou rentabilidade de 17,52%, superior à meta atuarial em 0,12 ponto percentual. Nesse segmento estão alocados 87,86% dos recursos do Plano BD (R\$ 2,90 bilhões), distribuídos em um fundo de investimento exclusivo (R\$ 2,62 bilhões), administrado pelo BNB, em gestão compartilhada com a equipe da Capef; um fundo exclusivo, Fortaleza Multimercado (R\$ 134,67 milhões) sob gestão da Capef; um fundo aberto, administrado pela Vinci Partners (R\$ 5,72 milhões); e uma parcela alocada em títulos públicos federais.

FI MULTIMERCADO

A gestão própria do Fundo de Investimento em Multimercado apresentou uma rentabilidade de 14,92%. Na posição de 31/12/2015, o fundo possuía um patrimônio de 134,67 milhões, com a seguinte composição: 93,77% em

ativos de Renda Fixa (R\$ 126,28 milhões) e 6,23% em fundos imobiliários (R\$ 8,39 milhões).

RENDA VARIÁVEL

Em 2015, o mercado de ações brasileiro foi marcado por forte volatilidade, movido principalmente pelo agravamento da crise política e pela desaceleração da economia. O Ibovespa encerrou o ano com uma desvalorização de 13,31%, enquanto o IBRX50 se desvalorizou 13,09%. Não vislumbrando uma melhora no cenário para o mercado de Renda Variável no curto/médio prazo, o comitê de investimento da Capecf decidiu pela realização total de seus investimentos em ações ao longo do ano 2015, permanecendo na carteira apenas as ações ordinárias do Banco do Nordeste.

Apesar do cenário adverso, a carteira de ações obteve uma *performance* de 7,00% no ano. Esse desempenho deveu-se a uma operação de *hedge* (proteção) no segmento de Renda Variável iniciada ainda em 2014. A participação dos investimentos em ações no Plano BD administrado pela Entidade foi de 0,39% no final de 2015, representando, basicamente, as ações do BNB.

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

O segmento de Investimentos Estruturados é composto basicamente por fundos imobiliários integrantes da carteira própria da Capecf, com patrimônio de R\$ 6,93 milhões. Em 2015, a *performance* do segmento foi de 7,57%, superior ao desempenho do índice que referencia os fundos imobiliários na Bolsa, que é o IFIX, valorizado em 5,46%.

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

O segmento de Investimentos Imobiliários, no qual estão alocados 8,79% dos recursos do Plano BD, alcançou uma rentabilidade de 6,90%, ficando abaixo, portanto, da meta atuarial de 17,40%.

Vale destacar que a Capecf está implantando várias ações no sentido de reduzir o percentual de alocação dos imóveis para o percentual permitido pela legislação que é de 8%. O prazo permitido para o reenquadramento ao limite permitido é abril/2016.

Os principais fatores que impactaram nessa rentabilidade foram: o cenário econômico nacional desfavorável, que influenciou diretamente nas atividades dos clientes (locatários), elevando a taxa de vacância da carteira e consequentemente reduzindo a rentabilidade inerente à locação; e a não ocorrência de reavaliações positivas patrimoniais no ano.

O índice de vacância dos imóveis do Plano fechou o ano de 2015 em 12,92%. As unidades vacantes mais representativas estão situadas nos imóveis: Edifício Catabas Center, em Salvador; Edifício Manhattan Tower e Edifício Gustavo José de Matos, ambos no Rio de Janeiro; e Edifício Pedro Biagi, em São Paulo.

Durante o ano de 2015, foram efetivadas as seguintes vendas: Salas 1910, 1911 e vagas 304, 305 e 310 do Edifício Beira Mar Trade Center (CE); Loja, 1ª sobreloja e 11 vagas do Edifício Pedro Biagi (SP); e Salões 201, 301, 401 e 501 do Edifício Visconde de Ouro Preto (RJ), todas com apuração de lucro contábil.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

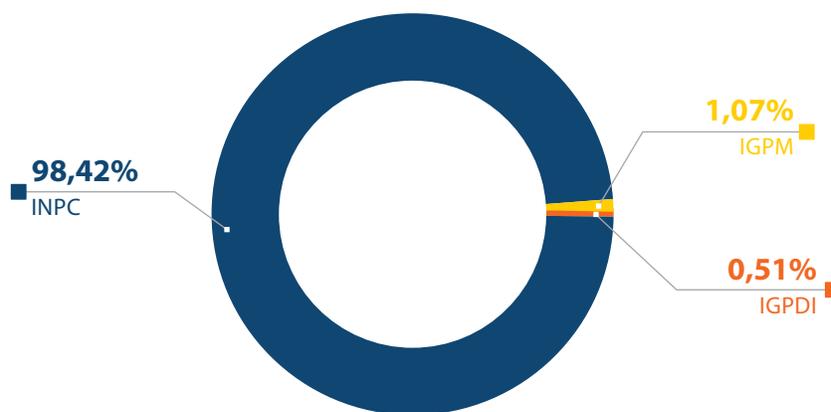
O segmento de Operações com Participantes compreende os Empréstimos aos Participantes e os Financiamentos Imobiliários. Neste segmento estão alocados R\$ 90,63 milhões, representando 2,75% dos recursos do Plano BD.

Durante o exercício, o segmento alcançou rentabilidade de 17,24%, não superando, portanto, a meta atuarial de 17,40%.

EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

No exercício de 2015, o Plano BD realizou 1.716 liberações de empréstimos da linha EAP 2014, a qual possibilita aos Participantes a adesão à modalidade de suspensão programada de pagamento das prestações em um trimestre anual fixo até o término do contrato. A suspensão programada também está aberta aos contratos das linhas anteriores a este, por meio do processo de migração do empréstimo para a nova linha EAP 2014.

O portfólio no final do ano era de 8.261 contratos ativos, totalizando R\$ 84.755 mil, saldo líquido após o desconto de provisões de perdas. No que se refere à composição dos saldos devedores por tipo de indexador, a carteira de empréstimos ficou distribuída de acordo com o gráfico a seguir.



Para garantia dos empréstimos concedidos, a Capef mantém o Fundo Garantidor de Empréstimo, com adesão obrigatória e custeio pelos próprios mutuários, objetivando assegurar a quitação de dívidas nos casos de falecimento.

Ao final de 2015, o fundo registrou saldo de R\$ 6.438 mil. No Plano BD, o segmento de Empréstimos proporcionou rentabilidade de 19,11%, superando a meta atuarial (INPC + 5,50%) de 17,40%, já considerados os efeitos da prática de provisão contábil por inadimplência, na forma da legislação aplicável, que acarretou despesa da ordem de R\$ 266,50 mil no período.

FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

A linha de Financiamento Imobiliário encontra-se desativada desde 1991, re-manecendo 48 contratos ativos. Ao final de 2015, o valor total dos contratos, líquidos das provisões, correspondia a um montante de R\$ 5.871 mil. Todos os contratos estão cobertos por apólice de seguro prestamista.

RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA

No quadro a seguir, apresentamos a rentabilidade bruta e líquida dos custos de gestão da carteira de investimentos.

Plano BD e Segmentos

SEGMENTOS DO PLANO BD	VARIAÇÃO DA COTA LÍQUIDA (%)	VARIAÇÃO DA COTA BRUTA (%)*
RENDA FIXA	17,52	17,53
RENDA VARIÁVEL	7,00	7,28
IMÓVEIS	6,90	9,00
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	17,24	17,24
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	7,57	7,57
PLANO BD	16,30	16,51

Fundos Exclusivos

FUNDOS INVESTIMENTOS EXCLUSIVOS	VARIAÇÃO DA COTA LÍQUIDA (%)	VARIAÇÃO DA COTA BRUTA (%)*
BNB FI RF PREVIDENCIÁRIO EXCLUSIVO	17,76	17,76
BNB FI AÇÕES PREVIDENCIÁRIO EXCLUSIVO	(7,09)	(6,34)
BNB FI COTAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIO EXCLUSIVO	(9,85)	(9,50)
FUNDO FORTALEZA MULTIMERCADO	14,92	14,92
SUL AMÉRICA FI AÇÕES	(8,19)	(9,34)
ITAÚ FI AÇÕES	(11,05)	(10,98)
BTG PACTUAL FI AÇÕES	(9,24)	(6,56)

(*) Variação da Cota Bruta é a cota líquida adicionando as despesas dos respectivos segmentos

PLANO CV I

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O Plano CV I encerrou o ano com patrimônio de R\$ 409,76 milhões. No quadro a seguir, apresentamos a distribuição dos investimentos do Plano CV I.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
RENDA FIXA	384.555,79	93,85
RENDA VARIÁVEL	-	0,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	6.546,51	1,60
IMÓVEIS	-	0,00
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	18.660,19	4,55
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	409.762,49	100,00

RENTABILIDADE

O Plano obteve rentabilidade de 16,68%, enquanto a meta atuarial (IPCA+5,5%) no mesmo período foi levemente superior, 16,76%. No quadro a seguir é apresentada a rentabilidade dos segmentos que compõem a carteira do Plano.

RENTABILIDADE	%
RENDA FIXA	17,51
RENDA VARIÁVEL	-2,79
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	3,07
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	18,16
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	16,68

O ano de 2015 foi marcado por enormes dificuldades para os fundos de pensão. A inflação atingiu patamares elevados, com o IPCA fechando o ano em 10,67%, o mercado de ações brasileiro, representado pelo Ibovespa, apresentou uma desvalorização de 13,31%. Diante de tamanhos desafios, os resultados alcançados em 2015 podem ser considerados satisfatórios. Vide a seguir tabela com a rentabilidade dos últimos quatro anos.

Rentabilidade dos investimentos nos últimos 4 anos (%)

DESCRIÇÃO	2015	2014	2013	2012
RENTABILIDADE NOMINAL	16,68	12,91	-1,58	14,31
IPCA	10,67	6,41	5,91	5,84
RENTABILIDADE REAL	5,43	6,11	-7,07	8,00
RESULTADO ACIMA/ABAIXO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL	-0,07	0,61	-12,57	2,50

RENDA FIXA

Ao final de 2015, o segmento de Renda Fixa apresentou rentabilidade de 17,51%, superando a meta atuarial em 0,75 ponto percentual. Na carteira de Renda Fixa estão alocados R\$ 384,55 milhões, representando 93,85% dos recursos do Plano CV I. O segmento é composto por títulos públicos federais (R\$ 341,46 milhões), fundos de Renda Fixa (R\$ 14,02 milhões), debêntures (R\$ 11,08 milhões), DPGE (R\$ 6,50 milhões) e letras financeiras (R\$ 11,49 milhões).

RENDA VARIÁVEL

Em 2015, o mercado de ações brasileiro passou por grandes oscilações decorrentes de instabilidades políticas/econômicas verificadas no mercado local. Não vislumbrando uma melhora no cenário para o mercado de Renda Variável no curto/médio prazo, o comitê de investimentos da Capecf decidiu pela realização total dos investimentos em ações do Plano CV I ao longo do ano 2015. No ano a *performance* do segmento foi de -2,79% contra uma *performance* negativa do Ibovespa de 13,31%.

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

O segmento de Investimentos Estruturados é composto por fundos imobiliários. Em 2015, a *performance* do segmento foi de 3,07%, inferior ao desempenho do índice que referencia os fundos imobiliários na Bolsa, IFIX, valorizado em 5,46%.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O segmento Operações com Participantes, no qual estão alocados R\$ 18,66 milhões, o que representa 4,55% dos recursos do Plano CV I, compreende somente Empréstimos aos Participantes. Durante o exercício de 2015, o segmento de Empréstimos proporcionou rentabilidade de 18,16%, superando a meta atuarial (IPCA + 5,5%) de 16,76%, já considerados os efeitos da prática de provisão contábil por inadimplência, na forma da legislação aplicável, que acarretou despesa da ordem de R\$ 48,40 mil no período.

EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

No exercício de 2015, o Plano CV I realizou 1.848 liberações na linha EAP 2012 - CV, fechando o ano com portfólio de 2.819 contratos ativos, no valor de R\$ 18.660 mil. A carteira, em sua totalidade, é atualizada pela variação do IPCA. Para garantir a liquidação da dívida nos casos de falecimento, existe o Fundo Garantidor de Em-

préstimo, com adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. Ao final de 2015, o saldo do fundo importava na quantia de R\$ 107 mil.

RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA

No quadro a seguir, apresentamos a rentabilidade bruta e líquida dos custos de gestão da carteira de investimentos.

Plano CV I e Segmentos

SEGMENTOS DO PLANO CV I	VARIAÇÃO DA COTA LÍQUIDA (%)	VARIAÇÃO DA COTA BRUTA (%)*
RENDA FIXA	17,51	17,51
RENDA VARIÁVEL	(2,79)	(2,79)
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	18,16	18,16
ESTRUTURADOS	3,07	3,07
PLANO CV I	16,68	16,68

(*) Variação da Cota Bruta é a cota líquida adicionando as despesas dos respectivos segmentos

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA PGA

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O PGA é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com maior detalhamento das despesas administrativas. Referido plano é responsável pela gestão administrativa da Entidade e conta com regulamento próprio, conferindo-lhe maior transparência.

Em decorrência de suas características, os recursos do PGA estão alocados no Fundo de Investimento: Renda Fixa Previdenciário Exclusivo e em um imóvel locado à patrocinadora. Em 31/12/2015, o PGA acumulava investimento total de R\$38 milhões.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
RENDA FIXA	37.385,80	97,06
IMÓVEIS	1.131,06	2,94
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	38.516,86	100,00

RENTABILIDADE

RENTABILIDADE	%
RENDA FIXA	17,68
IMÓVEIS	24,88
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	17,89

RESUMO DOS INVESTIMENTOS

PATRIMÔNIO CONSOLIDADO

SEGMENTOS	2014		2015		(%) POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	% POR PLANO	DEZ (R\$ MIL)	% POR PLANO	
Total dos Recursos dos Planos administrados pela Entidade	3.320.673,93		3.719.205,51		
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - BD	3.015.548,35	-	3.270.939,27	-	-
Total Investimentos	3.039.309,19	100,00	3.295.077,74	100,00	-
Renda Fixa	2.521.195,16	82,95	2.895.105,47	87,86	66 - 100
Renda Variável	125.691,38	4,14	12.683,51	0,38	0 - 6
Investimentos Estruturados	7.258,18	0,24	6.930,82	0,21	0 - 10
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 0
Imóveis	300.201,58	9,88	289.731,94	8,79	0 - 8
Operações com Participantes	84.962,89	2,80	90.626,00	2,75	0 - 10
Empréstimos	78.775,08	2,59	84.754,64	2,57	-
Financiamentos Imobiliários	6.187,81	0,20	5.871,36	0,18	-
Disponível - Caixa	919,19	-	22,55	-	-
Outro realizáveis (Impostos a Compensar e OFND)	961,70	-	1.009,84	-	-
Passivo de Investimentos	(22.760,41)	-	(21.575,64)	-	-
Contingência de Investimentos	(2.881,32)	-	(3.595,22)	-	-
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - CV	276.437,33	-	409.749,39	-	-
Total Investimentos	276.458,62	100,00	409.762,48	100,00	-
Renda Fixa	254.301,32	91,99	384.555,79	93,85	47 - 100
Renda Variável	7.932,81	2,87	-	-	0 - 20
Investimentos Estruturados	7.201,51	2,60	6.546,51	1,60	0 - 10
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 3
Imóveis	-	-	-	-	0 - 8
Empréstimos	7.022,98	2,54	18.660,19	4,55	0 - 12
Disponível - Caixa	38,14	-	5,92	-	-
Passivo Investimentos	(59,43)	-	(19,02)	-	-
Total Investimentos - PGA	28.688,25	100,00	38.516,86	100,00	-
Renda Fixa	27.553,29	96,04	37.385,80	97,06	92 - 100
Investimento Imobiliário	1.134,96	3,96	1.131,06	2,94	0 - 8

INVESTIMENTOS DO PLANO BD

DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO

SEGMENTOS	2014		2015		(%) POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	%	DEZ (R\$ MIL)	%	
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	3.015.548,35	-	3.270.939,27	-	-
Total Investimentos	3.039.309,19	100,00	3.295.077,74	100,00	-
Renda Fixa	2.521.195,16	82,95	2.895.105,47	87,86	66 - 100
Renda Variável	125.691,38	4,14	12.683,51	0,38	0 - 6
Investimentos Estruturados	7.258,18	0,24	6.930,82	0,21	0 - 10
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 0
Imóveis	300.201,58	9,88	289.731,94	8,79	0 - 8
Operações com Participantes	84.962,89	2,80	90.626,00	2,75	0 - 10
Empréstimos	78.775,08	2,59	84.754,64	2,57	-
Financiamentos Imobiliários	6.187,81	0,20	5.871,36	0,18	-
Disponível - Caixa	919,19	-	22,55	-	-
Outro realizáveis (Impostos a Compensar e OFND)	961,70	-	1.009,84	-	-
Passivo de Investimentos	(22.760,41)	-	(21.575,64)	-	-
Contingência de Investimentos	(2.881,32)	-	(3.595,22)	-	-

RENTABILIDADE

SEGMENTOS	2014		2015	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE%
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	3.015.548,35	14,59	3.270.939,27	16,30
Total Investimentos	3.039.309,19	-	3.295.077,74	-
Renda Fixa	2.521.195,16	13,93	2.895.105,47	17,52
Renda Variável	125.691,38	17,97	12.683,51	7,00
Investimentos Estruturados	7.258,18	-6,27	6.930,82	7,57
Investimentos no Exterior	-	-	-	-
Imóveis	300.201,58	19,01	289.731,94	6,90
Operações com Participantes	84.962,89	13,76	90.626,00	17,24
Empréstimos	78.775,08	15,04	84.754,64	19,12
Financiamentos Imobiliários	6.187,81	-2,06	5.871,36	-7,32
Disponível - Caixa	919,19	-	22,55	-
Outro realizáveis (Impostos a Compensar e OFND)	961,70	-	1.009,84	-
Passivo de Investimentos	(22.760,41)	-	(21.575,64)	-
Contingência de Investimentos	(2.881,32)	-	(3.595,22)	-
CDI (Benchmark Renda Fixa)		10,81		13,24
IBrX (Benchmark Renda Variável)		-2,65		-13,09
Meta Atuarial (INPC + 5,75% a.a.)		12,34		17,40

GESTÃO TERCEIRIZADA

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	2.617.723,37	99,49	79,44	0,040
Itaú	0,00	-	-	0,400
BTG Pactual	469,22	0,02	0,01	0,500
SulAmérica	213,06	0,01	0,01	0,200
Brasil Plural	3.387,24	0,13	0,10	0,250
Fator	3.508,45	0,13	0,11	1,250
Vinci Partners	5.722,95	0,22	0,17	1,055
Total	2.631.024,28	100,00	79,85	-

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO BD	3.296.087.581,99
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	138.008.058,95
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	46.244.814,75
Notas Financeiras do Tesouro Nacional	91.763.244,20
AÇÕES	7.458.632,50
PATROCINADOR(ES)	7.458.632,50
A VISTA	7.458.632,50
Valor de Mercado a Vista	7.458.632,50
FUNDO DE INVESTIMENTO	2.769.253.110,70
RENDA FIXA	2.622.426.306,87
QUOTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA	2.622.426.306,87
RENDA FIXA	2.622.426.306,87
QFIF - RF	2.616.684.906,67
QFIF - RF (BTG Pactual Capital Markets FI RF Crédito Privado)	300.716,45
QFIF - RF (Crédito Imobiliário - Vinci)	5.722.951,47
(-) Valores Bloqueados p/ Depósito Judicial	(282.288,97)
OUTROS INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA	21,25
Pagamentos a Recuperar	21,25
AÇÕES	5.224.879,46
QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES	878.983,90
Banco do Nordeste do Brasil S/A	878.983,90
FUNDO APLICADO EM QUOTAS FD INV RENDA VARIÁVEL	4.345.895,56
Banco do Nordeste do Brasil S/A	4.345.895,56
MULTIMERCADO	134.671.100,73
FUNDO FORTALEZA MULTIMERCADO	134.671.100,73
EMPRESAS EMERGENTES	35.139,54
QUOTAS FUNDO DE INVESTIMENTOS EMPRESAS EMERGENTES	35.139,54
QFIEE	45.584,91
(-) Valores Bloqueados p/ Depósito Judicial	(10.445,37)
IMOBILIÁRIO	6.895.684,10
FDO APLIC QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILÁRIO	6.895.684,10
Valor de Mercado - FAQFII	6.895.684,10
DERIVATIVOS	-
OPÇÕES ATIVOS FINANCEIROS	-
Opções de Venda - Titular	-
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	289.731.939,95
Comerciais	276.039.140,98
Shopping Centers	-
Terrenos	-
Apartamentos Residenciais	-
Direitos Alienações de Imóveis	11.686.329,35
Outros (Direitos, Garagens, Galpões, ETC)	2.006.469,62
EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES	84.754.635,32
Empréstimos	84.754.635,32
FINANCIAMENTOS AOS PARTICIPANTES	5.871.362,39
Financiamentos Imobiliários	5.871.362,39
DEPÓSITO JUDICIAIS/RECURSAIS	346.098,56
Depósito Judicial	346.098,56
OUTROS REALIZÁVEIS	663.743,62
Impostos a Compensar	9.227.059,65
Provisão para perda - Impostos a Compensar	(8.563.316,03)

CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2015

Consultoria de Investimentos

A Capef mantém atualmente um contrato de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus no valor de R\$ 1.710,00 por mês.

Custódia

Custo anual foi de 0,02% sobre as prestações dos serviços de custódia e controladoria.

Auditoria

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

Taxas de Administração e Devolução de Corretagem

Taxa de Administração do Fundo de Investimento em Renda Fixa: 0.04% aa

Taxa de Administração do Fundo de Investimento em Renda Variável: 0,20% a 0,50% aa

A Devolução de Corretagem sobre a tabela da BOVESPA foi, em média, 90%.

Administrador Responsável

Gestor: José Danilo Araújo do Nascimento

E-mail: danilo.araujo@capef.com.br

Telefone: (85) 4008 - 5813

INVESTIMENTOS DO PLANO CVI

DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO

SEGMENTOS	2014		2015		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ - R\$ (MIL)	%	DEZ - R\$ (MIL)	%	
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	276.437,33	-	409.749,39	-	-
Total Investimentos	276.458,62	100,00	409.762,48	100,00	-
Renda Fixa	254.301,32	91,99	384.555,79	93,85	47 - 100
Renda Variável	7.932,81	2,87	-	-	0 - 20
Investimentos Estruturados	7.201,51	2,60	6.546,51	1,60	0 - 10
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 3
Imóveis	-	-	-	-	0 - 8
Empréstimos	7.022,98	2,54	18.660,19	4,55	0 - 12
Disponível - Caixa	38,14	-	5,92	-	-
Passivo Investimentos	(59,43)	-	(19,02)	-	-

RENTABILIDADE

SEGMENTOS	2014		2015	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	276.437,33	12,91	409.749,39	16,68
Total Investimentos	276.458,62	-	409.762,48	-
Renda Fixa	254.301,32	15,24	384.555,79	17,51
Renda Variável	7.932,81	(7,92)	-	-
Investimentos Estruturados	7.201,51	(1,24)	6.546,51	3,06
Empréstimos	7.022,98	14,09	18.660,19	18,16
Disponível - Caixa	38,14	-	5,92	-
Passivo Investimentos	(59,43)	-	(19,02)	-
CDI (Benchmark Renda Fixa)	-	10,81	-	13,24
IBrX (Benchmark Renda Variável)	-	(2,65)	-	(13,09)
Meta Atuarial (IPCA + 5,5% a.a.)	-	12,26	-	16,76

GESTÃO TERCEIRIZADA

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	8.303,90	40,36	2,03	0,350
Rio Bravo	1.812,95	8,81	0,44	0,250
Vinci Partners	5.722,95	27,82	1,40	1,055
Brasil Plural	3.498,79	17,01	0,85	0,250
Fator	1.234,76	6,00	0,30	1,250
Total	20.573,36	100,00	5,02	-

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO CV I		409.762.484,90
TÍTULOS PÚBLICOS		341.462.129,41
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS		341.462.129,41
NOTAS DO TESOUREIRO NACIONAL		324.267.488,39
Valor Atualizado - NTN B		324.267.488,39
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOUREIRO		17.194.641,02
Valor Atualizado - LFT		17.194.641,02
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS		29.066.808,35
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		17.986.720,75
DEPÓSITO A PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL		6.501.041,23
Aplicação em DPGE		6.501.041,23
LETRAS FINANCEIRAS SUBORDINADAS		11.485.679,52
Aplicação em LFSN		11.485.679,52
COMPANHIAS ABERTAS		11.080.087,60
DEBENTURES		11.080.087,60
Valor Atualizado - Debêntures Cias. Abertas		11.080.087,60
AÇÕES		-
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		-
Valor de Mercado - Instituições Financeiras		-
COMPANHIAS ABERTAS		-
Valor de Mercado - Companhias Abertas		-
FUNDOS DE INVESTIMENTO		20.573.355,77
RENDA FIXA		14.026.849,07
QTAS. FUNDOS INVEST. FINANCS. - RENDA FIXA		14.026.849,07
Valor Atualizado - BNB FIC FI Institucional DI		8.303.897,60
QFIF - RF (Crédito Imobiliário - Vinci)		5.722.951,47
AÇÕES		-
QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES		-
Valor de Mercado-Fundo de Ações		0,00
IMOBILIÁRIO		6.546.506,70
QUOTAS FUNDOS INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO]		6.546.506,70
Valor de Mercado-QFIIMOB		6.546.506,70
DERIVATIVOS		-
OPÇÕES ATIVOS FINANCEIROS		-
Opções de Venda - Titular		-
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		18.660.191,37
EMPRÉSTIMOS		18.660.191,37
EAP 2012 (IPCA)		18.660.191,37

CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2015

Consultoria de Investimentos

A Capef mantém atualmente um contrato de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus no valor de R\$ 1.710,00 por mês.

Custódia

Custo anual foi de 0,02% sobre as prestações dos serviços de custódia e controladoria.

Auditoria

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

Taxas de Administração e Devolução de Corretagem

Taxa de Administração do Fundo de Investimento em Renda Fixa: 0.04% aa

Administrador Responsável

Gestor: José Danilo Araújo do Nascimento

E-mail: danilo.araujo@capef.com.br

Telefone: (85) 4008 - 5813

INVESTIMENTOS DO PGA

DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO

SEGMENTOS	2014		2015		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ - R\$ (MIL)	%	DEZ - R\$ (MIL)	%	
Total Investimentos	28.688,25	100,00	38.516,86	100,00	-
Renda Fixa	27.553,29	96,04	37.385,80	97,06	92 - 100
Investimento Imobiliário	1.134,96	3,96	1.131,06	2,94	0 - 8

RENTABILIDADE

SEGMENTOS	2014		2015	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %
Total Investimentos	28.688,25	36,49	38.516,86	23,08
Renda Fixa	27.553,29	13,94	37.385,80	17,68
Investimento Imobiliário	1.134,96	22,65	1.131,06	24,88

GESTÃO TERCEIRIZADA

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	37.385,80	100,00	100,00	0,04
Total	37.385,80	-	-	-

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PGA		38.516.857,44
FUNDO DE INVESTIMENTO		37.385.800,38
RENDA FIXA		37.385.800,38
QUOTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA		37.385.800,38
INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO		1.131.057,06
Edificações + Direitos a receber s/ Edificações		1.131.057,06

CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2015

Consultoria de Investimentos

A Capef mantém atualmente um contrato de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus no valor de R\$ 1.710,00 por mês.

Custódia

Custo anual foi de 0,02% sobre as prestações dos serviços de custódia e controladoria.

Auditoria

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

Taxas de Administração e Devolução de Corretagem

Taxa de Administração do Fundo de Investimento em Renda Fixa: 0.04% aa

Administrador Responsável

Gestor: José Danilo Araújo do Nascimento

E-mail: danilo.araujo@capef.com.br

Telefone: (85) 4008 - 5813

“

Me sinto tranquilo e seguro em participar de um plano de previdência tão bom e confiável, como o da Capef. Tão bem administrado e organizado que dispensa sugestões”.



Deocleciano de Araújo Neves

*Participante
Assistido do
Plano BD*

GESTÃO

ADMINISTRATIVA

Dando continuidade ao trabalho de gestão das despesas administrativas, a Capef adota diversos indicadores de eficiência operacional, os quais são periodicamente comparados aos *benchmarks* do segmento.

Os indicadores de gestão das despesas, a variação orçamentária, o índice de cobertura das despesas administrativas e o custo administrativo mensal por participante, por exemplo, continuam apresentando desempenho superior à meta estabelecida.

LIMITE PARA COBERTURA DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os recursos necessários para a cobertura das despesas com a administração da Capef são repassados ao Plano de Gestão Administrativa (PGA) pelos planos previdenciais, respeitados os limites de 1% do somatório dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios (RGPB) ou de 9% do total das contribuições previdenciárias e dos benefícios pagos no ano, conforme determina o artigo 6º da Resolução CGPC Nº. 29, de 31 de Agosto de 2009.

No caso da Capef, o Conselho Deliberativo definiu como limite o percentual de até 1% sobre os RGPB, que correspondiam a R\$ 36.807 mil em 2015 (R\$32.920 mil em 2014).

De acordo com o plano de custeio aprovado, a Capef desconta: 8,5% sobre as contribuições dos Participantes Ativos e Assistidos do Plano BD e 5,3% sobre as contribuições dos Participantes Ativos do Plano CV I, sendo realizada ainda uma contribuição única no valor de 2,7% sobre o saldo da reserva matemática de cada Participante Assistido por ocasião da aposentadoria, além do recebimento da contribuição paritária do Patrocinador.

O valor arrecadado para custear as despesas administrativas totalizou em 2015 R\$ 17.444 mil (R\$ 15.796 mil, em 2014), que correspondeu a 0,47% dos RGPB, (0,48% em 2014), conforme detalhamento no quadro abaixo.

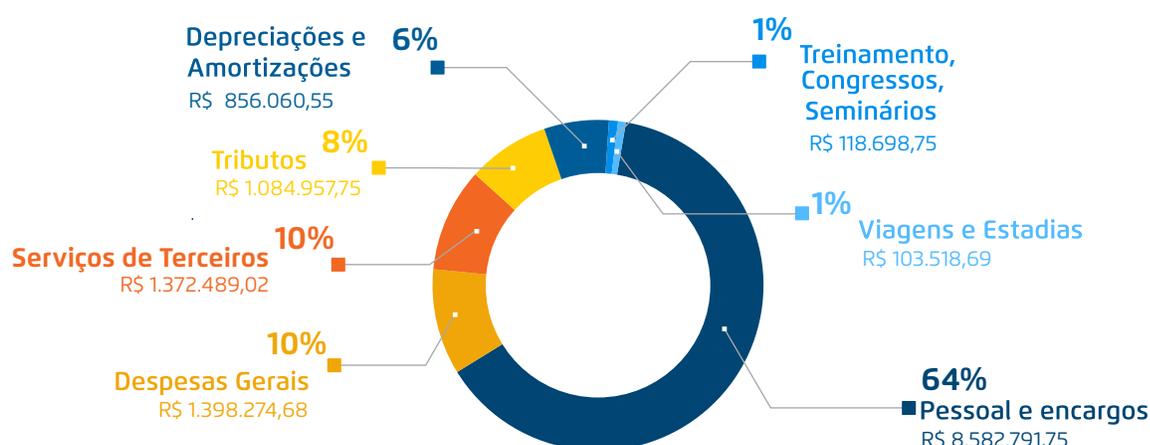
PLANOS DE BENEFÍCIOS	2015 (R\$ MIL)	2014 (R\$ MIL)
PLANO BD	12.171	11.596
PLANO CV I	5.273	4.200
CONSOLIDADO	17.444	15.796
PERCENTUAL DOS RGPB	0,47%	0,48%
LIMITE (1% RGPB)	36.807	32.920

ORÇAMENTO

Em 2015, o orçamento previsto de despesas administrativas, aprovado pelo Conselho Deliberativo, foi de R\$ 14.624 mil (R\$ 12.107 mil, em 2014). Foram utilizados R\$ 13.517 mil (R\$ 11.236 mil, em 2014), de forma que a variação entre a previsão e a despesa administrativa efetivamente realizada foi de R\$ 1.107 mil, 7,57% abaixo do valor orçado.

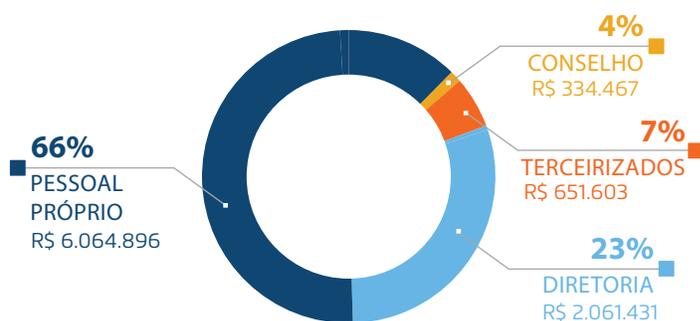
No gráfico a seguir são apresentados os principais grupos que constituem as despesas administrativas.

Despesas Administrativas de 2015



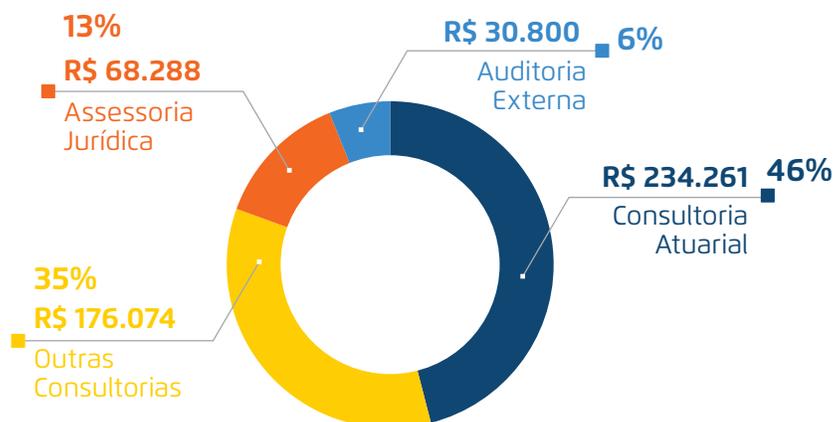
As despesas administrativas da Entidade são classificadas em grupos, conforme estabelecido pela PREVIC, e o maior gasto é com Pessoal e Encargos (64%).

Os valores mais representativos do grupo Despesas Gerais (10%) referem-se aos gastos com energia elétrica, água e esgoto, telefone, envio de correspondências, vigilância, limpeza e manutenção que juntos totalizaram 62% do grupo. O gráfico a seguir demonstra a distribuição da despesa com Pessoal da Capef discriminadas em despesas com Diretoria, Conselhos, Pessoal Próprio e Terceirizados.



O grupamento Serviços de Terceiros é composto pelas despesas com serviços terceirizados de pessoas físicas e jurídicas, tais como: Consultorias e Assessorias, Auditoria, Impressões e Envelopamentos, Guarda e Custódia de Documentos e Desenvolvimento de Sistemas.

No gráfico a seguir, apresentamos as despesas com Consultorias Atuariais, Auditoria Independente, contratada para auditar as Demonstrações Contábeis da Entidade, despesas com Assessoria Jurídica para defesa em processos judiciais e outras consultorias contratadas pela Entidade.



FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo é constituído pelo valor transferido de custeio dos planos, somado ao resultado dos investimentos administrativos e outras receitas, subtraído dos gastos operacionais de funcionamento da Entidade e de contingências administrativas.

Em 2015, o Fundo encerrou com um saldo de R\$ 48.278 mil, conforme apresentado na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	VALORES
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	39.225
RESULTADO DOS INVESTIMENTOS ADMINISTRATIVOS	5.453
CUSTEIO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	17.444
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRATIVAS	11
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-13.517
CONTINGÊNCIAS	-338
SALDO FINAL DO FUNDO ADMINISTRATIVO	48.278

R\$ Mil

PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO

A Resolução CGPC Nº 29, de 31 de Agosto de 2009, estabeleceu no seu artigo 12º que o Conselho Fiscal deve acompanhar e controlar os indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto ao limite e critérios quantitativos e qualitativos, bem como a avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão, em consonância com o inciso I do artigo 19 da Resolução nº 13, de 2004.

Seguem os indicadores de gestão da Capef, aprovados pelo Conselho Deliberativo:

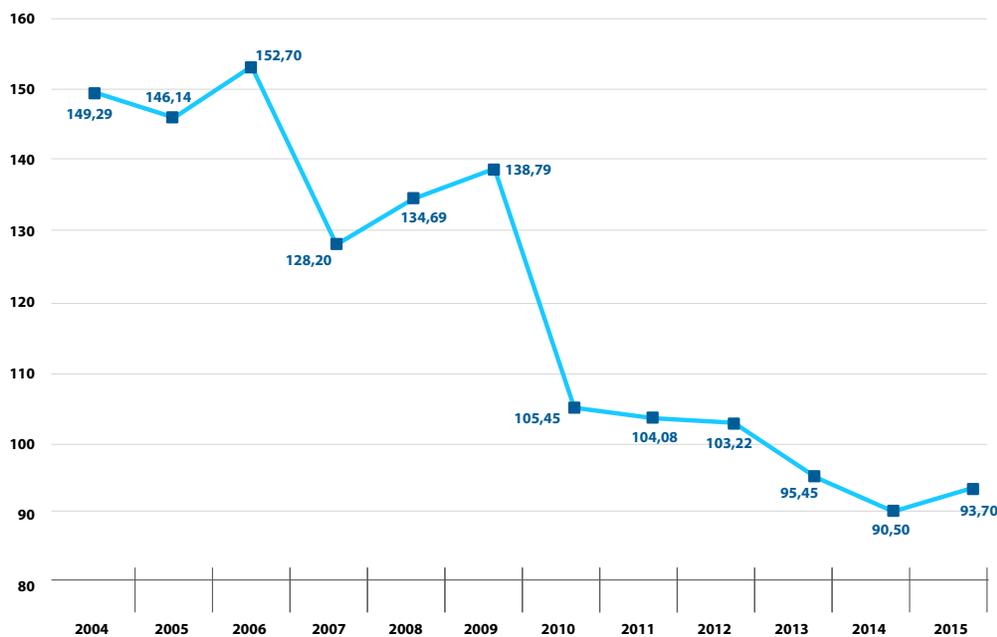
- a. Variação Orçamentária mede a variação do saldo realizado em relação ao saldo orçado das contas do PGA;
- b. Custo Médio Mensal de Administração por Participante e Assistido representa o valor médio das despesas administrativas por Participante e Assistido, ou seja, qual o custo total médio para administrar os benefícios de cada Participante e Assistido por mês;
- c. Taxa de Administração corresponde à relação entre as despesas administrativas e os recursos garantidores (RGPB);
 - c.1. Taxa de Administração dos Investimentos é a divisão das despesas administrativas inerentes à gestão dos investimentos sobre os recursos garantidores (RGPB);
 - c.2. Taxa de Administração dos Benefícios mede a relação das despesas administrativas inerentes à gestão previdencial sobre os recursos garantidores (RGPB);
- d. Taxa de Carregamento corresponde à relação das despesas administrativas pelo fluxo previdencial (soma das contribuições e dos benefícios) da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC);
- e. Índice de Cobertura das Despesas Administrativas equivale a relação das fontes de custeio sobre as despesas administrativas, ou seja, quanto as receitas cobrem as despesas administrativas.

As metas e o realizado de cada indicador estão demonstrados na tabela a seguir:

INDICADORES	META	REALIZADO
VARIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	10%	-7,57%
CUSTO MÉDIO DE ADMINISTRAÇÃO POR PARTICIPANTES	107,59	93,70
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,4020%	0,3672%
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	0,1900%	0,1812%
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DOS BENEFÍCIO	0,2120%	0,1861%
TAXA DE CARREGAMENTO	2,5217%	2,1303%
ÍNDICE DE COBERTURA DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1,14	1,26

CUSTO ADMINISTRATIVO MENSAL POR PARTICIPANTE

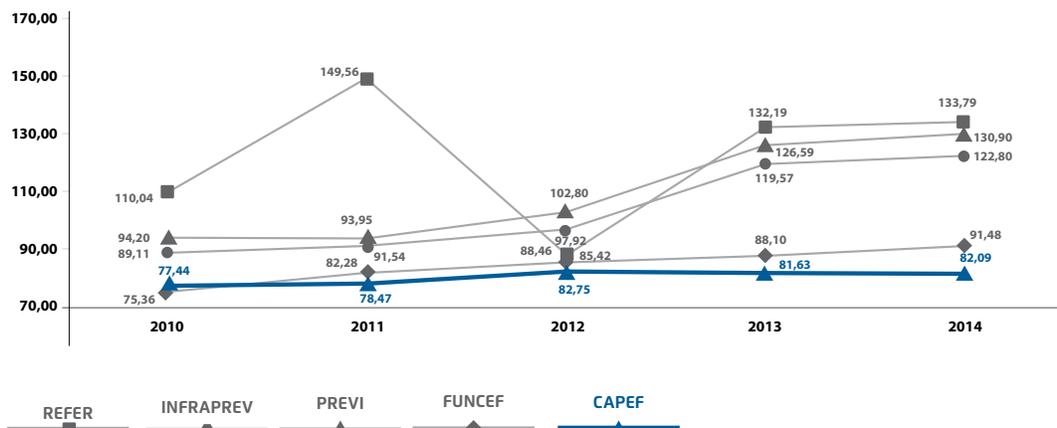
O Custo Administrativo Mensal por Participante, o qual vinha apresentado uma trajetória de redução nos últimos anos, teve um pequeno acréscimo em 2015, conforme demonstra o gráfico a seguir.



Valores ano base Dez/2015.

Referido acréscimo deveu-se basicamente à cobrança do PIS e COFINS sobre as receitas do PGA.

Quando comparado com o desempenho dos demais fundos de pensão, a CAPEF observou que o seu custo administrativo mensal por Participante encontra-se em patamar inferior à média do segmento e, inclusive, abaixo do praticado por outras entidades com quantidade de participantes superior ao seu, conforme pesquisa divulgada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), com base nos dados de dezembro de 2014, conforme gráfico a seguir:



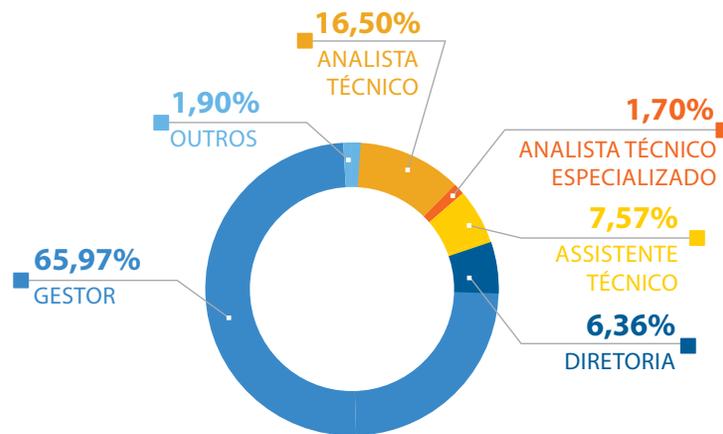
POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Ao realizar diversos treinamentos internos, convidar profissionais de renome do mercado para disseminar conteúdos relevantes, patrocinar participação em cursos, congressos e seminários, a Capef estimula a qualificação de seu quadro funcional.

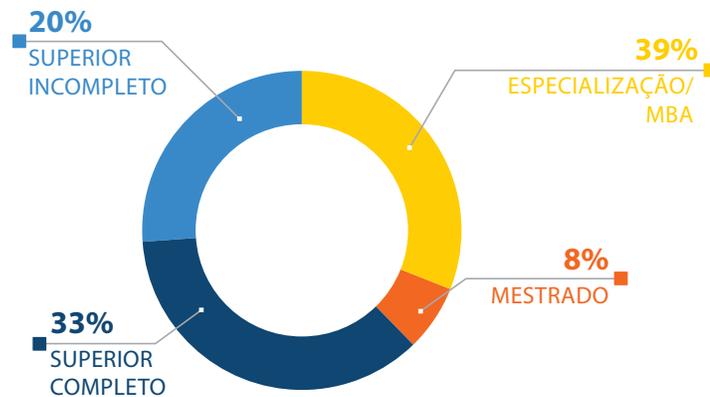
Ao longo de 2015, foram realizadas ações de treinamento do corpo funcional da Entidade, que ao final do período representaram um investimento correspondente a 1,96% da folha bruta anual.

Os gráficos abaixo apresentam a distribuição dos treinamentos em termos de investimento financeiro discriminados por categoria funcional e a escolaridade dos funcionários.

Investimento em treinamento por cargo



Escolaridade do Corpo Funcional



DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO DE 2015

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2015

ATIVO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
DISPONÍVEL	30	973
REALIZÁVEL	3.781.178	3.381.234
Gestão Previdencial	36.256	35.508
Gestão Administrativa	555	308
Investimentos	3.744.367	3.345.418
Títulos Públicos	479.470	166.644
Crédito Privados e Depósitos	29.067	25.557
Ações	7.459	9.887
Fundos de Investimento	2.827.212	2.742.922
Derivativos	0	6.124
Investimentos Imobiliários	290.863	301.336
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	109.286	91.986
Depósitos Judiciais/Recursais	346	334
Outros Realizáveis	664	628
PERMANENTE	10.926	11.248
Imobilizado	7.545	7.588
Intangível	3.381	3.660
TOTAL DO ATIVO	3.792.134	3.393.455

Fortaleza, 31 de janeiro de 2016

ZILANA MELO RIBEIRODiretora-Presidente
CPF 162.836.353-34**JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87

PASSIVO	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
EXIGÍVEL OPERACIONAL	25.185	25.175
Gestão Previdencial	2.421	1.533
Gestão Administrativa	1.168	819
Investimentos	21.596	22.823
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	123.298	119.308
Gestão Previdencial	119.151	116.214
Gestão Administrativa	552	213
Investimentos	3.595	2.881
PATRIMÔNIO SOCIAL	3.643.651	3.248.972
Patrimônio de Cobertura do Plano	3.572.150	3.193.280
Provisões Matemáticas	3.567.753	3.191.347
Benefícios Concedidos	2.485.353	2.189.747
Benefícios a Conceder	1.082.400	1.001.600
Equilíbrio Técnico	4.397	1.933
Resultados Realizados	4.397	1.933
Superávit Técnico Acumulado	4.397	1.933
Fundos	71.501	55.692
Fundos Previdenciais	16.139	11.094
Fundos Administrativos	48.278	39.225
Fundos dos Investimentos	7.084	5.373
TOTAL DO PASSIVO	3.792.134	3.393.455

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8

CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

em 31 de dezembro de 2015

DESCRIÇÃO		Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
(+/-)	A) Patrimônio Social - início do exercício	3.248.972	2.951.535	10,08
	1. Adições	764.841	633.719	20,69
(+)	Contribuições Previdenciais	215.459	188.259	14,45
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	524.763	422.639	24,16
(+)	Receitas Administrativas	17.455	15.813	10,38
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	5.453	3.058	78,32
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	0	2.852	-100,00
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	1.711	1.098	55,83
	2. Destinações	(370.162)	(336.282)	10,07
(-)	Benefícios	(353.874)	(312.391)	13,28
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-2.433	-12.655	-80,77
(-)	Despesas Administrativas	(13.516)	(11.236)	20,29
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(339)	0	0,00
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	394.679	297.437	32,69
(+/-)	Provisões Matemáticas	376.406	301.262	24,94
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	2.464	-18.593	-113,25
(+/-)	Fundos Previdenciais	5.045	3.183	58,50
(+/-)	Fundos Administrativos	9.053	10.487	-13,67
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.711	1.098	55,83
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	3.643.651	3.248.972	12,15

Fortaleza, 31 de janeiro de 2016

ZILANA MELO RIBEIRODiretora-Presidente
CPF 162.836.353-34**JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87**CAMILLA BASTOS PAULINO**Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO BD

em 31 de dezembro de 2015

DESCRIÇÃO	Exercício 2015	Exercício 2014	Varição (%)
1. Ativos	3.369.709	3.108.262	8,41
Disponível	23	919	-97,50
Recebível	73.598	67.072	9,73
Investimento	3.296.088	3.040.271	8,41
Títulos Públicos	138.008	57.632	139,46
Ações	7.459	6.623	12,62
Fundos de Investimento	2.769.253	2.583.871	7,17
Derivativos	0	6.019	-100,00
Investimentos Imobiliários	289.732	300.201	-3,49
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	90.626	84.963	6,67
Depósitos Judiciais / Recursais	346	334	3,59
Outros Realizáveis	664	628	5,73
2. Obrigações	146.707	143.374	2,32
Operacional	23.960	24.279	-1,31
Contingencial	122.747	119.095	3,07
3. Fundos não Previdenciais	44.338	36.932	20,05
Fundos Administrativos	37.361	31.584	18,29
Fundos dos Investimentos	6.977	5.348	30,46
5. Ativo Líquido (1-2-3)	3.178.664	2.927.956	8,56
Provisões Matemáticas	3.174.303	2.926.044	8,48
Superávit/Déficit Técnico	4.361	1.912	128,09
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	4.361		
b) (+/-) Ajuste de Precificação	286.511		
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	290.872		

Fortaleza, 31 de janeiro de 2016

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente
CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO CV I

em 31 de dezembro de 2015

DESCRIÇÃO	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
1. Ativos	420.704	284.158	48,05
Disponível	6	38	-84,21
Recebível	10.936	7.661	42,75
Investimento	409.762	276.459	48,22
Títulos Públicos	341.462	109.012	213,23
Crédito Privados e Depósitos	29.067	25.556	13,74
Ações	0	3.264	-100,00
Fundos de Investimento	20.573	131.499	-84,36
Derivativos	0	105	-100,00
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	18.660	7.023	165,70
2. Obrigações	55	74	-25,68
Operacional	55	74	-25,68
3. Fundos não Previdenciais	11.024	7.666	43,80
Fundos Administrativos	10.917	7.641	42,87
Fundos dos Investimentos	107	25	328,00
5. Ativo Líquido (1-2-3)	409.625	276.418	48,19
Provisões Matemáticas	393.450	265.303	48,30
Superávit/Déficit Técnico	36	21	71,43
Fundos Previdenciais	16.139	11.094	45,48
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	36		
b) (+/-) Ajuste de Precificação	835		
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	871		

Fortaleza, 31 de janeiro de 2016

ZILANA MELO RIBEIRODiretora-Presidente
CPF 162.836.353-34**JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87**CAMILLA BASTOS PAULINO**Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO BD

em 31 de dezembro de 2015

DESCRIÇÃO	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	2.927.956	2.738.755	6,91
1. Adições	616.411	524.289	17,57
(+) Contribuições	143.192	128.939	11,05
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	473.219	395.350	19,70
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	0	0,00
2. Destinações	(365.703)	(335.088)	9,14
(-) Benefícios	(351.099)	(310.836)	12,95
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(2.433)	(12.656)	-80,78
(-) Custeio Administrativo	(12.171)	(11.596)	4,96
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	250.708	189.201	32,51
(+/-) Provisões Matemáticas	248.259	207.812	19,46
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	2.449	(18.611)	-113,16
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	3.178.664	2.927.956	8,56
C) Fundos não previdenciais	44.338	36.932	20,05
(+/-) Fundos Administrativos	37.361	31.584	18,29
(+/-) Fundos dos Investimentos	6.977	5.348	30,46

Fortaleza, 31 de janeiro de 2016

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente
CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO CV I

em 31 de dezembro de 2015

DESCRIÇÃO	Exercício 2015	Exercício 2014	Varição (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	276.418	179.767	53,76
1. Adições	141.256	102.406	37,94
(+) Contribuições	89.712	75.117	19,43
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	51.544	27.289	88,88
2. Destinações	(8.049)	(5.755)	39,86
(-) Benefícios	(2.776)	(1.555)	78,52
(-) Custeio Administrativo	(5.273)	(4.200)	25,55
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	133.207	96.651	37,82
(+/-) Provisões Matemáticas	128.147	93.450	37,13
(+/-) Fundos Previdenciais	5.045	3.183	58,50
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	15	18	-16,67
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	409.625	276.418	48,19
C) Fundos não previdenciais	11.024	7.666	43,80
(+/-) Fundos Administrativos	10.917	7.641	42,87
(+/-) Fundos dos Investimentos	107	25	328,00

Fortaleza, 31 de janeiro de 2016

ZILANA MELO RIBEIRODiretora-Presidente
CPF 162.836.353-34**JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87**CAMILLA BASTOS PAULINO**Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

em 31 de dezembro de 2015

DESCRIÇÃO	Exercício 2015	Exercício 2014	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	39.225	28.738	36,49
1. Custeio da Gestão Administrativa	22.908	18.871	21,39
1.1. Receitas	22.908	18.871	21,39
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	17.444	15.796	10,43
Receitas Diretas	8	13	-38,46
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	5.453	3.058	78,32
Outras Receitas	3	4	-25,00
2. Despesas Administrativas	13.516	11.236	20,29
2.1. Administração Previdencial	6.848	5.520	24,06
Pessoal e encargos	4.227	3.658	15,55
Treinamentos/congressos e seminários	62	55	12,73
Viagens e estadias	57	65	-12,31
Serviços de terceiros	749	615	21,79
Despesas gerais	760	731	3,97
Depreciações e amortizações	428	396	8,08
Tributos	565	0	0,00
2.2. Administração dos Investimentos	6.668	5.716	16,66
Pessoal e encargos	4.356	3.984	9,34
Treinamentos/congressos e seminários	56	50	12,00
Viagens e estadias	46	56	-17,86
Serviços de terceiros	624	582	7,22
Despesas gerais	638	648	-1,54
Depreciações e amortizações	428	396	8,08
Tributos	520	0	0,00
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	339	-2.852	-111,89
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	9.053	10.487	-13,67
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	9.053	10.487	-13,67
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	48.278	39.225	23,08

Fortaleza, 31 de janeiro de 2016

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente
CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

PLANO BD

em 31 de dezembro de 2015

DESCRIÇÃO	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	3.332.348	3.076.678	8,31
1. Provisões Matemáticas	3.174.303	2.926.044	8,48
1.1. Benefícios Concedidos	2.463.721	2.187.877	12,61
Benefício Definido	2.463.721	2.187.877	12,61
1.2. Benefícios a Conceder	710.582	738.167	-3,74
Benefício Definido	710.582	738.167	-3,74
2. Equilíbrio Técnico	4.361	1.912	128,09
2.1. Resultados Realizados	4.361	1.912	128,09
Superávit Técnico acumulado	4.361	1.912	128,09
Reserva de Contingência	4.361	1.912	128,09
3. Fundos	6.977	5.348	30,46
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	6.977	5.348	30,46
4. Exigível Operacional	23.961	24.279	-1,31
4.1. Gestão Previdencial	2.385	1.519	57,01
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	21.576	22.760	-5,20
5. Exigível Contingencial	122.746	119.095	3,07
5.1. Gestão Previdencial	119.151	116.214	2,53
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3.595	2.881	24,78

Fortaleza, 31 de janeiro de 2016

ZILANA MELO RIBEIRODiretora-Presidente
CPF 162.836.353-34**JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO**Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87**CAMILLA BASTOS PAULINO**Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

PLANO CV I

em 31 de dezembro de 2015

DESCRIÇÃO	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	409.787	276.517	48,20
1. Provisões Matemáticas	393.450	265.303	48,30
1.1. Benefícios Concedidos	21.632	1.870	1056,79
Contribuição Definida	16.118	0	100,00
Benefício Definido	5.514	1.870	194,87
1.2. Benefício a Conceder	371.818	263.433	41,14
Contribuição Definida	371.818	263.433	41,14
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	183.966	130.357	41,12
Saldo de contas - parcela participantes	187.852	133.076	41,16
2. Equilíbrio Técnico	36	21	71,43
2.1. Resultados Realizados	36	21	71,43
Superávit Técnico acumulado	36	21	71,43
Reserva de contingência	36	21	71,43
3. Fundos	16.246	11.119	46,11
3.1. Fundos Previdenciais	16.139	11.094	45,48
3.2. Fundos de Investimentos	107	25	328,00
4. Exigível Operacional	55	74	-25,68
4.1. Gestão Previdencial	36	15	140,00
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	19	59	-67,80

Fortaleza, 31 de janeiro de 2016

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente
CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), fundada em 1967, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, multipatrocinada e com multiplano, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado sob a forma de sociedade simples e pessoa jurídica de direito privado, que tem como objetivo principal assegurar benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez e por idade aos participantes aposentados pela Previdência Social que sejam funcionários e ex-funcionários dos patrocinadores Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB), Patrocinador-Fundador; Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB (Camed); e a própria Capef, bem como benefícios de suplementação de pensão e pecúlio ordinário aos beneficiários inscritos pelos participantes para tal finalidade.

2. PLANOS ADMINISTRADOS

A Capef administra 02 (dois) planos de benefícios e um plano de gestão administrativa, conforme apresentados abaixo:

2.1) Plano de Benefício Definido – Plano BD

Plano de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.670.001-74 no CNPB – Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O Plano encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26/11/1999.

Em 31 de dezembro de 2015, o plano possuía 1.761 participantes ativos (1.981, em 2014), 3.728 participantes assistidos (3.584, em 2014) e 1.163 beneficiários de pensão (1.135, em 2014).

2.2) Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I

Plano de Contribuição Variável I, inscrito sob o nº 20.100.014-19 no CNPB da PREVIC, iniciou suas operações em 19/05/2010 e conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de repartição de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

Em 31 de dezembro de 2015, contava com 5.281 participantes ativos (4.791, em 2014), 73 participantes assistidos (1, em 2014) e 15 beneficiários de pensão (10, em 2014).

2.2) Plano de Gestão Administrativa – PGA

As Entidades de Previdência Complementar (EFPC) adotaram, a partir de

janeiro de 2010, a nova planificação contábil instituída pela Resolução CGPC n.º 28, de 26 de janeiro de 2009, em seguida revogada pela Resolução CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011.

A mudança na legislação objetivou orientar e padronizar os registros contábeis das EFPCs, de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade e também em relação à convergência do padrão contábil brasileiro às Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS - International Financial Reporting Standards*), aprofundar a transparência e facilitar ao participante a leitura na divulgação de números, custos e resultados dos planos de previdência.

A alteração mais relevante se deu no âmbito administrativo com a criação do Plano de Gestão Administrativa – PGA para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC. As entidades foram obrigadas pelas novas regras a divulgar separadamente balanços e demonstrações de cada um dos planos que administra, conforme prevê a legislação.

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com maior detalhamento nas despesas administrativas e responsável pela gestão administrativa cotidiana por meio de um regulamento próprio, conferindo-lhe assim maior transparência.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada na sede da Capef e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

As demonstrações contábeis estão apresentadas por plano de benefícios, consolidadas em moeda corrente e apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil elaboradas pelos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CGPC Nº 29, de 31 de agosto de 2009; Instrução SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução DC/PREVIC Nº 5, de 08 de setembro de 2011 e Instrução MTPS/PREVIC No. 25, de 17 de Dezembro de 2015; a Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC Nº 12, de 19 de agosto de 2013 e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos é segregada em três atividades (Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e o Fluxo dos Investimentos), formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização dos objetivos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, de forma a proporcionar informações adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63, da NBC T 19.27.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, Demonstração do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios,

Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC No. 34, de 24/09/2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são: "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Migrações entre Planos", "Compensações de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA".

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Entidade elabora e envia mensalmente à PREVIC, os balancetes dos Planos de Benefícios e de Gestão Administrativa, além de um balancete consolidado da Entidade.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do exercício social anterior.

Os registros contábeis respeitam a autonomia dos planos de benefícios, sendo possível a identificação em separado do patrimônio dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas, e os valores de realização somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação. As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas por parte da administração são: provisões para contingências judiciais e provisões matemáticas.

As principais práticas contábeis adotadas na Capecf estão assim resumidas:

4.1) Resultados das Operações

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas pelo regime de competência, exceto as contribuições do Plano de Contribuição Variável I que são registradas pelo regime de caixa, conforme consente o item 8.1 do Anexo C – Normas Gerais da Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011.

4.2) Composição do Ativo

4.2.1) Disponível

Registra as disponibilidades existentes em Caixa e Equivalentes de Caixa, inclusive os cheques emitidos em poder da tesouraria.

4.2.2) Ativo Realizável - Gestão Previdencial

Este grupo contempla, essencialmente, adiantamentos concedidos aos participantes e beneficiários assistidos, contribuições contratadas de responsabilidade de patrocinadores, participantes ativos e assistidos (aposentados) e beneficiários assistidos (pensionistas), assim como os depósitos judiciais/ recursais relativos às contingências previdenciais.

4.2.3) Ativo Realizável - Gestão Administrativa

Neste grupo estão registrados os direitos a receber da Gestão Administrativa referente aos adiantamentos concedidos aos empregados, adiantamentos efetuados a terceiros para serem compensados no pagamento definitivo das obrigações, valores a receber de terceiros, assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências administrativas.

4.2.4) Ativo Realizável - Investimentos

Refere-se aos recursos garantidores dos planos previdenciais e aos recursos administrativos aplicados nos diversos segmentos: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, investimentos estruturados, imóveis, empréstimos e financiamentos imobiliários; em consonância com a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, alterada pelas Resoluções 3.846, de 25/03/2010 e 4.275, de 31/10/2013 e 4.449 de 20/11/2015, todos do Conselho Monetário Nacional – CMN. Os títulos da CAPEF podem ser classificados como “para negociação” ou “mantidos até o vencimento”; a parcela dos ativos que está destinada para a manutenção da liquidez é classificada como “para negociação”. Os demais títulos, que são classificados como mantido até o vencimento, respeitam o estudo de *Asset Liability Management* – ALM da Entidade.

4.2.4.1) Títulos Públicos

Nessa conta são lançados investimentos em títulos do governo, tais como Notas do Tesouro Nacional (Séries B, C e F), Letras do Tesouro Nacional e Letra Financeira do Tesouro. Atualmente os planos administrados pela CAPEF possuem alocações em Notas do Tesouro Nacional (Série B), que é indexada pela variação do IPCA, e Letra Financeira do Tesouro – LFT, esta atualizada pela variação da Selic. Os valores desses ativos registrados na categoria títulos para negociação são obtidos a partir da divulgação dos Preços Unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao *site* da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os ativos registrados na categoria mantidos até o vencimento têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

4.2.4.2) Crédito Privado e Depósitos

Este grupo incorpora as aplicações em Depósito a Prazo com Garantia Especial – DPGE, Letras Financeiras Subordinadas LF e Debêntures. As aplicações em DPGE são investimentos que contam com a garantia, de até R\$ 20 milhões por instituição financeira, do FGC – Fundo Garantidor de Crédito. As LF são títulos de longo prazo emitidos por instituições financeiras. Já as debêntures são títulos de crédito que podem ser emitidos por sociedades por ações de capital aberto. Os valores desses ativos registrados na categoria títulos para negociação são obtidos a partir da divulgação dos preços unitários das taxas

indicativas, colhidas junto ao **site** da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os ativos registrados na categoria mantidos até o vencimento têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

4.2.4.3) Ações

As ações integrantes dessa conta são avaliadas pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da Bolsa de Valores de São Paulo, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 465, de 20 de fevereiro de 2008 e ratificado pela Resolução nº 25, de 30 de junho de 2008 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

4.2.4.4) Fundos de Investimentos

a) Renda Fixa

São classificados como renda fixa os fundos que possuem, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados aos fatores de riscos que dão nome à classe. Fazem parte desses ativos: os títulos da dívida pública mobiliária federal; os títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil BACEN; os depósitos em poupança em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão de companhias abertas, incluídas as Notas de Crédito à Exportação - NCE e Cédulas de Crédito à Exportação (CCE); as obrigações de organismos multilaterais emitidas no país; os certificados de recebíveis de emissão de companhias e as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios. Parte dos Títulos Públicos indexados a IPCA e todos os DPGEs e LFs estão contabilizados como títulos mantidos até o vencimento, considerando que permanecerão em carteira até o vencimento, procedimento respaldado no Demonstrativo Atuarial – DA.

A Resolução CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, estabelece que a Entidade poderá vender os títulos a mercado, classificados como “títulos mantidos até o vencimento” apenas se a venda for realizada simultaneamente à aquisição de títulos da mesma natureza com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao do título alienado.

b) Ações

São classificados como fundos de ações, aqueles que possuem, no mínimo, 67% do patrimônio do fundo aplicados em ações. Os fundos são contabilizados diariamente pela variação das quotas. As ações

integrantes desses fundos são avaliadas pelo valor de mercado com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da Bolsa de Valores de São Paulo, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 465, de 20 de fevereiro de 2008 e ratificado pela Resolução nº 25, de 30 de junho de 2008 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

c) Multimercado

São classificados como multimercados, os fundos que possuem políticas de investimentos que envolvem vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. O Fortaleza Multimercado FI é contabilizado diariamente pela variação das quotas.

d) Empresas Emergentes

São fundos que investem em uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua estratégia e na sua gestão, notadamente através da indicação de membros do Conselho de Administração.

e) Investimentos Imobiliários

São fundos que investem em empreendimentos imobiliários (edifícios comerciais, *shopping centers*, hospitais, etc.). O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do fundo ou pela venda das suas cotas do fundo, que podem ser negociadas na bolsa de valores.

4.2.4.5) Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários estão registrados pelo custo de aquisição histórico ou pelo valor de reavaliação, determinado por perito independente, para imóveis adquiridos há mais de três anos. Do saldo individual de cada ativo, é subtraída a depreciação acumulada e são adicionados, eventualmente, valores de reformas realizadas, estas igualmente contabilizadas pelo custo de aquisição original, tudo em consonância com as determinações CGPC e do CMN.

Os imóveis componentes da carteira são reavaliados no mínimo a cada três anos, em consonância com determinações da Instrução No. 34, de 24 de Setembro de 2009, em seu anexo A, item II Procedimentos Contábeis, subitem 19.

O valor da depreciação é calculado pelo método linear,

com taxas diferenciadas para cada endereço, tomando-se por base a vida útil remanescente do ativo determinada pelo laudo de avaliação emitido por pessoas físicas ou jurídicas legalmente habilitadas, não vinculadas direta ou indiretamente à Capef ou as suas patrocinadoras e/ou a seus administradores.

Os direitos obtidos através da alienação a prazo de imóveis são registrados observando-se o valor atualizado do saldo devedor do promitente comprador à luz do respectivo contrato, deduzida a provisão para perdas, estas limitadas ao valor de mercado atribuído gerencialmente às unidades imobiliárias envolvidas na transação de venda a prazo com registro de inadimplência.

Por sua vez, os direitos decorrentes de aluguéis a receber, encargos e pagamentos a recuperar são igualmente contabilizados pelo seu valor atualizado.

Para as rubricas de direitos creditórios diversos, aplica-se gradativamente a provisão para devedores duvidosos, apresentada no quadro a seguir, ficando limitado a 100% do valor, nos casos de atraso no recebimento da receita superior a 360 dias, tudo em consonância com as determinações legais emanadas da Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, na qual se baseia o quadro demonstrado a seguir:

QUADRO I

Escala de Percentual de Provisão para Devedores Duvidosos

Quantidade de Dias em Atraso	Percentual de Provisão sobre Créditos (vencidos e vincendos)
entre 61 e 120 dias	25%
entre 121 e 240 dias	50%
entre 241 e 360 dias	75%
acima de 360 dias	100%

4.2.4.6) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos aos participantes e beneficiários assistidos são registrados pelo valor contratado, acrescido dos encargos pactuados, com a inclusão ainda de encargos por eventuais atrasos.

A provisão de devedores duvidosos da carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários adota escala gradativa similar à do quadro I, ver nota 5.3.5 e 5.3.6.

A rubrica Financiamentos Imobiliários está ainda retificada pelas provisões efetuadas para a cobertura de perdas decorrentes de duas naturezas: (1) do valor segurado,

quando o saldo devedor do imóvel exceder ao limite máximo contratado com companhia seguradora; (2) da política de deságio, que pode decorrer do recálculo do saldo devedor do financiamento para efeito de liquidação antecipada, ao se substituir a taxa de juros contratual, de 10% a.a ou 12% a.a., de acordo com cada contrato, pela taxa de juros de 6% a.a.

4.2.4.7) Depósitos Judiciais/Recurrais

Corresponde aos valores desembolsados por ordem judicial, a título de adiantamento para condução dos recursos.

4.2.4.8) Outros Realizáveis

A conta Outros Realizáveis é formada pelos direitos do Plano BD decorrentes de Impostos a Compensar. (Vide nota 5.3.9).

4.2.5) Ativo Permanente

4.2.5.1) Imobilizado

Os bens móveis estão registrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estabelecida.

O bem imóvel encontra-se registrado pelo custo da reavaliação, determinado por perito independente, atendendo ao prazo legal de no máximo 3 (três) anos, conforme estabelece a Instrução SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009.

4.2.5.2) Intangível

A rubrica Intangível foi criada pela Resolução MPS/CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2010 e mantida pela Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011 em consonância com a convergência do padrão brasileiro de contabilidade às normas do *IFRS (International Financial Reporting Standards)*.

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício.

4.3) Composição do Passivo

4.3.1) Exigível Operacional

Refere-se às obrigações da Entidade, conhecidas ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, representados por benefícios devidos a participantes, obrigações fiscais e outros compromissos a pagar e/ou a recolher.

4.3.2) Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável, assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências. Aquelas contingências classificadas com chance de perda possível encontram-se divulgadas em Nota Explicativa. Não

há tratamento nas Demonstrações Contábeis para as contingências classificadas com chance de perda remota, conforme estabelece a Resolução nº 1.180, de 24 de julho de 2009.

4.3.3) Patrimônio Social

O Patrimônio Social representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos planos. Compõe o Patrimônio Social, o Patrimônio de Cobertura dos Planos e Fundos. O Patrimônio de Cobertura dos Planos se subdivide em Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico.

4.3.3.1) Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios

As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

- a. Benefícios Concedidos – representam compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com pensões de dependentes.
- b. Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade no patrocinador.

4.3.3.2) Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano e as Provisões Matemáticas. Na ocorrência de superávit, deverá ser registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% das Provisões Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que por menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{Duração do Passivo do Plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$.

Para fins desse cálculo, são consideradas as Provisões Matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquirem característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

4.3.3.3) Fundos

Registra os recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- a. Gestão Previdencial – fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica.
- b. Gestão Administrativa – fundo constituído com a finalidade de garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. Os planos de benefícios transferem um percentual fixado pelo atuário responsável e aprovado pelo Conselho Deliberativo a título de Custeio Administrativo para o Plano de Gestão Administrativa com a finalidade

de custear as despesas administrativas dos planos. O fundo é formado quando as despesas administrativas não excedem as receitas com custeio administrativo advindos dos planos de benefícios e pela rentabilidade do fundo aplicado.

- c. Investimentos – fundos destinados à quitação de empréstimos simples e de financiamentos imobiliários em caso de morte do mutuário, e de resíduos existentes após o prazo contratual no caso de financiamentos. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários e pela rentabilidade dos recursos do fundo aplicado.

4.4) Gestão de Risco

A Capef entende que para atender seus compromissos de pagamentos de benefícios e pensões precisa gerir seus investimentos considerando todos os riscos que as diversas classes de ativos estão expostas, em conformidade com as normas que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, e a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

Em atendimento aos normativos acima, a Capef desenhou processos e desenvolveu metodologias com vistas à execução de todas as fases da gestão de riscos: identificação, avaliação, controle e monitoramento. As atribuições e responsabilidades das áreas integrantes destes processos estão definidas nos seus regimentos e as metodologias desenvolvidas estão aderentes às melhores referências de mercado, sendo frequentemente testadas e validadas. Os parâmetros, métricas e limites de risco constam das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios da Capef.

A gestão integrada dos riscos é fundamental para a segurança e solidez das operações realizadas pelos fundos de pensão. A Capef possui uma área, Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos – ASGER, que tem por objetivo identificar, gerenciar, tratar e monitorar os tipos de riscos aos quais a Entidade está exposta, a saber:

- a. Risco de Mercado: É o risco de que movimentos adversos no mercado (variação da taxa de juros, do preço dos ativos, etc.) possam afetar o desempenho econômico financeiro do plano.
- b. Risco de Crédito (contraparte): É o risco relacionado com a capacidade dos emitentes das obrigações decorrentes do ativo financeiro de honrar os compromissos, na forma e condições assumidas, ou de concentração de créditos em poucos emitentes.
- c. Risco de Liquidez: É o risco relacionado com o casamento de fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano.
- d. Risco Operacional / Legal: É o risco associado a perdas resultantes da operação do negócio e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização ineficiente, fluxo de informações e

de processos deficientes, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos).

- e. Risco Atuarial: É o risco que está relacionado à incapacidade do plano de honrar os pagamentos dos benefícios devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuariais não aderentes, cadastros desatualizados ou ainda descasamento entre ativos e passivos.

4.5) Tributação

4.5.1) Imposto de Renda – IR

A Lei nº 11.053/2004 introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto em seu artigo 5º, a partir de 01.01.2005, ficam dispensados a retenção na fonte e o recolhimento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos dos planos de benefícios de entidade de previdência complementar. A partir de então, a tributação ocorre diretamente ao participante (na fonte) quando o mesmo passa à condição de assistido nos termos da legislação pertinente ou quando do resgate de sua reserva de poupança.

4.5.2) Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC

De acordo com a Lei nº 12.154/2009, a CAPEF é obrigada ao recolher quadrimestralmente a TAFIC, cuja finalidade é contribuir para a cobertura dos custos com o processo de fiscalização e supervisão, executados pela PREVIC, sobre as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, no que se refere aos planos de benefícios previdenciários e ao plano de gestão administrativa.

4.5.3) PIS/COFINS sobre Receitas Administrativas

Com o advento da Lei nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a voltar a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade ajuizou uma ação, em outubro de 2015, por meio do mandado de segurança, em que busca o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre o patrimônio que administra. Por meio de decisão liminar, a Entidade vem efetuando esses depósitos mensalmente, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação.

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5.1) REALIZÁVEL – Gestão Previdencial

Neste grupamento estão registradas, entre outros valores, as diferenças de contribuições a receber em face de revisão no Regulamento do ano de 2003 do Plano BD (R\$ 10 mil), os adiantamentos realizados a participantes que serão restituídos ao Plano BD (R\$ 213 mil), os depósitos que o Plano BD efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais) totalizando o montante

de R\$ 35.780 mil, além de valores a serem ressarcidos principalmente por pensionistas de falecidos no Plano BD (R\$ 234 mil) e no CV (R\$ 19 mil).

R\$ mil

PLANO	RECURSOS A RECEBER		ADIANTAMENTOS		DEPÓSITOS JUDICIAIS/ RECURSAIS		OUTROS REALIZÁVEIS		TOTAL	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
BD	10	14	213	213	35.780	35.103	234	158	36.237	35.488
CV	0	0	0	0	0	0	19	20	19	20
	10	14	213	213	35.780	35.103	234	178	36.256	35.508

5.2) REALIZÁVEL – Gestão Administrativa

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014
Contas a Receber	145	148
Contribuições para Custeio	11	13
Responsabilidade de Empregados	120	118
Responsabilidade de Terceiros	14	17
Despesas Antecipadas	210	157
Adiantamentos	61	76
Pagamentos Antecipados	141	73
Almoxarifado	8	8
Depósitos Judiciais/Recursais	195	0
Tributos a Compensar	5	3
TOTAL	555	308

O saldo deste grupamento corresponde a:

- Contas a Receber: custeio a ser recebido dos planos de benefícios, referente a ajustes nas contribuições dos meses de dezembro; empréstimos de férias concedidos aos funcionários por ocasião de férias e valores que serão ressarcidos por terceiros.
- Despesas Antecipadas: adiantamentos realizados a funcionários por ocasião de férias, cuja apropriação se dará no mês de competência; cartões-refeição de funcionários; diversas garantias de manutenção de *softwares* e *hardwares* da Capef e estoque de materiais de escritório e de limpeza que serão reconhecidas como despesas com a sua efetiva utilização.
- Depósitos Judiciais/ Recursais: Valores do PIS/ COFINS recolhidos judicialmente a partir de Novembro/2015. Ver nota 11.1.
- Tributos a Compensar: créditos de IRRF e CSLL mensalmente atualizados a serem compensados junto à Secretaria da Receita Federal.

5.3) REALIZÁVEL - Investimentos

O saldo consolidado dos Investimentos, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está detalhado no quadro a seguir:

R\$ mil

Rubricas	2015	2014
Investimentos	3.744.367	3.345.418
Títulos Públicos	479.470	166.644
Nota do Tesouro Nacional	416.031	109.012
Letras Financeiras do Tesouro	63.439	57.632
Créditos Privados e Depósitos	29.067	25.557
Instituições Financeiras	17.987	15.586
Companhias Abertas	11.080	9.971
Ações	7.459	9.887
Instituições Financeiras	0	3264
Patrocinadores	7.459	6.623
Fundos de Investimento	2.827.212	2.742.922
Renda Fixa	2.673.839	2.493.657
Ações	5.225	117.614
Multimercado	134.671	117.191
Empresas Emergentes	35	108
Imobiliário	13.442	14.352
Derivativos	0	6124
Opções - Ações	0	6124
Investimentos Imobiliários	290.863	301.336
Empréstimos	103.415	85.798
Financiamentos	5.871	6.188
Depósitos Judiciais/Recurais	346	334
Outros Realizáveis	664	628

5.3.1) Títulos Públicos

5.3.1.1) Nota do Tesouro Nacional

Estão contabilizadas aplicações em Nota do Tesouro Nacional, série – B, que são corrigidas pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das NTN-B variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4. Os títulos deste item são integrantes dos Planos BD e CV I, na posição de 31 de dezembro de 2015.

Plano BD

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
NTN-B	TESOURO	15/08/2016	5.000	13.131	14.136	14.170	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2016	5.000	13.128	14.134	14.170	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2016	5.000	13.123	14.131	14.170	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2016	5.000	13.135	14.125	14.170	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2016	5.000	13.130	14.107	14.170	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	3.000	7.883	7.931	7.965	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.000	13.118	13.199	13.276	VENCIMENTO
TOTAL					91.764	92.088	

Plano CVI

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
NTN-B	TESOURO	15/08/2016	5.000	13.100	14.065	14.170	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.499	5.297	4.829	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.810	4.828	4.829	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.814	4.817	4.829	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	40	110	106	97	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	660	1.696	1.748	1.593	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.517	2.649	2.414	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.990	5.297	4.829	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	5.051	5.297	4.829	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.470	2.649	2.414	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	5.160	5.297	4.829	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.550	2.649	2.414	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.887	5.297	4.829	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.851	5.297	4.829	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.500	3.627	3.973	3.622	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.382	2.898	2.414	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.368	2.881	2.414	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.367	2.874	2.414	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.857	5.870	4.829	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.266	2.649	2.414	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.269	2.649	2.414	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.625	5.530	4.829	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	4.376	5.297	4.829	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.200	4.903	5.743	5.312	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	2.204	2.571	2.414	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	4.000	10.320	11.210	9.657	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	4.000	10.203	11.057	9.657	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.000	5.057	5.476	4.829	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.971	5.345	4.737	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.937	5.254	4.737	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	4.000	10.014	10.658	9.475	VENCIMENTO

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.923	5.239	4.737	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.003	5.321	4.737	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.959	5.254	4.737	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.925	5.218	4.737	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.925	5.218	4.737	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.947	5.219	4.737	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.469	7.872	7.106	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.919	8.223	7.106	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.279	5.482	4.737	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.952	8.248	7.106	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.240	5.435	4.737	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.240	5.435	4.737	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.987	8.284	7.106	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.910	8.200	7.106	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.922	8.199	7.106	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.877	8.152	7.106	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.251	5.435	4.737	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.259	5.442	4.737	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.592	2.675	2.369	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.595	2.679	2.369	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.545	2.627	2.369	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.555	2.638	2.369	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.562	2.645	2.369	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.918	8.161	7.106	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.785	4.869	4.737	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.200	7.702	7.795	7.580	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.427	2.455	2.369	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.861	4.916	4.737	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.861	4.916	4.737	VENCIMENTO
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.770	4.792	4.737	VENCIMENTO
TOTAL					324.267	292.436	

5.3.1.2) Letras Financeiras do Tesouro Nacional

Estão contabilizadas aplicações em Letras Financeiras do Tesouro Nacional, que são títulos corrigidos pela SELIC. Os títulos deste item são ativos integrantes das carteiras dos Planos BD e CVI na posição de 31 de dezembro de 2015.

Plano BD

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
LFT	TESOURO	01/09/2020	4	25	30	30	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2020	138	910	1.022	1.022	MERCADO
LFT	TESOURO	01/03/2021	479	3.159	3.547	3.547	MERCADO
LFT	TESOURO	01/03/2021	448	3.075	3.317	3.317	MERCADO
LFT	TESOURO	01/03/2020	112	789	829	829	MERCADO
LFT	TESOURO	01/03/2021	169	1.191	1.251	1.251	MERCADO
LFT	TESOURO	01/03/2021	354	2.543	2.621	2.621	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2021	820	6.013	6.072	6.072	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2021	327	2.401	2.421	2.421	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2021	356	2.616	2.636	2.636	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2021	432	3.181	3.199	3.199	MERCADO
LFT	TESOURO	01/03/2020	138	1.016	1.022	1.022	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2021	2.468	18.200	18.275	18.275	MERCADO
TOTAL					46.244	46.244	

Plano CVI

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
LFT	TESOURO	01/03/2021	497	3.619	3.680	3.680	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2021	57	416	422	422	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2021	686	5.006	5.080	5.080	MERCADO
LFT	TESOURO	01/03/2021	540	3.978	3.999	3.999	MERCADO
LFT	TESOURO	01/09/2021	542	3.997	4.014	4.014	MERCADO
TOTAL					17.195	17.195	

5.3.2) Créditos Privados e Depósitos

5.3.2.1) Instituições Financeiras

Estão contabilizadas aplicações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito – DPGE e Letras Financeiras - LF Subordinadas, pertencentes exclusivamente ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores dos DPGE e LF variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

**Depósitos a Prazo com Garantia Especial do Fundo
Garantidor de Crédito – DPGE:**

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
DPGE	Banco Mercantil do Brasil	04/04/17	4.000	4.000	6.501	6.501	VENCIMENTO
TOTAL					6.501	6.501	

Letras Financeiras Subordinadas:

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
LF	Letras Financeiras Subordinada - Banco Safra	09/03/2022	10.000	5.000,00	5.742,84	5.743	VENCIMENTO
LF	Letras Financeiras Subordinada - BTG Pactual	09/03/2022	10.000	5.000,00	5.742,84	5.743	VENCIMENTO
TOTAL					11.486	11.486	

5.3.2.2) Companhias Abertas

Estão contabilizadas, nesta conta, aplicações em Companhias Abertas, as debêntures da Concessionária Auto Raposo Tavares – CART e da Cia Energética de Minas Gerais – CEMIG, pertencentes exclusivamente ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das debêntures variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
DEBENTURE	Consercionário Raposo Tavares	15/12/2024	5.000	5.021,75	5.763,61	5.219	VENCIMENTO
DEBENTURE	Cia Energética de Minas Gerais	15/02/2025	1.000	997,59	1.131,17	1.030	VENCIMENTO
DEBENTURE	Cia Energética de Minas Gerais	15/02/2025	3.700	3.692,22	4.185,31	3.811	VENCIMENTO
TOTAL					11.080	10.060	

5.3.3) Ações

5.3.3.1) Patrocinadores

A Carteira é composta por ações ON do patrocinador instituidor Banco do Nordeste do Brasil – S.A pertencentes ao Plano BD. Os papéis possuem um valor de mercado de R\$ 7.459 mil, enquanto que o valor de custo está em R\$ 111 mil. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da Bovespa em que foram negociadas.

5.3.4) Fundos de Investimento

5.3.4.1) Renda Fixa

A carteira de Renda Fixa dos planos administrados pela Capef é composta pelo Banco do Nordeste Fundo de

Investimento RF Previdenciário Exclusivo, administrado pelo BNB em gestão compartilhada com a Capecf, por cotas do fundo *Capital Market*, de gestão do Banco BTG Pactual e por cotas do fundo Vinci FI Renda Fixa Imobiliário, de gestão da *Vinci Partners*, este pertencente às carteiras próprias dos planos BD e CVI. O plano CVI também possuía cotas do fundo BNB FIC Referenciado DI RF cuja gestão é do BNB.

As aplicações encontram-se integralmente custodiadas junto a uma instituição financeira autorizada pela CVM para esta finalidade, conforme previsto na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

Segue o detalhamento da carteira de fundos de RF consolidada:

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/16	46.065	123.375	129.712	130.544	0
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/18	20.000	53.470	55.876	55.536	0
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/19	20.000	52.686	54.263	54.051	0
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/20	28.400	49.905	78.113	76.899	0
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/24	242.597	337.605	607.504	633.848	0
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/35	316.106	513.686	815.660	765.353	0
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/45	260.225	367.181	622.253	614.598	0
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	1.300	3.268	3.139	3.139	Negociação
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	42.000	130.764	161.956	101.403	0
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/55	20.000	48.252	47.375	47.375	Negociação
COMPROMISSADAS	Tesouro Nacional	07/03/17	10.220	75.569	75.609	75.609	Negociação
Fundo Crédito Privado II	BTG Pactual	01/01/19	2.318.078	3.036	2.372	2.372	Negociação
CONTAS PAGAR/RECEBER	-	-	-	-	235	235	-
TESOURARIA	-	-	-	-	5	5	-
(A) Fundo Bco do Nordeste FI RF Previdenciário Exclusivo				1.758.796	2.654.071	2.560.965	-
(B) Cota do Fundo Vinci FI RF Imobiliário	Vinci	-	92.658	0	11.446	11.446	Negociação
(C) Cota do Fundo Capital Market	BTG Pactual	-	45.754	0	301	301	Negociação
(D) BNB FIC Referenciado DI RF	BNB	-	7.413.532	0	8.304	8.304	Negociação
Total de Renda Fixa (A+B+C+D)				1.758.796	2.674.121	2.581.016	
(-) Bloqueio Judicial					-282		
Total de Renda Fixa					2.673.839		

Entretanto, dentro da carteira de renda fixa, ainda há R\$ 282 mil bloqueados judicialmente. As cotas do Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo são segregadas entre dois planos da Capecf, BD e PGA - Plano de Gestão Administrativa. O Plano BD detém 58.088.886 cotas, enquanto o PGA é detentor de 829.943 cotas.

Segue a segregação dos valores monetários das cotas do Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo entre os planos de benefícios BD e CVI e PGA.

R\$ mil

	2015	2014
(A) Fundo Bco do Nordeste FI RF Previdenciário Exclusivo	2.654.071	2.483.543
Plano BD	2.616.685	2.341.323
Plano CV	0	114.667
Plano de Gestão Administrativa	37.386	27.553

5.3.4.2) Ações

O valor que compõe essa rubrica é formado pelo saldo total de investimentos de dois fundos exclusivos do Plano BD: o Banco do Nordeste FIA Previdenciário Exclusivo e o Banco do Nordeste FIC FIA Previdenciário Exclusivo, ambos tiveram suas cotas resgatadas em sua totalidade.

Em 31/12/2015 constam apenas valores a receber com direitos de proventos de ações que constavam na carteira dos referidos fundos e, cotas a receber decorrente de resgates já solicitados. No caso dos direitos, estes estão em processo de transferências para outro fundo de propriedade do plano BD.

5.3.4.3) Multimercado

A rubrica Multimercado é composta pelo Fundo Fortaleza Multimercado cujos títulos e valores mobiliários encontram-se discriminados a seguir. Seu patrimônio é composto exclusivamente por recursos do Plano BD e totaliza R\$ 134.671 mil em de 31 de dezembro de 2015.

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA
Fundos Imobiliários	-	-	-	11.505	8.394	8.394	Negociação
Fundo de Renda Fixa	Bradesco	-	2.525.548	-	21.412	21.412	Negociação
Fundo de Renda Fixa	SulAmérica	-	635	-	33	33	Negociação
Fundo de Renda Fixa	Vinci Partrns	-	44.924	-	5.549	5.549	Negociação
FIDC	CESP(*)	15/06/17	22	6.875	1.703	1.703	Negociação
Debêntures	Transmissão Paulista	15/12/17	250.000	2.522	1.867	1.867	Vencimento
Debêntures	CEMIG	15/12/17	780.000	7.816	8.608	8.608	Vencimento
Debêntures	Conc. Auto Raposo Tavares	15/12/24	5.000	5.021	5.219	5.219	Negociação
DPGE	Banco Schahin	25/04/16	2.000	2.000	3.940	3.940	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	193	475	466	466	Negociação
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	5.000	12.173	14.734	12.072	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	1.600	3.879	4.696	3.863	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/55	1.000	2.531	2.597	2.369	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/55	2.000	5.075	5.209	4.737	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/55	1.000	2.527	2.594	2.369	Vencimento
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/55	3.000	7.262	7.106	7.106	Negociação
LFT	Tesouro Nacional	01/03/19	580	3.788	4.295	4.295	Negociação
LFT	Tesouro Nacional	01/03/20	720	4.703	5.332	5.332	Negociação
LFT	Tesouro Nacional	01/09/21	4.180	30.621	30.953	30.953	Negociação
Contas a pagar e a receber	-	-	-	-	-59	-59	-
Tesouraria	-	-	-	-	24	24	-
Total de Renda Fixa				108.774	134.671	130.251	

5.3.4.4) Empresas Emergentes

A carteira de Empresas Emergentes é composta por cotas do fundo Nordeste Empreendedor administrado pelo Banco BTG Pactual. Essa aplicação, no valor de R\$ 35 mil, em 31 de dezembro de 2015, é exclusiva do Plano BD.

5.3.4.5) Imobiliário

Segmento composto por cotas de fundos, que investem em empreendimentos imobiliários. Os fundos pertencem aos Planos BD e CV I e possuem, em 31 de dezembro de 2015, R\$ 13.442 mil aplicados em cotas de quatro fundos imobiliários conforme quadros a seguir:

Plano BD

R\$ mil

ATIVOS	CUSTO	FINANCEIRO
FII BR PLURAL ABSOLUTO	5.008	3.363
FATOR IFIX FII	5.040	3.507
SP DOWNTOWN FII	28	25
TOTAL FUNDO IMOBILIÁRIO	10.076	6.895

Plano CV

R\$ mil

ATIVOS	CUSTO	FINANCEIRO
SANTANDER AGÊNCIA FII	2.971	1.813
SP DOWNTOWN FII	5.000	3.082
FII BR PLURAL ABSOLUTO	2.500	417
FATOR IFIX FII	2.000	1.235
TOTAL FUNDO IMOBILIÁRIO	12.471	6.547

5.3.5) Investimentos Imobiliários

A carteira de imóveis, pertencente ao Plano de Benefício Definido e ao Plano de Gestão Administrativa, encerrou o ano de 2015 com ativos distribuídos em seis estados da federação e detendo o valor total de R\$ 290.863 mil.

O Plano BD possui R\$ 289.732 mil (R\$ 300.201 mil, em 2014) investidos em imóveis: R\$ 276.039 mil em edificações e R\$ 13.693 mil em direitos a créditos por vendas a prazo de imóveis, sendo R\$ 2.007 mil de alugueis a receber e R\$ 11.686 mil de valores a receber de alienações imobiliárias. O PGA possui R\$ 1.131 mil (1.135 mil em 2014).

A tabela a seguir sintetiza a posição da carteira observada ao final de 2015 e 2014:

R\$ mil

ATIVOS	2015	2014
TOTAL DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	290.863	301.336
EDIFICAÇÕES	277.170	296.274
IMÓVEIS LOCADOS	239.476	265.851
IMÓVEIS DESOCUPADOS	37.440	30.166
OUTROS (ÁREAS CEDIDAS AO CONDOMÍNIO)	254	257
DIREITOS CREDITÓRIOS	13.693	5.062
LOCAÇÕES	2.007	1.760
ALIENAÇÕES	11.686	3.302

5.3.5.1) Edificações

A redução do ativo da carteira de imóveis é explicada, principalmente, pelas vendas dos imóveis ocorridas durante o ano em função da necessidade de reenquadramento da carteira.

Ao longo do exercício de 2015, no tocante a ativos edificados, a carteira sofreu redução patrimonial decorrente da venda de loja, salas comerciais e vagas de garagem nos imóveis localizados: Pedro Biagi (SP), Visconde de Ouro Preto (RJ) e Beira Mar Trade Center (CE).

O imóvel reavaliado foi de pouca expressividade na carteira do Plano BD, tudo à luz da periodicidade máxima de 36 meses, prevista na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Para tanto, a Entidade efetuou, com base em laudo de perito independente, a reavaliação do ativo discriminado no quadro seguinte, obtendo-se acréscimo líquido de R\$ 210 mil ao valor da carteira:

Quadro de reavaliação patrimonial - 2015

UF	IMÓVEL	MÊS	CUSTO CONTÁBIL ANTERIOR	VALOR DE AVALIAÇÃO (R\$ MIL)	RECEITA DE REAVALIAÇÃO LÍQUIDA (R\$ MIL)	Δ
CE	Ed. Pedro Filomeno	dez/15	120	330	210	+ 175%
			120	330	210	+ 175%

No final de 2015, a conta de passivo de investimentos imobiliários possuía um saldo de R\$ 1.195 mil, com destaque para as garantias recebidas em razão de imóveis locados a terceiros - caução, que detinha saldo individual de R\$ 996 mil, entre outras obrigações transitórias (aluguéis antecipados e valores/despesas a apropriar).

Os investimentos imobiliários finalizaram o ano de 2015 com uma participação de 8,79% dos investimentos do Plano BD, representando uma redução de 1,09 pontos percentuais em relação ao ano de 2014, resultado dos esforços de vendas no valor de R\$ R\$ 17,29 milhões, objetivando o devido enquadramento ao limite legal de 8%, que deverá ocorrer até Abril/2016.

5.3.5.2) Locações

Na carteira de imóveis, encontram-se registrados 143 contratos de locação comercial, de onde provêm as principais receitas do segmento.

O saldo de locações a receber atinge R\$ 2.007 mil (R\$ 1.760 mil, em 2014). No ano de 2015, o total de direito obtido sobre locações alcançou a soma de R\$ 13.435 mil (R\$ 10.879 mil, em 2014),

relativo a alugueis vencidos e vincendos, além de encargos por atraso, pagamentos a recuperar e recebimentos por compensação. Entretanto, o valor informado é retificado pelas contas de provisões para perdas com aluguéis, encargos e pagamentos a recuperar, decorrentes do não pagamento por locatários que devolveram ou abandonaram o imóvel, atingindo o montante de R\$ 11.429 mil, em 2015 (R\$ 9.119 mil, em 2014). As provisões são calculadas em consonância com os critérios definidos pela Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, conforme demonstrado anteriormente.

5.3.5.3) Alienações

Quadro de de venda dos imóveis - 2015

Ocorreram as seguintes alienações de imóveis durante o exercício de 2015:

UF	IMÓVEL	UNIDADES	MÊS	CUSTO CONTÁBIL	VALOR VENDA (R\$ MIL)	LUCRO (R\$ MIL)	Δ
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Salas 1910, 1911 e vaga 305	mai/15	573	583	9	+ 2%
RJ	Ed. Visconde de Ouro Preto	Salas 201, 301, 401 e 501	mai/15	7.039	7.100	61	+ 1%
SP	Ed. Pedro Biagi	Loja, 1ª Sobreloja e 11 Vagas (72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85 e 86)	mai/15	8.299	9.557	1.258	+ 15%
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Vagas 304 e 310	nov/15	49	52	3	+ 6%
				15.960	17.292	1.332	+ 8%

No entanto, a Entidade possui ainda um saldo de R\$ 183.715 mil relativo a parcelas vencidas e vincendas de vendas a prazo realizadas, além de encargos decorrentes de atraso no pagamento das prestações referentes aos prédios Beira Mar Trade Center, Pedro Filomeno e Medical Center, todos localizados em Fortaleza-Ce.

O saldo acima informado é retificado, principalmente, pela parcela de provisão para perdas de recebimento de encargos decorrentes de atraso no recebimento de prestações. As provisões para perdas são calculadas com base na diferença entre o valor atualizado do saldo devedor, inclusive encargos por atraso, e o valor de mercado atribuível gerencialmente às unidades imobiliárias alienadas. No final de dezembro de 2015, tal provisão alcançou o saldo de R\$ 171.970 mil, do qual se destaca o valor de R\$ 171.374 mil, relativo a vendas na década de 90, do empreendimento Beira Mar Trade Center (CE), todas com processos judiciais em andamento. Para composição do valor líquido dos direitos de alienações é deduzida ainda a rubrica de juros a

apropriar, R\$ 58 mil.

Assim, o saldo líquido da conta de alienação de imóveis, no final do exercício, conta com um montante de R\$ 11.686 mil (R\$ 3.302 mil, em 2014).

Segue a composição do saldo devedor, por imóvel alienado: R\$ 96 mil referentes a salas do prédio Medical Center (CE); R\$ 2.908 mil para o BMTC (CE); R\$ 50 mil para apartamento do Edifício Pedro Filomeno (CE), R\$ 31 mil para apartamento do Edifício Atlanta (CE) e R\$ 8.601 mil para lojas e vagas do Edifício Pedro Biagi (SP).

5.3.6) Empréstimos a Participantes

Plano BD

No exercício de 2015, o plano realizou 1.716 liberações de empréstimos, com portfólio ao final do ano de 8.261 contratos ativos, totalizando R\$ 84.755 mil.

Os empréstimos atualizados com base na variação do IGP-DI representam 0,51% da carteira; 98,42% referem-se aos saldos de empréstimos atualizados pela variação do INPC; e apenas 1,07% referem-se aos contratos atualizados pela equivalência salarial.

Para garantia dos empréstimos contratados, desde o ano de 2006, foi concluído o processo de migração da antiga apólice de seguro-prestamista para o Fundo Garantidor de Empréstimo unificado. Esse instrumento objetiva assegurar a liquidação da dívida nos casos de falecimento, tendo ainda as características de adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. Ao final de 2015, o Fundo Garantidor de Empréstimo, que garante a liquidação da dívida nos casos de falecimento, tem ainda as características de adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo, terminou com saldo de R\$ 6.438 mil (R\$ 4.884 mil em 2014), de acordo com o demonstrativo a seguir:

SALDO EM DEZ/14 (R\$ MIL)	ENTRADAS (R\$ MIL)	BAIXAS (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (R\$ MIL)	SALDO EM DEZ/15 (R\$ MIL)
4.884	1.704	985	835	6.438

O modelo foi criado após parecer atuarial como alternativa de redução do custo de seguridade para o associado e oferecimento de solvência ao então grupamento de mutuário alocado nesta modalidade de seguro na Entidade.

Plano CV I

No exercício de 2015, o Plano CV I realizou 1.848 liberações de Empréstimos, apresentando ao final do período um portfólio de 2.622 contratos ativos, no valor de R\$ 18.660 mil, em 2014 o valor correspondeu a R\$ 7.022 mil. A carteira é atualizada pela variação do IPCA em sua totalidade.

O Plano CV I também possui Fundo Garantidor de Empréstimo e ao final de 2015, o saldo da rubrica importava em R\$ 107 mil (R\$ 25 mil em 2014), de acordo com o demonstrativo a seguir:

SALDO EM DEZ/14 (R\$ MIL)	ENTRADAS (R\$ MIL)	BAIXAS (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (R\$ MIL)	SALDO EM DEZ/15 (R\$ MIL)
25	74	-	8	107

5.3.7) Financiamento Imobiliário

A linha de financiamento imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo ao final de 2015 somente 48 contratos ativos no valor total de R\$ 5.871 mil (R\$ 6.188 mil em 2014), saldo líquido após o desconto de todas as provisões de perdas efetuadas.

Desde 2003, o Conselho Deliberativo da Capef implementou a política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários do Plano BD, que contempla: (1) programa de deságios para quitação à vista ou refinanciamento do saldo devedor; (2) dação em pagamento do imóvel para liquidação integral da dívida existente; e (3) quitação do saldo devedor ou recontração do financiamento, tomando-se por base o valor de mercado, definido por laudo técnico de avaliação devidamente atualizado.

A política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários explica a existência de provisão para deságio ao final de 2015 de R\$ 2.851 mil, valor resultante do recálculo do contrato pela taxa equivalente a INPC + 6% ao ano. Paralelamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, encontra-se constituída uma provisão no montante de R\$ 1.641 mil para os casos de inadimplência.

A cobertura dos sinistros de morte ou invalidez permanente é garantida por seguro prestamista, com o valor do capital segurado limitado a R\$ 547 mil para mutuários com idade inferior ou igual a 65 anos, enquanto esse limite é de R\$ 400 mil para mutuários com idade superior a 65 anos. O seguro é contratado anualmente e contempla casos de sinistro por falecimento ou por invalidez decorrente de acidente ou doença. Os saldos devedores que ultrapassam o valor fixado na apólice encontram-se provisionados em face do risco de perda, totalizando o montante de R\$ 30.756 mil em 31 de dezembro de 2015.

5.3.8) Depósitos Judiciais/Recursais

O saldo de R\$ 346 mil em 2015 (R\$ 334 mil em 2014) depositado em juízo pelo Plano BD viabilizou a defesa da Entidade em três processos, a saber: R\$ 83 mil – ação que questiona o valor dos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras; R\$ 86 mil – ação que questiona o valor dos honorários de sucumbências incidentes sobre ações de rescisões contratuais de compra e venda de salas e vagas de garagem do Edifício Beira-Mar Trade Center, em decorrência de inadimplência; R\$ 137 mil – ação que pleiteia a devolução de valores recolhidos à União a título de imposto de renda e a declaração de inconstitucionalidade do art. 6º, §1º e 2º, do Decreto-Lei nº 2.065/83, sob o argumento de que a Capef goza de

imunidade tributária; e R\$ 40 mil – ação de revisão dos contratos de compra e venda das salas 910 e 911 e das vagas de garagem 533 a 536 do Edifício Beira Mar Trade Center.

5.3.9) Outros Realizáveis

O saldo de R\$ 664 mil (R\$ 628 mil em 2014) da conta Outros Realizáveis, pertencente ao patrimônio do Plano BD, é formado pelos créditos tributários referentes a retenções indevidas de IR, descontados do recebimento de aluguéis e de juros sobre capital próprio relativo a ações preferenciais e ordinárias do BNB. A Capec já solicitou a restituição dos valores junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

6. PERMANENTE

Em 31 de dezembro de 2015, o Ativo Permanente da Capec, pertencente exclusivamente ao Plano de Gestão Administrativa, apresentou saldo de R\$ 10.926 mil (R\$ 11.248 mil em 2014).

6.1 Imobilizado

A rubrica Imobilizado apresentou saldo de R\$ 7.545 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 7.588 mil em 2014).

R\$ mil

	2015	2014
Imobilizado	7.545	7.588
Bens Móveis	659	423
Bens Imóveis	6.886	7.165

Visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, a CAPEF realiza estudo acerca de seu ativo imobilizado desde 2011. Trata-se do Teste de Recuperabilidade ou "Impairment Test", introduzido pela Resolução CFC 1.110, de 29 de novembro de 2007 que aprovou a NBC T 19.10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A NBC T rege que, caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O teste de recuperabilidade aplicado pela CAPEF não encontrou evidências que assinalem grupo de ativos que estejam desvalorizados, tendo em vista a idade recente de seus bens e do parque tecnológico que compõe o imobilizado.

6.2) Intangível

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício. Em 31 de dezembro de 2015, apresentou saldo de R\$ 3.381 mil (R\$ 3.660 mil em 2014).

Segue detalhamento da composição do intangível.

Projetos	Custo Total	Prazo de Amortização	Conclusão da Implantação	Início da Amortização	% Amortização	Amortização no Ano (R\$ mil)	Amortização Acumulada (R\$ mil)	Valor Contábil
Sistema de Benefício	2.618	120 meses	abr/11	mai/11	10%	247	1.152	1.465
Sistema de Imóveis	478	120 meses	jul/13	mar/16	10%	-	-	478
Sistema de Empréstimos	83	60 meses	dez/10	jan/11	20%	17	83	0
Sistema de Cálculo Atuarial	10	60 meses	mar/11	abr/11	20%	2	10	0
Sistema Gestão Administrativa Patrimonial	429	60 meses	fev/14	jul/15	20%	43	43	386
Sistema de Provisão Judicial	50	60 meses	dez/10	jan/11	20%	10	50	0
Sistema de Gestão Atuarial	888	120 meses	jul/13	fev/16	10%	-	-	888
Software	849	60 meses				98	686	164
TOTAL	5.405					416	2.024	3.381

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

7.1) Previdencial

No final do exercício de 2015, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 2.421 mil (R\$ 1.533 mil em 2014).

O saldo corresponde, primordialmente, às provisões de aposentadorias, pensões, restituições a pagar e pecúlios a serem pagos aos participantes do Plano BD, bem como as retenções do Imposto de Renda sobre benefícios e resgates de contribuições a serem repassados à Secretaria da Receita Federal na devida competência, no valor de R\$ 2.384 mil.

7.2) Administrativo

O saldo corresponde aos compromissos assumidos pela CAPEF relativos ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviços de terceiros, gastos com manutenção da CAPEF (água, energia, telefone etc.). No final do exercício de 2015, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 1.168 mil (R\$ 819 mil em 2014).

7.3) Investimentos

No final do exercício de 2015, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 21.596 mil (R\$ 22.823 mil em 2014).

Neste grupo encontram-se registrados, preponderantemente, os tributos compensados com os créditos tributários provenientes do RET – Regime Especial de Tributação, reconhecidos em 2007 e não homologados em 2008. A exigibilidade surgiu após a compensação dos tributos de responsabilidade da CAPEF no período de janeiro de 2007 a abril de 2008. Tais compensações foram interrompidas após o recebimento de notificação da SRF informando a não homologação do crédito do RET.

Dessa forma, em dezembro de 2008 foi registrada a provisão dos impostos a recolher, face possibilidade de perda do processo administrativo quanto à matéria de fato. O saldo é atualizado pela Selic e em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 20.108 mil (R\$ 18.891 mil em 2014). Vide nota 11.2.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registram-se no exigível contingencial ocorrências vinculadas a decisões judiciais futuras que poderão ou não gerar desembolsos aos planos

administrados pela Entidade e depósitos que o Plano efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais).

Segue detalhadamente a composição da rubrica Exigível Contingencial.

R\$ mil

RUBRICA	2015	2014
Exigível Contingencial	123.298	119.308
Gestão Previdencial	119.151	116.214
Provisionado (Provável)	83.371	81.111
Depósito Judicial	34.486	33.815
Depósito Recursal	1.294	1.288
Gestão Administrativa	552	213
Provisionado (Provável)	258	213
Depósito Judicial	294	0
Investimentos	3.595	2.881
Provisionado (Provável)	3.249	2.547
Depósito Judicial	346	334

O saldo dos Depósitos Judiciais/ Recursais da Gestão Previdencial refere-se aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa dos interesses da Entidade (depósitos recursais) totalizando uma constituição de R\$ 677 mil em 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, o Exigível Contingencial, pertencente ao Plano BD e ao PGA, totalizou R\$ 123.298 mil (R\$ 119.308 mil em 2014). Não há, até esta data, qualquer passivo contingencial para o Plano CV I.

8.1) Gestão Previdencial - Plano BD

As contingências da Gestão Previdencial do Plano BD classificadas pelos pareceres técnicos da área jurídica como perda provável estão distribuídas conforme quadro a seguir

R\$ mil

RUBRICA	2015	2014
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – PROVÁVEL		
Saldo Inicial	81.111	70.006
Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	382	190
Reversão da Provisão (processos excluídos sem pagamento ou revisão de atuais)	(6.378)	(5)
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	8.272	11.063
Baixa por Pagamento (processos excluídos com pagamento)	(15)	(143)
Saldo Final	83.371	81.111

O saldo final refere-se:

- a. a diferenças de benefícios e devolução de contribuições, calculadas conforme regras do Instrumento de Acordo, relativas aos participantes que não aderiram ao Regulamento de 2003 totalizando o valor de R\$ 16.560 mil;

- b. a obrigações decorrentes de demandas judiciais, excedentes aos efeitos da adesão ao Regulamento de 2003, referentes a diferença de benefício líquida de contribuições, devolução de contribuição extra e de contribuição acima de 360 dias, valor do pecúlio, abono, cesta-alimentação e outras no valor de R\$ 66.811 mil; e

Ressalte-se que há 183 processos judiciais classificados como perda possível, portanto não passíveis de contingenciamento, conforme dispõe a Resolução nº 1.180, de 24 de julho, de 2009. Esses processos têm objetos diversos como abono, anulação do acordo geral, pensões e diferenças de benefícios e são estimados em R\$ 418.221 mil.

A Entidade não possui condições de estabelecer um cronograma de saída de recurso relativamente às suas demandas judiciais, haja vista que a mensuração de um prazo para tais acontecimentos envolve fatores que são impossíveis de ser avaliados, a exemplo do tema de duração do processo.

8.2) Gestão Administrativa

Segue a composição da provisão judicial administrativa:

R\$ mil

RUBRICA	2015	2014
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – PROVÁVEL		
Saldo Inicial	213	2.307
Depósitos Judiciais	294	(2.125)
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	45	31
Saldo Final	552	213

Os depósitos judiciais no total de R\$ 294 mil correspondem a valores depositados judicialmente a fim de evitar a incidência de contribuições para o PIS e COFINS, a CAPEF entrou com ação e aguarda decisão judicial; vide nota 11.1. Não existem demandas classificadas como possíveis.

O Plano de Gestão Administrativa encerrou 2015 com um processo judicial de danos morais, no valor de R\$ 258 mil.

8.3) Investimentos – Plano BD

As contingências do fluxo de investimento, pertencente exclusivamente ao Plano BD, classificada como perda provável, finalizaram o exercício de 2015 com um saldo de R\$ 3.595 mil (R\$ 2.881 mil em 2014).

R\$ mil

RUBRICA	2015	2014
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – PROVÁVEL		
Saldo Inicial	2.881	2.333
Constituição de Depósitos Judiciais/ Recursais	12	40
Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	291	2
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	411	506
Saldo Final	3.595	2.881

O saldo final refere-se:

- a. aos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação

de imunidade tributária, onde a Capef questionava o recolhimento de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras no valor de R\$ 401 mil. A Entidade desistiu da ação face adesão a MP 2.222/01;

- b. no segmento de investimentos imobiliários as ações mais relevantes se referem aos cálculos processuais das vendas a prazo das alienações fiduciárias no valor de R\$ 1.591 mil e da execução fiscal do IPTU de diversos imóveis da Capef no total de R\$ 195 mil;
- c. no segmento de empréstimos e financiamentos as ações referem-se à revisão dos contratos de financiamentos imobiliários no total de R\$ 995 mil e a uma única ação de revisão de contrato de empréstimos no montante de R\$ 67 mil;
- d. aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) totaliza o montante de R\$ 334 mil.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

9.1.1) Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas representam os compromissos líquidos da Entidade relativos aos benefícios previdenciais futuros, cujos cálculos são de responsabilidade do atuário independente.

Em 31 de dezembro de 2015, as Provisões Matemáticas do Plano BD totalizaram R\$ 3.174.303 mil (R\$ 2.926.044 mil em 2014). A variação de 8,48% decorreu, principalmente, da evolução normal das Provisões Matemáticas que cresce em função dos juros atuariais e das contribuições recebidas e decresce pelos benefícios pagos pelo plano.

R\$ mil

RUBRICA	2015	2014
Provisões Matemáticas	3.174.303	2.926.044
Benefícios concedidos	2.463.721	2.187.877
Benefícios a conceder	710.582	738.167

As Provisões Matemáticas diminuíram em termos reais (o aumento de 8,48% é inferior à variação do INPC no período, 11,28%), essa diminuição ocorreu em função da maturidade do Plano BD que, em seu atual estágio possui o montante dos benefícios pagos superior a soma das contribuições com a rentabilidade da meta atuarial sobre as Provisões Matemáticas.

i) O saldo das Provisões Matemáticas que pertence ao Plano CV I, em 31 de dezembro de 2015, totalizou R\$ 393.450 mil (R\$ 265.303 mil, em 2014). O crescimento de 48,30% decorreu, principalmente, do aporte de novas contribuições e de sua capitalização. Ressalte-se que o Plano CV I iniciou suas operações em Maio de 2010.

R\$ mil

RUBRICA	2015	2014
Provisões Matemáticas	393.450	265.303
Benefícios concedidos	21.632	1.870
Benefícios a conceder	371.818	263.433

9.1.2) Equilíbrio Técnico**9.1.2.1) Reserva de Contingência - Superávit Técnico Acumulado**

O superávit de R\$ 4.361 mil apresentado no Plano BD, em 31 de dezembro de 2015, foi impactado positivamente neste exercício, pelo resultado positivo dos investimentos no valor R\$ 473.219 mil e, negativamente, no valor de R\$ 470.770 mil, pelos dispêndios decorrentes do aumento das obrigações do plano, pagamento de benefícios, constituição de despesas administrativas e reversão de contingências, resultando no superávit conforme destacado no quadro a seguir:

R\$ mil

SUPERÁVIT EM 31/12/2014	1.912
Fluxo Previdencial	(207.907)
Investimentos	473.219
Custeio administrativo	(12.171)
Provisões Atuariais	(248.259)
Contingências	(2.433)
SUPERÁVIT EM 31/12/2015	4.361

A situação atuarial do plano CV I, em 31 de dezembro de 2015, apresenta-se superavitário em R\$ 36 mil (atuariamente superavitário em R\$ 21 mil, em 31 de dezembro de 2014), visto que parte das obrigações atuariais existentes, referentes aos benefícios concedidos, possuem características de benefício definido.

O resultado atuarial a seguir demonstra o impacto positivo do recebimento das contribuições e do resultado positivo dos investimentos no valor de R\$ 138.480 mil e, negativo, no valor de R\$ 138.465 mil pelo aumento das obrigações do plano, pagamento de despesas administrativas e constituição de fundos previdenciais.

R\$ mil

RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2014	21
Fluxo Previdencial	86.936
Investimentos	51.544
Custeio administrativo	(5.273)
Provisões Atuariais	(128.147)
Fundos Previdenciais	(5.045)
RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2015	36

9.2) Fundos**9.2.1) Fundos Previdenciais**

O Plano CV I conta com o fundo de solvência atuarial que será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências nos portfólios previdenciais mutualistas, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir: a) dos valores auferidos mensalmente

com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras; b) o saldo da conta de patrocinador relativo a participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate; e c) a recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

O Plano CV I ainda conta com o Fundo Mutualista para benefício de risco cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referente à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras vertidas ao plano.

Os fundos previdenciais do Plano CV I totalizaram R\$ 16.139 mil, em 31 de dezembro de 2015, (R\$ 11.094 mil, em 2014) sendo distribuídos entre Fundo de Solvência Atuarial – Portfólio Mutualista (R\$ 7.743 mil) e Fundo Mutualista para Benefícios de Risco (R\$ 8.396 mil).

Não consta em 31 de dezembro de 2015, fundo de natureza previdencial no Plano BD.

9.2.2) Fundo de Custeio Administrativo

O Fundo de Custeio Administrativo é constituído ou desconstituído pelas receitas oriundas dos custeios administrativos recebidos dos planos de benefício, resultado dos investimentos administrativos e receitas diretas da gestão administrativa, deduzidas das despesas e contingências administrativas. No exercício de 2015, o Plano BD destinou 8,50% (9,00%, em 2014) e o Plano CV I 5,3% (5,6%, em 2014) das receitas previdenciais, relativas às contribuições patronais e laborais de participantes ativos e assistidos, ao custeio administrativo. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 48.278 mil (R\$ 39.225 mil, em 2014).

9.2.3) Fundos de Investimentos

9.2.3.1) Plano BD - Fundo de Garantia de Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Na posição de 31 de dezembro de 2015, registraram-se fundos no Plano BD no valor de R\$ 6.977 mil, sendo R\$ 6.438 mil de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 539 mil Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário (R\$ 5.348 mil, R\$ 4.885 mil de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 463 mil Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário em 2014).

No exercício de 2015, foi utilizado do fundo de Empréstimos o valor de R\$ 985 mil (R\$ 1.111 mil, em 2014), em razão do falecimento de mutuários, e constituídos os valores de R\$ 1.704 mil (R\$ 1.546 mil, em 2014) e de R\$ 909 mil (R\$ 651 mil, em 2014), decorrentes do recebimento de contribuições e da rentabilidade do fundo, respectivamente.

9.2.3.2) Plano CV - Fundo de Garantia de Empréstimos

Na posição de 31 de dezembro de 2015, registraram-se fundos no Plano CV I no valor de R\$ 107 mil. No exercício de 2015, foram constituídos R\$ 74 mil, decorrente dos recebimentos das contribuições mensais incidentes sobre os saldos devedores dos empréstimos e R\$ 8 mil, em virtude de sua rentabilidade.

10. FATOS RELEVANTES NA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A segregação do Plano de Gestão Administrativa - PGA foi estabelecida por meio do Anexo C – Normas Gerais, da Resolução MPS/CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2010, mantida pela Resolução CNPC No. 8, de 31 de Outubro de 2011, com a finalidade de identificar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa separadamente dos planos de benefícios, assegurando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

De acordo com o art. 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31 de Agosto de 2009, que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar, o Conselho Deliberativo da Entidade deverá estabelecer um entre os seguintes critérios como limite anual de recursos destinados pelos planos de benefícios para o PGA:

- 1% incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir; ou
- 9% incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos Planos no exercício a que se referir.

No caso da Capef, o Conselho Deliberativo definiu o primeiro critério: 1% sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios. Em 31 de Dezembro de 2015, o limite para cobertura das despesas administrativas da Capef atingiu R\$ 36.807 mil e suas despesas administrativas efetivas totalizaram R\$ 13.516 mil (R\$ 11.236 mil em 2014).

R\$ mil

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2015	2014
Pessoal e Encargos	8.583	7.642
Treinamentos/Congressos e Seminários	118	105
Viagens e Estadias	103	121
Serviços de Terceiros	1.373	1.197
Despesas Gerais	1.398	1.082
Depreciação e Amortização	856	792
Tributos	1.085	297
TOTAL	13.516	11.236

Conforme estabelece a Instrução nº. 34, de 24 de setembro de 2009, no seu anexo A – Normas Complementares, item II – Procedimentos Operacionais, subitem 6, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA. Ressalta-se que essa participação não representa, para os planos previdenciais, um direito a receber, devendo ser observado o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovado pelo Conselho Deliberativo na Entidade. Para essa finalidade as despesas são segregadas proporcionalmente ao quantitativo de participantes e ao patrimônio de cada plano de benefício.

O quadro a seguir detalha a participação de cada plano de benefício previdenciário no fundo administrativo nas posições de 31 de dezembro de 2015 e 2014.

R\$ mil

	2015	2014
Participação no Fundo Administrativo	48.278	39.225
Plano BD	37.361	31.584
Plano CV	10.917	7.641

11. TRIBUTOS FEDERAIS

11.1) PIS/COFINS cobrados sobre Recursos destinados ao Custeio Administrativo

Em junho de 2006, a CAPEF impetrou um mandado de segurança a fim de evitar a incidência de contribuições para o PIS e COFINS sobre as suas receitas, por entender que o §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 era inconstitucional. Em decisão liminar, o Juízo autorizou o depósito dos valores correspondentes às sobreditas contribuições, até uma resolução definitiva. Em setembro de 2013, certificou-se o trânsito em julgado da sentença que proveu a pretensão da CAPEF. Diante disso, a Entidade requereu o levantamento dos depósitos que fizera e permaneceu a não recolher contribuições para o PIS e COFINS sobre suas receitas.

Com o advento da Lei nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a voltar a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade ajuizou uma ação, em outubro de 2015, por meio do mandado de segurança, tombado sob o nº 0807082-95.2015.4.05.8100, em que busca o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre o patrimônio que administra.

Em meados de novembro de 2015, a CAPEF obteve decisão liminar, autorizando-a a depositar judicialmente os valores correspondentes a esses tributos, em vez de recolhê-los diretamente à União.

Mensalmente, a Entidade vem efetuando esses depósitos, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação.

11.2) Créditos Tributários provenientes do RET – Regime Especial de Tributação

A Entidade questiona junto à esfera administrativa da Secretaria da Receita

Federal (SRF) a não homologação do crédito tributário, reconhecido em 2007, no valor de R\$ 11.111 mil proveniente da exclusão das contribuições extraordinárias da base de cálculo do RET – Regime Especial de Tributação, alusivos ao 4º trimestre de 2003 e ao ano de 2004. Esse crédito, atualizado monetariamente, foi utilizado para compensar os recolhimentos tributários da entidade durante o período de janeiro de 2007 a abril de 2008.

A não homologação pela Receita Federal das compensações tributárias e a possibilidade de perda do processo administrativo quanto à matéria de fato levaram a Capef, em obediência ao princípio da prudência, a efetuar a reversão do saldo desse crédito, provisionar o total de débitos tributários compensados, atualizando-os pela Selic e a reconhecer a multa de 20%.

Em 2012 a Secretaria da Receita Federal restituiu à Capef o valor de R\$ 1.415 mil (valor original de R\$ 732 mil) relativos ao RET do 1º, 2º e 3º trimestres de 2004. Permanecem pendentes de homologação os tributos relativos ao 4º trimestre de 2003 no valor de R\$ 8.646 mil (valor original de R\$ 3.642 mil).

Em 31 de março de 2015 a Secretaria da Receita Federal restituiu à Capef o valor de R\$ 683 mil (valor original R\$ 321 mil) relativo ao RET 4º trimestre de 2004.

Todos os questionamentos citados acima pertencem ao Plano BD. O Plano CV I não possui demandas fiscais.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1) ATIVO CONTINGENTE – OFND

Em 23/06/1986, através do Decreto-Lei nº 2.228, o Poder Executivo Federal criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cujo objetivo era captar recursos junto a investidores privados. Seu art. 7º estabelecia a obrigatoriedade das Entidades Fechadas de Previdência Privada (com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual) aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas, atualmente denominadas “provisões matemáticas), nas “Obrigações” desse Fundo (OFND’s), com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN (Obrigações do Tesouro Nacional).

O Decreto-Lei nº 2.383/87 alterou o Decreto-Lei nº 2.228 modificando o indexador de atualização monetária dos valores investidos, bem como as regras para utilizações dos valores aplicados, acarretando desvantagens aos investidores. Assim, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, desde o ano de 1991, ingressou em nome de suas associadas com processo judicial contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, objetivando a observância dos expurgos inflacionários incidentes sobre a remuneração do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Em 29.11.2010 o processo transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça e atualmente encontra-se em fase de execução mediante o Recurso Especial nº 1.163.879 /RJ.

Considerando que a receita de investimentos, decorrente dessa decisão judicial, depende ainda de confirmações futuras e ajuste nos valores estimados, a CAPEF não efetuou seu registro contábil conforme estabelece o Ofício 4630/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, que impede a realização desse reconhecimento enquanto não houver manifestação da Justiça Federal em relação aos valores devidos e a forma de pagamento.

A CAPEF continua com o acompanhamento acerca dos fatos posteriores à decisão judicial, no sentido de verificar a confirmação daqueles fatores, o posicionamento do órgão fiscalizador PREVIC, para no momento oportuno, melhor avaliar sobre a possibilidade de reconhecimento do respectivo direito.

12.2) TAXA DE JUROS E AJUSTE NA PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS - IMPACTOS

12.2.1) Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidente sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

12.2.2) Taxa de Juros parâmetro

A taxa de juros parâmetro corresponde àquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios. Os pontos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros Média e correspondentes taxas de juros parâmetro, bem como limites inferior e superior, a serem aplicados na avaliação de 2015 foram divulgados por meio da Resolução CNPC No. 15, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC no. 23, de 26 de Junho de 2015, e Portaria PREVIC No. 708, de 25 de Dezembro de 2015.

12.2.3) Cálculo da Taxa de Juros Atuarial para o exercício de 2015

Para a definição da taxa de juros atuarial foram elaborados para cada um dos planos de benefícios, Plano de Benefício Definido – BD e Plano de Contribuição Variável I – CV I, o estudo técnico de convergência entre a hipótese de taxa de juros real anual e a taxa de retorno real anual projetada, o que resultou na recomendação e adoção da taxa de juros atuariais de 5,5% a.a., para ambos os planos.

O citado estudo observou a *duration* do passivo do Plano de Benefício Definido de 9,3 anos e a *duration* do Plano de Contribuição Variável I é de 13,1 anos, ambas na data base de 31/12/2014, e constatou que a taxa de juros atuarial está dentro do intervalo definido pela Portaria PREVIC nº 197, de 14 de Abril de 2015, sendo de 3,66% a.a. o limite inferior e o superior de 5,63% a.a.

Para o plano CV I a taxa de juros atuarial também ficou dentro do intervalo legal (3,74% a.a para o limite inferior e de 5,74% a.a o limite superior).

A Resolução CGPC No. 26, de 29 de Setembro de 2008, que estabelece as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário foi modificada pela Resolução CNPC No. 16, de 19 de novembro de 2014, em relação à taxa máxima de juros utilizada na destinação de superávit e com a inserção da definição e critérios do ajuste de precificação que corresponde à diferença entre o valor dos títulos

públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados com a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,5% e o valor contábil desses títulos (Ver Nota 5.3.1).

A PREVIC emitiu, em 04 de Fevereiro de 2015, a Instrução No. 19, tratando das questões da Resolução CNPC No. 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico. Os termos desta resolução, para fins de apuração do resultado superavitário/deficitário sujeitos ao equacionamento deverão ser considerados o ajuste de precificação positivo ou negativo.

Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo da cobertura aos benefícios a conceder com valor ou níveis previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão. O Ajuste de precificação dos títulos públicos, em 31 de Dezembro de 2015, dos Planos BD e CV I, resultaram em valores positivos de R\$ 286.511 mil e R\$ 835 mil, respectivamente, conforme demonstrado no item a seguir.

12.2.4) Apuração de Resultados

O resultado do exercício de 2015 do plano BD foi apurado pelo regime de competência e resultou no superávit contábil de R\$ 4.361 mil, já no plano CV I o superávit contábil apurado foi de 36 mil.

Em Novembro de 2015, foi emitida a Resolução CNPC No. 22, que alterou a Resolução CGPC No. 26, que estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/ utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula $(duration - 4) \times 1\% \times$ Provisões Matemáticas. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula $(10\% + (duration \times 1\%)) \times$ Provisão Matemática.

A *duration* do passivo do plano BD é de 9,17 anos em 31/12/ 2015, com isso a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 5,17% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 19,17% das Provisões Matemáticas.

A *duration* do passivo do plano CV I é de 22,21 anos em 31/12/2015, com isso a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 18,21% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 32,21% das Provisões Matemáticas.

O equilíbrio técnico ajustado dos planos BD e CV I, bem como o índice de solvência, no final do exercício de 2015, encontram-se demonstrados a seguir.

Plano BD	2015
A) Cálculo dos Limites	R\$ Mil
a) Saldo Provisões Matemáticas (P.M) (conta 2.3.1.1.00.00.00)	R\$ 3.174.303
b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado	
b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico)	5,17%
b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((1*b1)/100)*-a$	- R\$ 164.111
c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado	
c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico)	19,17%
c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator $(1*c1)/100$	R\$ 608.514
c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(a*25\%)$	R\$ 793.576
3.4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3)	R\$ 608.514
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado	R\$ Mil
d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2.00.00.00)	R\$ 4.361
e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo	R\$ 286.511
f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado	R\$ 290.872
g) = f)/(a) x 100= índice de Solvência	9,16%

Plano CV I	2015
A) Cálculo dos Limites	R\$ Mil
a) Saldo Provisões Matemáticas - benefício definido estruturado em regime de capitalização (P.M - BD) (conta 2.3.1.1.01.02)	R\$ 5.514
b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado	
b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico)	18,21%
b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((1*b1)/100)*a$	-R\$ 1.004
c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado	
c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico)	32,21%
c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator $(1*c1)/100$	R\$ 1.776
c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(a*25\%)$	R\$ 1.378
c4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3)	R\$ 1.378
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado	R\$ Mil
d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2.00.00.00)	R\$ 36
e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo	R\$ 835
f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado	R\$ 871
g) = (f)/(a) x 100= índice de Solvência	15,80%

Fortaleza, 31 de janeiro de 2016.

ZILANA MELO RIBEIRO

Diretora-Presidente
CPF 162.836.353-34

JOSÉ DANILO ARAÚJO DO NASCIMENTO

Diretor de Administração e Investimentos
CPF 231.471.803-87

CAMILLA BASTOS PAULINO

Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

PARECERES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES EM RELAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BD

PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO CV I

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES EM RELAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores e Participantes da

Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF

Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações contábeis da **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF (“Entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC 8) em 31 de dezembro de 2015, as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores, e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados

nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 27 de fevereiro de 2015, o qual continha uma opinião sem modificação.

Fortaleza, 31 de janeiro de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1 – S – CE

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1 SP 120.458/O-6 – S - CE

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Este Conselho, em sua 252ª Reunião realizada no dia 29/04/2016, em atendimento ao disposto no anexo C, item 17, alínea k, do anexo da Resolução CNPC Nº 8, de 31/10/2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19/08/2013 e pela Resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014 e com base no art. 28, "d" do Estatuto da Entidade, analisou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2015:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrações do Ativo Líquido - DAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- e) Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com exercício anterior;
- f) Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas;
- h) Parecer dos Auditores Independentes;
- i) Demonstrações Atuariais (Plano BD e Plano CV I);
- j) Pareceres dos Atuários (Plano BD e Plano CV I); e
- k) Parecer do Conselho Fiscal.

Desta forma, com base nos documentos apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela BDO RCS Auditores Independentes SS, Atuarh Consultoria Atuarial, Vesting Consultoria Atuarial e Conselho Fiscal da Entidade citados acima, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Entidade, o Conselho Deliberativo manifesta-se favoravelmente   aprovação das Demonstrações Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB – Capecf relativo ao encerramento do exercício de 2015 e ratifica a divulgação, nos meios de comunicação da Entidade das referidas demonstrações, em atendimento ao artigo 1  da Resolução do MPS/CNPC N  2, de 03/03/2011 dentro do prazo estabelecido pela PREVIC, por meio do Relatório Anual da

Capef, bem como disponibilizar aos participantes, beneficiários e assistidos por meio eletrônico ou encaminhados no prazo máximo de trinta dias, contados da data da formalização do pedido.

Fortaleza – Ceará, 29 de abril de 2016.

Romildo Carneiro Rolim

Presidente

Stélio Gama Lyra Júnior

Vice – Presidente

José Nilton Fernandes

Conselheiro

José Jurandir Bastos Mesquita

Conselheiro

Nivaldo Trindade Santos

Conselheiro

Reginaldo da Silva Medeiros

Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Este Conselho, em sua 421ª Reunião realizada no dia 27/4/2016, em atendimento ao disposto no item 17, alínea j, do anexo da Resolução CNPC Nº 8, de 31/10/2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19/08/2013, e cumprimento do art. 41 do Estatuto da Entidade, apreciou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2015:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrac es do Ativo Líquido - DAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- e) Demonstrac es da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com exercício anterior;
- f) Demonstrac es das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas;
- h) Parecer dos Auditores Independentes;
- i) Demonstrac es Atuariais (Plano BD e Plano CV I); e
- j) Pareceres dos Atuários (Plano BD e Plano CV I).

Desta forma, com base nos documentos acima e respaldados pelos pareceres emitidos pela BDO RCS Auditores Independentes SS, Atuarh Consultoria Atuarial e Vesting Consultoria Atuarial citados acima, complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Entidade, o Conselho Fiscal se manifesta favoravelmente   aprova o das Demonstrac es Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB – C pef relativo ao encerramento do exercício de 2015.

Fortaleza, Ceará, 13 de abril de 2016.

Ant nio Nogueira Filho

Presidente

Adelson Belchior Chaves

Vice – Presidente

Lúcia de Fátima Barbosa Da Silva

Conselheira

Luiz Sérgio Farias Machado

Conselheiro

PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BD

1. Este parecer refere-se à avaliação atuarial do plano da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (CAPEF) na modalidade de Benefício Definido (BD) para todos os benefícios constantes de seu regulamento, nos termos da Resolução CGPC Nº 16, de 22/11/2005 e da Instrução PREVIC nº 12, de 13/10/2014, estando avaliado na posição de 31/12/2015.
2. A obrigação atuarial do Plano BD da CAPEF, em 31/12/2015, foi quantificada em R\$3.174.303.031,05. Confrontada com o Ativo Líquido do Plano, de R\$3.178.664.085,04 ficou quantificado superávit de R\$ 4.361.053,99, correspondente a 0,14% do Ativo Líquido do Plano e idêntico percentual em relação às provisões matemáticas. Referido superávit deverá ser destinado à formação de Reserva de Contingência, conforme disciplinado no artigo 20 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, e no artigo 7º da Resolução CGPC/MPSNº 26, de 29/09/2008.
3. Os dados cadastrais empregados nesta avaliação atuarial consideraram informações com posição de 31/12/2015. Foram realizados testes de consistência em relação às informações da base cadastral. Ao final, a base cadastral foi julgada consistente e satisfatória para a realização da avaliação atuarial.
4. Em relação ao exercício anterior, os custos normais, sem despesas administrativas, sofreram diminuição, de 12,48% para 12,04%, redução de 0,44 ponto percentual. A contribuição dos assistidos não sofreu alteração, relativamente ao ano anterior, tendo sido mantida em 21,25% (vinte e um inteiros e vinte e cinco centésimos por cento).
5. A meta atuarial vigente em 2015 – variação anual do INPC de 11,28%, acrescida da taxa de juros atuarial de 5,5% ao ano – ficou quantificada em 17,40%. Neste mesmo período a rentabilidade nominal efetiva dos investimentos alcançou 16,30%, que descontando a variação anual do INPC, obtemos a rentabilidade real de 4,51%. A rentabilidade nominal dos investimentos correspondeu a 93,68% da meta atuarial.
6. Em atendimento ao inciso 1-II do Anexo VIII da Instrução PREVIC nº 12, de 13/10/2014, encontram-se detalhadas, adiante, as variações percentuais ocorridas nos valores das provisões matemáticas, levantadas atuarialmente nas posições de final de 2014 e de 2015, descontando-se a variação do INPC no mesmo período.

Quadro Nº1 – Comparativo da Variação das Provisões Matemáticas do Plano BD entre 31/12/2014 e 31/12/2015 – Valores Atualizados e Posicionados em 31/12/2015 – Registro nas Demonstrações Atuariais (DA)

PROVISÕES MATEMÁTICAS	31/12/2014⁽¹⁾	31/12/2015	VARIAÇÃO
1.1. Benefícios Concedidos	R\$ 2.434.669.935,01	R\$ 2.463.720.749,69	1,19%
1.2. Benefícios a Conceder	R\$ 821.432.232,76	R\$ 710.582.281,36	(13,49%)
TOTAL	R\$ 3.256.102.167,77	R\$ 3.174.303.031,05	(2,51%)

Nota: (1) valores de 31/12/2014, atualizados para 31/12/2015 pela variação do INPC em 2015, de 11,28%.

7. Conforme demonstrado no Quadro nº 1, as provisões matemáticas totais sofreram, de 2014 para 2015, redução percentual, de 2,51%, tomando-se como base a variação do INPC em 2015. Enquanto a rubrica de Benefícios Concedidos (BC) experimentou acréscimo de 1,19%, a rubrica Benefícios a Conceder (BaC) ficou reduzida, em 13,49%, ambos em termos reais. A redução, em termos reais, no valor das provisões matemáticas totais, entre os anos de 2014 e 2015, ocorreu principalmente, em função da maturidade do Plano BD que, em seu atual estágio, possui o montante dos benefícios pagos superior ao recebimento das contribuições e à rentabilidade da meta atuarial sobre as provisões matemáticas.
8. O Plano BD conta, na posição de 31/12/2015, com 6.575 participantes, assim distribuídos: 1.761 ativos e 4.814 assistidos, sendo 3.746 aposentados e 1.068 grupos de pensão. Os riscos atuariais associados a este plano estão relacionados apenas à variação da base cadastral, aos eventos biométricos de entrada em invalidez, mortalidade de inválidos e de mortalidade de válidos, grupo principal, cujas estimativas já ficam expressas pelas tábuas atuariais, além de alteração na base cadastral de beneficiários do plano, grupo secundário. Não se espera para o grupo principal nenhuma variação nos valores de salário de contribuição ou de benefício além das projeções de crescimento salarial de 1% (um por cento) ao ano e de variação do INPC, seguindo as regras do regulamento do plano, a primeira já tratada como hipótese financeira. Pelo exposto, não estão sendo avaliadas, neste momento, medidas extraordinárias para mitigação dos riscos biométricos deste plano.
9. Assim, consideradas as premissas, o método atuarial, os regimes financeiros, os dados cadastrais dos participantes e demais informações prestadas pela CAPEF, concluímos que na posição de 31/12/2015 o plano previdenciário na modalidade de Benefício Definido (Plano BD) da CAPEF se encontrava atuarialmente equilibrado. Não houve alteração no regime financeiro bem como no método de custeio. Nada obstante, nesta avaliação de 31/12/2015 foi alterada a classificação do método de custeio, de agregado para prêmio nivelado individual, de forma a melhor refletir a metodologia prevista na Nota Técnica Atuarial e adotada nos cálculos atuariais. Desta forma propomos a manutenção do plano de custeio ora vigente para ser aplicado durante o ano de 2016, conforme Quadro nº 2.

Quadro Nº2 – Contribuições Normais de Participantes Ativos do Plano BD para o Exercício de 2016

Salário de Contribuição	Taxa de Contribuição ⁽²⁾	Parcela a deduzir
Até 0,5 UBC ⁽¹⁾	2,6%	-
Acima de 0,5 UBC até 1 UBC	4,2%	0,0080 UBC
Acima de 1 UBC até 1,2 UBC	5,8%	0,0240 UBC
Acima de 1,2 UBC	12,6%	0,1056 UBC

Nota:

(1) UBC = Unidade Básica de Contribuição = R\$ 2.588,32 em 2016 (R\$ 2.325,95 em 2015).

(2) Os percentuais referem-se apenas à parcela de responsabilidade dos participantes ativos, portanto não incluem as parcelas de responsabilidade dos patrocinadores.

10. Os valores das provisões matemáticas, do ativo líquido do plano e o resultado atuarial encontram-se detalhados no quadro Nº 3.

Quadro Nº 3 – Provisões Matemáticas, Ativo Líquido e Resultado Atuarial do Plano BD – Valores em Reais

Posição: 31/12/2015

RUBRICA	31/12/2015
1. Provisões Matemáticas	3.174.303.031,05
1.1. Benefícios Concedidos	2.463.720.749,69
1.2. Benefícios a Conceder	710.582.281,36
2. Ativo Líquido do Plano	3.178.664.085,04
RESULTADO (2-1)	4.361.053,99

12. O resultado superavitário do plano BD em 2015, de R\$4.361.053,99 (quatro milhões, trezentos e sessenta e um mil, cinquenta e três reais e noventa e nove centavos), resultou de fatores conjunturais favoráveis, relacionados a ganhos atuariais observados no exercício.
13. Observando-se as regras contidas no Regulamento do Plano BD, as provisões matemáticas importam, na posição de 31/12/2015, em R\$3.174.303.031,05, sendo R\$ 2.463.720.749,69 para Benefícios Concedidos e R\$710.582.281,36 para Benefícios a Conceder, valores esses apurados de acordo com as normas em vigor e com base nas práticas atuariais correntes. Ditas provisões matemáticas expressam de modo satisfatório as obrigações previdenciais do Plano BD avaliado e aponta estado de solvência econômica, traduzido pelo superávit atuarial de R\$4.361.053,99. O método atuarial agregado e o regime financeiro de capitalização para todos os benefícios encontram-se apropriadamente empregados nas avaliações deste plano de benefícios.
14. Este é o nosso parecer.

Eloina Maria Pinheiro Diógenes

Atuária – MIBA nº 1216

PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO CV I

1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo apresentar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2015 do Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF. O Plano CV I foi aprovado em 25.03.2010 e teve suas operações iniciadas no dia 19.05.2010, quando recebeu suas primeiras contribuições.

2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

O Plano CV I é classificado na modalidade de contribuição variável nos termos da Resolução CGPC no 16, de 22.11.2005, uma vez que os benefícios programados do plano apresentam características de ambas as modalidades, de contribuição definida, na fase de acumulação e na fase inicial de recebimento do benefício, e de benefício definido, na fase final do recebimento do benefício. Ressalte-se que o benefício de aposentadoria programada é fruído em duas fases distintas pelo participante: na fase individual de renda certa a prazo certo (prazo determinado), com benefício mensurado em quotas, e na fase coletiva (mutualista) de renda vitalícia, com benefício expresso em moeda corrente.

3. REGIMES FINANCEIROS E DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

No Plano CV I, são adotados os regimes financeiros de capitalização e de repartição de capital de cobertura para o financiamento de seus benefícios.

Para o custeio dos benefícios programados, é adotado o regime financeiro de capitalização e, para os benefícios não programados, o regime de repartição de capital de cobertura. Destaque-se que parcela dos benefícios não programados é custeada pelo saldo da Conta do Participante, financiado pelo método de Capitalização Individual.

O regime de repartição de capital de cobertura caracteriza-se por constituir provisões somente na concessão dos benefícios. No Plano CV I, a cobertura da parcela dos benefícios não programados, estruturados sob esse regime, é realizada a partir da transferência de recursos do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos para a conta individual do participante na ocasião da concessão do benefício não programado.

O regime de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do participante e, no caso do Plano CV I, de forma individual, conduzindo ao financiamento gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para

os benefícios do Plano CV I estão de acordo com as normas em vigor e adequados às características do plano de benefícios.

4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Nessa seção serão apresentadas as hipóteses adotadas nesta avaliação (Quadro 1). Destaque-se que as hipóteses foram escolhidas com base na boa prática atuarial e respeitando a legislação vigente sobre o tema e estão fundamentadas em Estudo de Aderência específico.

Quadro 1 – Hipóteses atuariais adotadas na avaliação de 31.12.2015

Hipótese	Valor
Composição da família de pensionistas	Família padrão composta de cônjuge de mesma idade do participante e de dois filhos válidos nascidos nas idades do participante correspondentes a 25 e 27 anos, de acordo com a recomendação do estudo de aderência.
Entrada em aposentadoria	Data prevista pelo participante para sua aposentadoria programada que é informada no momento de sua adesão ao Plano e que pode ser revista por ocasião das revisões de custeio.
Indexador do Plano	IPCA (IBGE)
Projeção de Crescimento Real de Salário	A projeção de crescimento real de salário de cada participante do Plano CV I segue as regras contidas nos planos de cargo dos patrocinadores e em hipótese de progressão da verba de Adicional de Função em Comissão (AFC) indicadas por cada patrocinador (3,57%)
Taxa Real Anual de Juros	5,50%
Tábua Atuarial de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas (suavizada em 50%)
Tábua Atuarial de Mortalidade de Inválidos	Experiência IAPC (suavizada em 50%)
Tábua Atuarial de Mortalidade Geral	RP-2000 com taxas de mortalidade suavizadas em 20% em todas as idades, Unisex (70% Masculina), projetada para 2014 com a aplicação da escala de redução futura "AA" segmentada por sexo nas probabilidades de morte (RP-2000 U p.2014 s.20%).

5. CADASTRO

A posição da base cadastral utilizada nesta avaliação é a de 31.12.2015 e considera 5.281 participantes ativos vinculados ao plano, 10,2% a mais que a quantidade observada no final do exercício passado, sendo 66,2% do sexo masculino. Na mesma posição, haviam 71 aposentadorias programadas concedidas e 11 não programados, sendo duas aposentadorias por invalidez e nove pensões (quinze beneficiários) e, durante o ano de 2015, foi pago um pecúlio de ativo (ocorreram dois falecimentos cujos benefícios de pensão e pecúlio ainda não foram concedidos).

O sistema de cálculo do custeio dos participantes do Plano CV I acessa diretamente a base cadastral da entidade que, mensalmente, recebe atualização das situações funcionais, cargos e funções de cada participante diretamente dos patrocinadores do plano. Durante o cálculo, são realizadas críticas de integridade dos seguintes dados: sexo; perfil do participante (situação do participante no patrocinador e no plano); data de posse; data de adesão; data de nascimento; data planejada de aposentadoria no plano informada; código do

cargo e código da função, se disponível, relacionada com a tabela de cargo e função vigente e benefício do INSS (para participantes aposentados pela previdência social). Caso alguma inconsistência seja encontrada, o sistema apresenta uma mensagem informando a impossibilidade de executar o cálculo e interrompe a execução. Nesta avaliação, nenhuma inconsistência foi encontrada.

A base utilizada para o cálculo das provisões matemáticas de benefício concedido é mensalmente atualizada. A nova base de dados é comparada com a base do mês anterior e todas as alterações são confirmadas com a Gerência de Previdência (Geprev) da CAPEF. Por fim, as provisões matemáticas de benefício a conceder são calculadas em função dos saldos individuais de cada participante (informados pela Geprev) sendo sua consistência verificada nos registros contábeis do plano.

Pelo exposto, a base de dados utilizada nesta avaliação para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas é de excelente qualidade: as informações são constantemente atualizadas e mostraram-se consistentes.

6. DURATION

A metodologia de cálculo da duração (duration) do passivo do plano está definida no item 1.4 do Anexo à Resolução CGPC/MPS nº 18/2006, conforme alteração promovida pela Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, e pelo disposto na Instrução PREVIC nº 19, de 04.02.2015. Substituindo os parâmetros na equação e aplicando sobre o fluxo de benefício concedido do Plano CV I da CAPEF, obtém-se a duration do passivo de 22,21 anos. Destaque-se que a diferença da duration calculada neste exercício em relação ao exercício de 2014 de 13,1 anos, deve-se, principalmente, às concessões dos benefícios de aposentadoria programada no exercício, cuja fase BD, utilizada para o cálculo da duração, se inicia após 22 anos após a concessão.

7. PLANO DE CUSTEIO

No Plano CV I, os custos dos benefícios programados e não programados (de risco) são individualmente calculados para cada Participante Ativo, por ocasião de seu ingresso no plano e em cada avaliação atuarial anual.

O custo de administração do plano é rateado entre taxa de carregamento de participante ativo (definida como taxa de administração no regulamento do plano) e taxa de administração de assistido. Para o exercício de 2016, a taxa de administração de participante, que incide sobre a contribuição individual do ativo, inclusive quando pagas com recursos portados, foi mantida em 5,30%, enquanto que a taxa de administração de assistido, que incide uma única vez sobre o saldo da conta individual na concessão do benefício, ficou mantida em 2,70%. O estudo de solvência do Plano de Gestão Administrativa (PGA) da Entidade elaborado em dezembro de 2015 evidenciou que o fundo do PGA é solvente com essas taxas.

A taxa total de contribuição do Plano CV I para o ano de 2016 foi estimada em 17,40% (para 2015, a estimativa era de 17,57%), sendo que a taxa de contribuição sobre a totalidade do salário de participação perfaz 8,71% (8,80% em 2015) para os participantes, incluindo contribuição de autopatrocinados de 0,04%, e de 8,68% (8,77% em 2015) para os patrocinadores.

Em uma perspectiva coletiva de longo prazo, com a redução gradativa das contribuições extraordinárias futuras em virtude da aposentadoria dos “participantes fundadores” do plano, a taxa de contribuição média agregada do Plano CV I convergirá para uma taxa de contribuição menor, próxima ao limite da contribuição normal de 15% (7,5% do participante e 7,5% do patrocinador).

Para tornar o processo de inscrição de recém-admitidos no BNB mais simples e ágil, os novos participantes desse patrocinador poderão ser admitidos no plano com a taxa de 15% (7,5% do participante e 7,5% do patrocinador). A taxa de contribuição inicial de admissão no plano terá validade até o término do exercício em que foi feita a inscrição, quando ocorre a revisão de custeio anual.

8. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme pode ser observado no Quadro 2, as provisões matemáticas do Plano CV I cresceram 48,30% em 2015 em relação ao encerramento do exercício de 2014. Descontada a variação do IPCA do período de 10,67%, o crescimento real das provisões foi de 34,00%. O aumento relativo maior observado nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos decorreu, principalmente, pelo número de aposentadorias programadas concedidas durante o exercício de 2015.

Quadro 2 – Resultado do Plano em 2014 e 2015

Valores em R\$

Rubrica Contábil	2014	2015	Variação Nominal	Variação Real
(+) Patrimônio de Cobertura do Plano	265.324.408,57	393.486.137,31	48,30%	34,01%
(-) Provisões Matemáticas	265.302.973,41	393.450.149,38	48,30%	34,00%
Benefícios a Conceder	263.432.985,79	371.818.179,59	41,14%	27,54%
Benefícios Concedidos	1.869.987,62	21.631.969,79	1056,80%	945,27%
(=) Resultado do Exercício	21.435,16	14.552,77	-32,11%	-38,65%
(=) Superávit Técnico	21.435,16	35.987,93	67,89%	51,71%
Reserva de Contingência	21.435,16	35.987,93	67,89%	51,71%

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

No exercício, o resultado superavitário foi de R\$ 14.552,77 e proveio, principalmente, da rentabilidade dos investimentos sobre o superávit do exercício anterior e de ganhos atuarias do exercício. Esse resultado, elevou o superávit acumulado na posição de 31.12.2015 para R\$ 35.987,93 (superávit de R\$ 21.435,16 em 31.12.2014), registrado na Reserva de Contingência no final do exercício. Esse superávit correspondente a 0,65% do total das provisões matemáticas relativas aos benefícios do plano que possuem característica de benefício definido na fase de concessão.

O valor do ajuste de precificação do Plano CV I, conforme estabelecido pela Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29.09.2008, é positivo em R\$ 835.276,25, que corresponde a 15,15% do total das provisões matemáticas de benefício definido. O valor do ajuste é apurado, conforme a citada resolução, pela diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice

de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,5%, e o valor contábil desses títulos.

9. FUNDOS PREVIDENCIAIS ATUARIAIS

O Plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, que será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído, segundo o Regulamento do plano, a partir dos seguintes valores:

Valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano;

Valor correspondente ao saldo da conta de patrocinador relativo a Participante Ativo que tenha optado pelo instituto do resgate; e

Valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do Participante Assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

Ocorrendo insuficiência atuarial concernente aos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente do Plano CV I, o valor equivalente a essa insuficiência será revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano.

No Quadro 3 pode ser observado o demonstrativo da variação desse fundo em 2015. Em relação ao encerramento de 2014, o saldo do fundo cresceu 58,1% em reais. Para 2016, não há previsão de utilização de recursos do Fundo de Solvência Atuarial.

Quadro 3 – Movimentação do Fundo de Solvência Atuarial em 2015

Fundo de Solvência Atuarial	Em quotas	Em R\$
(+) Saldo inicial em 31.12.2014	3.396.510,53	R\$ 4.896.560,18
(+) Recursos recebidos	1.213.762,29	R\$ 2.846.300,63
(-) Recursos utilizados	-	-
(=) Saldo em 31.12.2015	4.610.272,82	R\$ 7.742.860,81

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

O Plano CV I ainda conta com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano.

Conforme demonstrado no Quadro 24, em 2015, o saldo do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos cresceu 35,47% em reais. No ano, foram utilizadas 28.521,00 quotas (3,91% das quotas constituídas no ano) para o pagamento do capital de morte referente a concessões de pensão por morte de ativo e aposentadoria por invalidez em 2015. Ressalte-se que há, ainda, dois óbitos ocorridos em 2015, que ainda não foram concedidas as respectivas pensões. Para 2016, não há previsão de utilização de recursos desse fundo além dos aportes recebidos no ano.

Quadro 4 – Movimentação do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos em 2015

Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos	Em quotas	Em R\$
(+) Saldo inicial em 31.12.2014	4.298.816,26	6.197.363,45
(+) Recursos recebidos	728.709,38	2.240.594,39
(-) Recursos utilizados	28.521,00	42.229,46
(=) Saldo em 31.12.2015	4.999.004,64	8.395.728,38

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

Na posição de 31.12.2015 o balanço patrimonial do Plano CV I registrou ainda dois fundos não previdenciais – Administrativo e de Investimentos – com destinações específicas. A participação do Plano CV I no Fundo Administrativo registrado no Programa de Gestão Administrativa – PGA totaliza R\$ 10.917.538,96. O Fundo Administrativo é destinado a cobrir despesas administrativas futuras da Entidade na administração dos planos. O fundo do Programa de Investimentos conta com o saldo de R\$ 106.804,46 destinados à cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes em caso de morte do participante durante a vigência do contrato.

10. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

As obrigações do Plano CV I em contas individuais são avaliadas em quotas e, por isso, apresentam proteção integral contra o surgimento de déficits atuariais. Essas obrigações, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder de participantes ativos e à fase de renda certa a prazo certo dos benefícios concedidos de aposentadoria programada a participantes assistidos, totalizaram, no encerramento do exercício de 2015, R\$ 387,94 mi e representavam 98,60% do total das provisões matemáticas.

Já as obrigações previdenciais relativas aos capitais complementares de morte e invalidez e aos benefícios concedidos prestados em fase de renda vitalícia são mutualistas e avaliadas em moeda corrente, podendo eventualmente vir a desenvolver desequilíbrios atuariais, caso as hipóteses atuariais utilizadas no plano não se confirmem no futuro. Dessa forma, os riscos atuariais do Plano CV I estão restritos a esses portfólios.

Para mitigar os riscos atuariais, o Plano CV I conta com dois fundos previdenciais. Ocorrendo insuficiência atuarial, o valor equivalente a essa insuficiência

será revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial (saldo de R\$ 7.742,86 mil em 31.12.2015), com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano. O Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos (saldo de R\$ 8.395,73 mil em 31.12.2015) tem o objetivo de prover o pagamento de capitais complementares, nos casos de invalidez ou óbito do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

O Plano CV I incorpora ainda outros mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais dos portfólios mutualistas, tais como: i) a concessão de benefícios na fase de renda vitalícia com valor inicial igual ao valor do benefício previsto para pagamento no último mês da fase de renda certa a prazo certo, sendo este pagamento pautado por quotas; e ii) os índices de reajuste dos benefícios de renda certa a prazo certo utilizam o mecanismo de quota, sendo que, para os vitalícios, são calculados com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, limitada a 100% e não inferior a 30% da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) no ano.

Em 31.12.2015, as provisões matemáticas dos benefícios concedidos não programados (aposentadoria por invalidez, pensão de ativo e de inválido) e programados (aposentadoria programada na fase de renda vitalícia), parcela da obrigação do plano exposta a riscos atuariais, totalizavam R\$ 5.513,87 mil. Conforme mostrado no Quadro 5, a redução de 0,5 p.p. na hipótese da taxa real anual de juros eleva o valor dessas provisões matemáticas em R\$ 632,83 mil. Nesse caso, o plano inicialmente passaria a apresentar um déficit de R\$ 596,84 mil, que seria integralmente coberto pelo Fundo de Solvência Atuarial. Ressalte-se ainda, que o valor do ajuste de precificação¹ do plano, considerando a taxa de juros de 5,5%, totaliza R\$ 835,28 mil.

Quadro 5 – Impacto da mudança na hipótese da taxa real anual de Juros nas Provisões Matemáticas na modalidade de Benefício Definido do Plano CV I

Valores em R\$

Rubrica	Taxa de juros de 5,50%	Taxa de juros de 5,00%	Variação	Variação
Provisões Matemáticas na modalidade de Benefício Definido	5.513.871,59	6.146.700,53	11,48%	632.828,94
Benefícios programados	2.131.418,63	2.271.945,47	6,59%	140.526,84
Benefícios não programados	3.382.452,96	3.874.755,06	14,55%	492.302,10

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

Pelo exposto, os riscos atuariais existentes no Plano CV I não são relevantes e estão mitigados pelos mecanismos presentes em sua arquitetura.

1- O valor do ajuste de precificação corresponde à diferença entre: I – o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial; e II – o valor contábil desses mesmos títulos.

11. CERTIFICAÇÃO

Os valores apurados de taxas de contribuição, as hipóteses atuariais e o regime financeiro adotados estão de acordo com as normas em vigor, com base em práticas atuariais correntes e adequados às características do plano de benefícios, tendo utilizado dados cadastrais de participantes consistentes. Em nossa opinião, eles retratam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as obrigações previdenciais totais do plano e apontam estado de solvência econômica, traduzido pelo superávit atuarial verificado.

Os desequilíbrios atuariais nos planos de benefícios podem ter natureza conjuntural, quando originados de fatores sazonais ou ocasionais, que estão sujeitos à reversão no curto prazo. Quando a origem dos desequilíbrios são de fatores mais estáveis, com baixa probabilidade de reversão em curto ou médio prazo, eles são classificados como de natureza estrutural.

O resultado superavitário de R\$ 14.552,77 verificado no exercício de 2015 foi influenciado, principalmente, pela rentabilidade dos investimentos sobre o superávit do exercício anterior e de ganhos atuariais do exercício (fatores conjunturais). Assim, o resultado superavitário acumulado do Plano CV I de R\$ 35.987,93, contabilizado como Reserva de Contingência no final do exercício, pode ser classificado como de natureza conjuntural.

É este o nosso parecer.

Fortaleza, 5 de fevereiro de 2016.

Sérgio César de Paula Cardoso

Atuário - MIBA No 2.285

SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BD

MACROALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Baseado no cenário definido no Seminário de Investimento da Capef e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como na maturidade do seu Plano de Benefícios, além dos quesitos da Resolução nº 3.792, concluiu-se por proposta de modelo para a alocação dos ativos do Plano BD da Capef no ano de 2016:

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 3.792 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL CAPEF EM 30/11/2015 (%)	PROPOSTA DE INTERVALO	
			LIMITES CAPEF	
			INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	86,14%	66	100
Renda Variável	70	1,99%	0	6
Investimentos Estruturados	20	0,22%	0	10
Investimentos no Exterior	10	0,00%	0	0
Imóveis	8	8,88%	0	8
Operações com Participantes	15	2,77%	0	10

LIMITES POR MODALIDADE DE INVESTIMENTO

Além dos limites de alocação e concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 3792, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa e Multimercado

No segmento de Renda Fixa e Multimercado, serão observadas as seguintes restrições:

- i. Limitar em 2,0% as aplicações do patrimônio do Plano BD em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito pelo Comitê de Investimentos da Capef, observando-se a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- ii. Limitar em 10,0% as aplicações do total dos investimentos do Plano

BD em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito definido pelo Comitê de Investimentos da Capef, conforme faculta o parágrafo 1º, do Art. 30 da Resolução 3792.

- iii. Não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive através de fundos de investimentos;
- iv. Não adquirir títulos de empresas do segmento de armamento e fumo;
- v. Não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;
- vi. Não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e distrito federal, exceto DPGE;
- vii. Não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 15 maiores, em termos de patrimônio líquido, definido pelo ranking do Banco Central;
- viii. Não adquirir letras financeiras de bancos pequenos e médios. Para definição do porte dos bancos, utiliza-se o ranking do Banco Central, onde se estipula como regra para aquisições de LF, as 15 maiores instituições, em termo de patrimônio líquido, os demais, foram aqui considerados como sendo de pequeno e médio porte;
- ix. Não aplicar em Renda variável.

b. Restrições para o Segmento de Renda Variável

Para o segmento de Renda Variável, respeitado o limite de até 6% do Plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i. Não aplicar recursos em companhias que não estejam admitidas à negociação no segmento Novo Mercado, nível II ou Bovespa Mais da BM&FBovespa, salvo se estas tiverem realizado sua primeira distribuição pública em data anterior a 29/05/2001;
- ii. Não realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou mercado de balcão organizado por entidade autorizada a funcionar pela CVM, exceto nas seguintes hipóteses: distribuição pública de ações; exercício do direito de preferência, conversão de debêntures em ações, exercício de bônus ou de recibos de subscrição e casos previstos na legislação em vigor e demais casos expressamente previstos nas Resolução 3.792 do Conselho Monetário Nacional;
- iii. Não aplicar diretamente em ações do segmento de armamento e fumo. Será admitida a aplicação caso o ativo pertença a alguma cesta de índices que possa compor a carteira de investimentos do Plano.

c. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados

Para o segmento de Investimentos Estruturados, em relação aos recursos do Plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i. Limitar em até 2% as aplicações em cotas de fundos de Investimento Imobiliário abertos;

- ii. Limitar em até 10% a aplicação em Fundos Imobiliários originados a partir da carteira de Imóveis do Plano BD;
- iii. Limitar em até 2% as aplicações em cotas de Fundos de Investimento (FI) e em Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimentos (FICFI) classificados como **multimercado alavancado**;

d. Restrições para o Segmento de Imóveis

Para o segmento de Imóveis, em relação aos recursos do Plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i. Limitar em até 8% as aplicações em imóveis;
- ii. É vedada a aquisição de imóveis residenciais, exceto se expressamente autorizado pelo Conselho Deliberativo;
- iii. É vedada a aquisição direta de terrenos, exceto aqueles destinados à realização de empreendimentos imobiliários ou construção de imóveis para aluguel, renda ou uso próprio;
- iv. A alienação de imóveis com preço abaixo do valor registrado na contabilidade somente será realizada com anuência do Conselho Deliberativo.

e. Restrições para o Segmento Operações com Participantes

Para o segmento de Operações com Participantes, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i. Limitar em até 10% as aplicações em Empréstimos a Participantes.
- ii. As regras para realização de operações nesse segmento estarão dispostas na Política de Crédito da Entidade, para o Plano BD.
- iii. Não contratar Financiamentos Imobiliários para Participantes, exceto nos casos de repactuação dos contratos existentes.

f. Restrições para o Segmento de Investimento no Exterior

Para o segmento de Investimento no Exterior, em relação aos recursos do Plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i. Serão observados os limites da legislação vigente;
- ii. As operações serão realizadas via fundos de investimentos; e
- iii. Somente serão realizadas operações classificadas no segmento Investimento no Exterior após aprovação específica do Comitê de Investimentos.

g. Restrições para Operações com Instrumentos de Derivativos

A CAPEF usa os instrumentos de derivativos baseada em análises que, previamente, avaliam os riscos envolvidos nessas operações. Vale ressaltar que todas as operações no mercado de derivativos são negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de

compensação e liquidação. Com relação à utilização de instrumentos de Derivativos serão observadas as seguintes restrições:

- i. Para uso de Derivativos, nas operações de Hedge, o depósito de margem fica limitado a 15% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira do fundo, conforme Res.3792;
- ii. No caso de estratégias que não envolvam a finalidade de hedge, o depósito de margem fica limitado a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira do fundo;
- iii. O valor total dos prêmios de opções pagos ficará limitado a 5% do patrimônio do fundo em que a operação está sendo realizada;
- iv. Tratando-se da carteira própria, os prêmios pagos de opções ficam limitados a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira própria.

Fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela Capef, considerando o período de um mês, limitado ainda a 3% considerando o período de um ano, para as estratégias que envolvam operações de derivativos sem a finalidade de hedge. A área de risco e compliance monitora as posições dos fundos de investimentos e carteiras e avalia diariamente se os limites estão sendo respeitados.

TAXA MÍNIMA ATUARIAL E META DE RENTABILIDADE PARA CADA SEGMENTO DE APLICAÇÃO

a. Meta de Rentabilidade para o Plano BD

Em 2014, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou a Resolução MPS/CNPC nº15, de 19/11/2014, que alterou a Resolução CGPC nº18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios estaria limitada ao intervalo compreendido entre 3,66% e 5,63%, sendo definida em função da duration do Plano BD calculada pela metodologia da PREVIC que é de 9,33 anos (demonstrações atuariais de 2014).

Para o total de ativos do Plano BD administrado pela Capef, a rentabilidade a ser perseguida para o ano de 2016, representada pela

meta atuarial será equivalente a INPC + 5,5% a.a. O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do INPC, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se aderente com o perfil do benefício pago ao participante assistido da Entidade.

b. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Renda Fixa

A Carteira de Renda Fixa tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos.

c. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Renda Variável

O segmento de Renda Variável tem como benchmark a variação do IbrX50 + 1%. Como estratégia de diversificação de ativos da carteira, poderão ser realizados investimentos em ativos que tenham benchmarks diferentes do IbrX50.

d. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Multimercado

Para os fundos multimercados, que não fazem parte do segmento de Estruturados, o benchmark será a variação da meta atuarial acrescida de 0,5% a.a

e. Meta de Rentabilidade para o Segmento de operações com participantes

A Carteira de Operações com Participante tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos. As características das Operações com os Participantes serão definidas na política de crédito da Entidade, para o Plano BD, que englobará as regras para realização dos EAP - Empréstimos a Participantes, bem como as regras de desinvestimento da carteira Financiamento Imobiliário.

f. Meta de rentabilidade para o Segmento de Imóveis

A Carteira de Imóveis tem como referencial de rentabilidade superar a variação do IGMI-C – Índice Geral do Mercado Imobiliário – Comercial, divulgado pela FGV - Fundação Getulio Vargas.

g. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Investimentos Estruturados

Para o segmento de Investimentos Estruturados as metas serão:

- a) Fundos Imobiliários: variação do IFIX;
- b) Fundos de Participação – FIP's: cotação da NTN-B de mesmo prazo de vencimento do fundo, acrescido de um spread de 2% a.a.;
- c) Fundos Multimercados do segmento de Estruturados: meta atuarial acrescida de 2% a.a.

h. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Investimentos no Exterior

Os Fundos de Investimentos no Exterior terão como meta superar o BDRX – Índice de BDRs Não Patrocinados – GLOBAL.

CÓDIGO DE ÉTICA

O código de Ética direcionado a todos os profissionais da Capef foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os Participantes e funcionários no *site* da Entidade. A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.

GESTÃO COMPARTILHADA

No modelo de gestão compartilhada, a Entidade realiza reuniões periódicas nas quais participam técnicos de seu quadro e do BNB, com a finalidade de analisar, discutir e sugerir estratégias que envolvam a gestão dos recursos compartilhados.

CUSTOS

No ano 2015, não houve redução nas taxas de administração dos fundos de investimentos da Capef. No que diz respeito às despesas de corretagem pagas nas operações de Renda Variável, a Capef obteve uma devolução média de 90% das referidas despesas. A tabela a seguir apresenta os valores das taxas de administração pagas durante o ano 2015, assim como os percentuais das taxas que vigorarão em 2016.

Fundos	Taxa de Administração Paga em 2015 (R\$)	Taxa de Administração que vigorarão em 2016 (%)
BNB - RF Empresarial	998.886,70	0,040
BNB - RV Exclusivo	101.654,46	0,300
BNB - Fundo de Cotas de Fundos de Ações FIC	11.095,99	0,025
Itaú	57.297,02	0,400
BTG Pactual	73.133,81	0,200
SulAmérica	30.346,70	0,500
FI Multimercado	123.300,69	0,100

GESTÃO PRÓPRIA

Para a gestão própria do Fundo Fortaleza Multimercado, fica estabelecido o limite máximo de 6% do total dos recursos do Plano BD da Capef.

O objetivo da gestão própria é superar a meta atuarial, sempre respeitando os limites estabelecidos na política de investimentos anual e as regras da Resolução 3.792 do CMN. Dessa forma, o foco da atuação está pautado na disciplina na tomada de decisão e rígido controle de risco, de forma a permitir a consistência de resultados no longo prazo.

No caso da Carteira de Empréstimos e Financiamentos, administrar-se-ão os recursos internamente, sem a necessidade de terceirização dos trabalhos.

A gestão da carteira de Imóveis será realizada pela Capef. Fica a critério da Entidade a contratação de empresas ou corretores imobiliários para realizar atividades relacionadas a compra, venda ou locação dos imóveis.

A seleção de Investimentos Estruturados e de Investimento no Exterior será realizada pela própria Capef.

CONTRATAÇÃO DOS ADMINISTRADORES DA CARTEIRA DE RENDA VARIÁVEL

Em 2015 não houve troca de gestor. Ao longo do ano, diante do cenário de incertezas políticas e econômicas, a Capef, no intuito de reduzir volatilidade de sua carteira de investimentos, realizou em sua integridade a carteira de ações do plano BD, ficando apenas com as ações ordinárias do patrocinador Banco do Nordeste.

SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO CV I

MACROALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Baseado no cenário definido no Seminário de Investimento da Capef e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, além dos quesitos da Resolução nº 3.792, concluiu-se por proposta de modelo para a alocação dos ativos do Plano CV I no ano de 2016.

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 3.792 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL CAPEF EM 30/11/2015 (%)	PROPOSTA DE INTERVALO LIMITES CAPEF	
			INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	92,60%	57	100
Renda Variável	70	1,17%	0	10
Investimentos Estruturados	20	1,73%	0	10
Investimentos no Exterior	10	-	0	3
Imóveis	8	-	0	8
Operações com Participantes	15	4,50%	0	12

LIMITES POR MODALIDADE DE INVESTIMENTO

Além dos limites de alocação e concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 3.792, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa

No segmento de Renda Fixa serão observadas as seguintes restrições:

- i. Limitar em 5% as aplicações do patrimônio do Plano CV I em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito pelo Comitê de Investimentos da Capef, observando-se a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio do FIDC;
- ii. Limitar em 20% as aplicações do total dos investimentos do Plano CV I em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito definido pelo Comitê de Investimentos da Capef, conforme faculta o parágrafo 1º, do Art. 30 da Resolução 3.792;
- iii. Não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive através de fundos de investimentos;

- iv. Não adquirir títulos de empresas do segmento de armamento e fumo;
- v. Não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;
- vi. Não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;
- vii. Não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 15 maiores, em termos de patrimônio líquido, definido pelo ranking do Banco Central;
- viii. Não adquirir Letras financeiras de bancos pequenos e médios. Para definição do porte dos bancos, utiliza-se o ranking do Banco Central, onde se estipula como regra para aquisições de LF, as 15 maiores instituições, em termo de patrimônio líquido, os demais, foram aqui considerados como sendo de pequeno e médio porte;

b. Restrições para o Segmento de Renda Variável

Para o segmento de renda variável, respeitado o limite de até 20% do Plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i. Não aplicar recursos em companhias que não estejam admitidas à negociação no segmento Novo Mercado, nível II ou Bovespa Mais da BM&FBovespa, salvo se estas tiverem realizado sua primeira distribuição pública em data anterior a 29/05/2001;
- ii. Não realizar operações com ações fora de bolsa de valores ou mercado de balcão organizado por entidade autorizada a funcionar pela CVM, exceto nas seguintes hipóteses: distribuição pública de ações; exercício do direito de preferência, conversão de debêntures em ações, exercício de bônus ou de recibos de subscrição e casos previstos na legislação em vigor e demais casos expressamente previstos na Resolução 3.792 do Conselho Monetário Nacional;
- iii. Não aplicar diretamente em ações do segmento de armamento e fumo. Será admitida a aplicação caso o ativo pertença alguma cesta de índices que possa compor a carteira de investimentos do plano;

c. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados

Para o segmento de Investimentos Estruturados, o limite máximo de alocação será de 10%, observando as seguintes restrições:

- i. Limitar em até 10% as aplicações em cotas de fundos de investimento imobiliário;
- ii. Limitar em até 10% as aplicações em cotas de Fundos de Investimento em cotas de Fundos de Investimentos classificados como Multimercado alavancado;
- iii. Limitar em 10% a aplicação em FIP`s (Fundos de Investimentos em Participações) e Fundos de Cotas em Fundos de Participações.

d. Restrições para o Segmento de Imóveis

Para o segmento de Imóveis, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i. Limitar em até 8% as aplicações em imóveis;
- ii. É vedada a aquisição de imóveis residenciais, exceto se expressamente autorizado pelo Conselho Deliberativo;
- iii. É vedada a aquisição direta de terrenos, exceto aqueles destinados à realização de empreendimentos imobiliários ou construção de imóveis para aluguel, renda ou uso próprio.
- iv. A alienação de imóveis com preço abaixo do valor registrado na contabilidade somente será realizada com anuência do Conselho Deliberativo.

e. Restrições para o Segmento Operação com Participantes

Para o segmento de Operações com Participantes, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i. Limitar em até 12% as aplicações em Empréstimos a Participantes.
- ii. As regras para realização de operações nesse segmento estarão dispostas na Política de Crédito da Entidade para o Plano CV I.

f. Restrições para o Segmento Investimento no Exterior

Para o segmento de Investimento no Exterior, em relação aos recursos do plano, serão observadas as seguintes restrições:

- i. Serão observados os limites da legislação vigente;
- ii. As operações serão realizadas via fundos de investimentos; e
- iii. Somente serão realizadas operações classificadas no segmento investimento estrangeiro após aprovação específica do Comitê de Investimentos.

g. Restrições para operações com Instrumentos de Derivativos

A Capef usa os instrumentos de derivativos baseada em análises que, previamente, avaliam os riscos envolvidos nessas operações. Vale ressaltar que todas as operações no mercado de derivativos são negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

Com relação à utilização de instrumentos de Derivativos serão observadas as seguintes restrições:

- i. Para uso de derivativos, nas operações de Hedge, o depósito de margem fica limitado a 15% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliário de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações

pertencentes ao índice Bovespa da carteira do fundo, conforme Res.3792;

- ii. No caso de estratégias que não envolvam a finalidade de hedge, o depósito de margem fica limitado a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliário de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira do fundo;
- iii. O valor total dos prêmios de opções pagos ficará limitado a 5% do patrimônio do fundo em que a operação está sendo realizada.
- iv. Tratando-se da carteira própria, os prêmios pagos de opções ficam limitados a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa da carteira própria.

Fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela Capecf, considerando o período de um mês, limitado ainda a 3% considerando o período de um ano, para as estratégias que envolvam operações de derivativos sem a finalidade de hedge. A área de risco e compliance monitora as posições dos fundos de investimentos e carteiras e avalia diariamente se os limites estão sendo respeitados.

TAXA MÍNIMA ATUARIAL E META DE RENTABILIDADE PARA CADA SEGMENTO DE APLICAÇÃO

a. Meta de Rentabilidade para o Plano CV

Em 2014, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, cumprindo suas atribuições, estabeleceu os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou a Resolução MPS/CNPC nº15, de 19/11/2014, que alterou a Resolução CGPC nº18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios estaria limitada ao intervalo compreendido entre 3,74% e 5,74%, sendo definida em função da duration do Plano CV I calculada pela metodologia da PREVIC que é de 13,08 anos (demonstrações atuariais de 2014).

Para o total de ativos do Plano CV I administrado pela Capecf, a rentabilidade a ser perseguida para o ano de 2016, representada pelo IPCA + 5,5% a.a, mostra-se aderente com o perfil do benefício pago ao Participante Assistido da Entidade.

b. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Renda Fixa

A Carteira de Renda Fixa tem como referencial de rentabilidade superar meta atuarial acrescida dos custos administrativos.

c. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Renda Variável

O segmento de Renda Variável tem como benchmark a variação do IbrX50 + 1% a.a.. Como estratégia de diversificação de ativos da carteira, poderão ser realizados investimentos em ativos que tenham benchmarks diferentes do IbrX50.

d. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Investimentos Estruturados

Para o segmento de Investimentos Estruturados as metas serão:

- a) Fundos Imobiliários: variação do IFIX;
- b) Fundos de Participação – FIP’s: cotação da NTN-B de mesmo prazo de vencimento do fundo, acrescido de um spread de 2% a.a.
- c) Fundos multimercados do segmento de estruturados: meta atuarial acrescido de 2% a.a.

e. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Investimentos no Exterior

Os Fundos de investimentos no Exterior terão como benchmark superar o BDRX – Índice de BDRs Não Patrocinados - GLOBAL

f. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Imóveis

A carteira de Imóveis terá como referencial de rentabilidade superar a variação do IGMI-C - Índice Geral do Mercado Imobiliário - Comercial, divulgado pela Fundação Getulio Vargas.

g. Meta de Rentabilidade para o Segmento de Operações com Participantes

A Carteira de Operação com Participantes tem como referencial de rentabilidade superar IPCA + 5,5% a.a acrescida dos custos administrativos. As características e regras das operações com os participantes serão definidas na política de crédito da entidade, para o Plano CV I.

CÓDIGO DE ÉTICA

O código de Ética direcionado a todos os profissionais da Capef foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários através do *site* da Entidade.

O Código de Ética atende determinação da Resolução nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da Capef com vistas a garantir sua transparência na gestão e consolidar a imagem ética de entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco.

GESTÃO COMPARTILHADA

No modelo de gestão compartilhada, a Entidade realiza reuniões periódicas nas quais participam técnicos de seu quadro e do BNB, com a finalidade de

analisar, discutir e sugerir estratégias que envolvam a gestão dos recursos compartilhados.

CUSTOS

No ano 2015, o Plano CV I apresentou R\$ 97.950,81 de custos, referentes à taxa de custódia, Selic/Cetip, CVM/CBLC, Corretagens/emolumentos e Outras.

GESTÃO PRÓPRIA

A Diretoria da Capecf, analisando a performance dos gestores, os recursos humanos e tecnológicos existentes na Entidade e a experiência na gestão própria de recursos chegou à conclusão de que existia viabilidade de gestão interna de uma parcela dos seus recursos alocados nos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, tendo com principais vantagens:

- i. Redução das taxas de administração paga aos gestores externos, em virtude da transferência de parte dos recursos para gestão própria;
- ii. Maior flexibilidade e agilidade na implementação e execução das estratégias de investimento;
- iii. Aproveitamento de ferramentas e sistemas que propiciam presteza na gestão de ativos.

No caso da Carteira de Empréstimos e Financiamentos, administrar-se-ão os recursos internamente, sem a necessidade de terceirização dos trabalhos.

A seleção de Investimentos Estruturados e de Investimentos no Exterior será realizada pela própria Capecf.

A gestão da carteira de imóveis será realizada pela Capecf. Fica a critério da Entidade a contratação de empresas ou corretores imobiliários para realizar atividades relacionadas a compra, venda ou locação dos imóveis.

CONTRATAÇÃO DOS ADMINISTRADORES DA CARTEIRA DE RENDA VARIÁVEL

Em 2015 não houve troca de gestor. Ao longo do ano, diante do cenário de incertezas políticas e econômicas, a Capecf, no intuito de reduzir volatilidade de sua carteira de investimentos, realizou em sua integridade a carteira de ações do Plano CVI.



Av. Santos Dumont, 771 - Centro
Cep: 60150-160 | Fortaleza - CE
www.capef.com.br